



JULIA TEIXEIRA MARTINS

A defesa do território das comunidades tradicionais nos municípios de Ubatuba (SP) e Paraty (RJ): uma análise do Turismo de Base Comunitária da Rede Nhandereko

São Paulo

2020

JULIA TEIXEIRA MARTINS

A defesa do território das comunidades tradicionais nos municípios de Ubatuba (SP) e Paraty (RJ): uma análise do Turismo de Base Comunitária da Rede Nhandereko

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento territorial”, na linha de pesquisa “Soberania alimentar, meio ambiente e saúde”.

Orientador: Davis Gruber Sansolo

São Paulo

2020

Martins, Julia Teixeira.

M386 A defesa do território das comunidades tradicionais nos municípios de Ubatuba (SP) e Paraty (RJ) : uma análise do Turismo de Base Comunitária da Rede Nhandereko / Julia Teixeira Martins. – São Paulo, 2020.

139 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Davis Gruber Sansolo.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo, 2020.

1. Comunidades tradicionais – Ubatuba (SP). 2. Comunidades tradicionais – Paraty (RJ). 3. Turismo – Ubatuba (SP) – Aspectos ambientais. 4. Turismo – Paraty (RJ) – Aspectos ambientais. 5. Posse da terra – Ubatuba (SP). 6. Posse da terra – Paraty (RJ). 7. Rede Nhandereko de Turismo de Base Comunitária. I. Título.

CDD 301.350981

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE JULIA TEIXEIRA MARTINS, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

Aos 01 dias do mês de dezembro do ano de 2020, às 10:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de JULIA TEIXEIRA MARTINS, intitulada **A defesa do território das comunidades tradicionais nos municípios de Ubatuba (SP) e Paraty (RJ): uma análise do Turismo de Base Comunitária da Rede Nhandereko**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof(a). Dr(a). DAVIS GRUBER SANSOLO (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Ciências Biológicas e Ambientais / Unesp, Instituto de Biociências, Campus do Litoral Paulista, Prof. Dr. EDMUNDO GALLO (Participação Virtual) do(a) . / Fundação Osvaldo Cruz, Profa. Dra. MARTA DE AZEVEDO IRVING (Participação Virtual) do(a) . / Programa EICOS/IP e do PPED/IE/UFRJ , Sr. VAGNO MARTINS DA CRUZ (Participação Virtual) do(a) . / Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba (FCT). Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADA _____. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Prof(a). Dr(a). DAVIS GRUBER SANSOLO

Dedico àqueles que constroem suas histórias.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações aqui expressas são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão das instituições que apoiaram esta pesquisa.

Agradeço a oportunidade de ter realizado essa pesquisa e de ter vivido essa etapa de transformação como pesquisadora e como pessoa.

Agradeço à Escola Nacional Florestan Fernandes por ter me ensinado que com a união somos mais fortes, que a luta do povo no mundo é uma só e que juntos somos maiores. Agradeço ao Instituto de Políticas Públicas e Relações Internais/Unesp e ao meu orientador Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo por ter me recebido no seu programa de mestrado, por ter me orientado e me apoiado em todo o processo da pesquisa. Agradeço aos meus amigos e amigas da Turma Aqualtune que me abraçaram nessa etapa nova, me aceitando, me ensinando e caminhando ao meu lado.

Agradeço a todos os comunitários e comunitárias que foram meus professores e professoras. Agradeço a todos que lutam com as armas mais impactantes e transformadoras: o olhar, a fala, o gesto e o coração. Agradeço a todas as pessoas que me ajudaram a construir essa pesquisa compartilhando de seus saberes e suas histórias de luta.

Agradeço ao Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba por me acolher no seu território. Faço um especial agradecimento à coordenação da Rede Nhandereko de TBC por me permitir estar junto, por terem me ensinado o tempo e o lugar de cada um, por terem acreditado em mim e me fazerem acreditar em mim, por me mostrarem que a luta é sofrida, mas a força é maior, por me ensinarem que os saberes tradicionais são a história de cada povo e que cada um é gigante na luta. Obrigada pela relação, carinho e confiança. Agradeço a Daniele Elias dos Santos, coordenadora da Rede Nhandereko por ter feito parte da banca da qualificação do mestrado e agradeço ao Vagno Martins da Cruz por ter feito parte da banca de defesa do mestrado, a presença de vocês foi essencial para legitimar o conhecimento de vocês perante a academia, pois vocês foram meus professores durante a pesquisa.

Faço um agradecimento especial a minha amiga Luciene, que desde o primeiro momento da pesquisa estava presente ao meu lado em toda a caminhada. Amiga que me ajudou nos momentos difíceis e trouxe segurança nos momentos necessários. Agradeço por ter me ensinado a força que a mulher tem, obrigada por tudo, você é inspiração.

Agradeço a minha família de Ubatuba, meus amigos e amigas, que estavam do meu lado durante toda a trajetória da pesquisa, me apoiando e dando força.

Agradeço aos meus pais e minha irmã por me apoiarem em um mais um novo ciclo, por acreditem no meu destino e por estarem juntos comigo em todos os momentos.

Por fim, agradeço ao território sagrado de Ubatuba que me aceitou e me mostrou onde é meu lugar, onde eu posso ser quem eu sou. Gratidão!

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar (BIRRI apud GALEANO, 1993).

RESUMO

Na região Sudeste do Brasil, povos e comunidades tradicionais do litoral norte paulista e sul fluminense vivenciam conflitos pela disputa do território. O principal marco que intensificou os conflitos na região litorânea brasileira foi a construção da rodovia BR-101 no trecho Rio de Janeiro-Ubatuba. Como consequência, os territórios dos povos e comunidades tradicionais sofreram transformações mediante a especulação imobiliária, a urbanização turística e a implantação de Unidades de Conservação. A partir desse contexto, o movimento do Fórum de Comunidades Tradicionais Angra/Paraty/Ubatuba (FCT), que integra as comunidades caiçaras, indígenas e quilombolas de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP), desenvolve atividades que promovem a defesa dos seus territórios. Entre as atividades, este estudo discorrerá sobre o Turismo de Base Comunitária (TBC). O objetivo é avaliar a dinâmica do Turismo de Base Comunitária a partir da percepção dos comunitários que fazem parte da Rede Nhandereko de TBC, considerando o território e a territorialidade relevantes para a pesquisa. A análise foi realizada pela abordagem de Meios de Vida Sustentáveis, a qual possibilitou o entendimento de que o TBC é uma tecnologia social inter-relacionada que envolve as dimensões humana, social, natural, física e financeira. Fundamentada nessa análise, compreende-se que o TBC é uma tecnologia social contra-hegemônica que se estabelece por meio de conexões multidimensionais no território.

Palavras-chave: território; comunidades tradicionais; defesa do território; turismo de base comunitária.

ABSTRACT

In the southeastern region of Brazil, traditional peoples and communities on the North coast of São Paulo and southern of Rio de Janeiro experience conflict disputing over the territory. The main milestone that intensified the conflicts in the Brazilian coastal region was the construction of the BR-101 highway on the Rio de Janeiro-Ubatuba stretch. As a consequence, the territories of traditional peoples and communities have undergone transformations through real estate speculation, tourist urbanization and the establishment of Conservation Units. From this context, the movement of the Traditional Community Forum Angra / Paraty / Ubatuba (FCT), which integrates the caíçarás, indigenous and quilombola communities of Angra dos Reis / RJ, Paraty / RJ and Ubatuba / SP, develops activities that promote the defense of their territories. Among the activities, this study will discuss Community Based Tourism (TBC). The objective is to evaluate the dynamics of TBC based on the perception of community members who are part of the Rede Nhandereko, considering the territory and territoriality relevant to the research. The analysis was carried out using the Sustainable Livelihoods approach, which made it possible to understand that TBC is a social interrelated technology that involves the human, social, natural, physical and financial dimensions. Based on this analysis, it is understood that TBC is a counter-hegemonic social technology that is established through multidimensional connections in the territory.

Keywords: territory; tradicional communities; defense of territories; community based tourism.

RESUMEN

En la región sureste de Brasil, los pueblos y comunidades tradicionales de la costa norte de São Paulo y el sur de Río de Janeiro experimentan conflictos por la disputa del territorio. El principal marco de intensificación de los conflictos en la región costera brasileña fue la construcción de la carretera BR-101 en el tramo Río de Janeiro-Ubatuba. Como consecuencia, los territorios de pueblos y comunidades tradicional es sufrieron transformaciones a través de la especulación inmobiliaria, la urbanización turística y el establecimiento de Unidades de Conservación. Desde este contexto, el movimiento del Foro Comunitario Tradicional Angra / Paraty / Ubatuba (FCT), que integra las comunidades *caiçaras*, indígenas y *quilombolas* de Angra dos Reis / RJ, Paraty / RJ y Ubatuba / SP, desarrolla actividades que promueven la defensa de sus territorios. Entre dichas actividades, este estudio discutirá el Turismo de Base Comunitaria (TBC). Teniendo como objetivo evaluarla dinâmica de TBC en base a la percepción de los miembros de la comunidad que formam parte de la Rede Nhandereko, considerando el territorio y la territorialidad relevantes para la investigación. El análisis fue realizado utilizando el enfoque de Medios de Vida Sustentables, posibilitando entender que el TBC es una tecnología socialmente interrelacionada que involucra las dimensiones humana, social, natural, física y financiera. Con base en este análisis, se entiende que TBC es una tecnología social contra hegemónica que se establece por médio de conexiones multidimensionales en el territorio.

Palabras clave: territorio; comunidades tradicionales; defensa de territórios; turismo de base comunitária.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -	Etapas da pesquisa participante.....	39
Figura 1 -	Procedimento metodológico.....	40
Mapa 1 -	Localização dos municípios de Paraty (RJ) e Ubatuba (SP).....	45
Mapa 2 -	Comunidades tradicionais participantes da pesquisa.....	46
Figura 2 -	Área de Sistema Agroflorestal no Quilombo da Fazenda – Ubatuba (SP).....	51
Figura 3 -	Área do restaurante do Quilombo do Campinho da Independência – Paraty (RJ).....	53
Figura 4 -	Pescadores no cerco flutuante na Comunidade Tradicional Caiçara de Trindade – Paraty (RJ).....	55
Figura 5 -	Praia de São Gonçalo na Comunidade Caiçara de São Gonçalo – Paraty (RJ).....	56
Quadro 2 -	Caracterização das comunidades e do TBC de cada comunidade participante da pesquisa.....	58
Quadro 3 -	Dimensões orientadas pela abordagem de Meios de Vida Sustentável (MVS) e indicadores definidos pela coordenação da Rede Nhandereko.....	61
Quadro 4 -	Lista dos alimentos produzidos nas comunidades tradicionais utilizados nas atividades de TBC mencionados pelos comunitários.....	63
Quadro 5 -	Cursos realizados pelos entrevistados que abordam o TBC.....	67
Quadro 6 -	Apontamentos sobre o que é um trabalho que traz felicidade e infelicidade de acordo com os entrevistados.....	69
Quadro 7 -	Palavras mencionadas pelos entrevistados sobre o que o TBC proporciona.....	70
Quadro 8 -	Pontos mencionados pelos entrevistados sobre o que menos anima no trabalho de TBC.....	71
Quadro 9 -	Ações para envolver pessoas nas atividades do TBC mencionadas pelos entrevistados.....	78
Quadro 10 -	Impactos do turismo de massa nos territórios das comunidades tradicionais mencionados pelos entrevistados.....	81
Quadro 11 -	Atividades culturais realizadas no TBC de cada comunidade	83

	participante da pesquisa.....	
Quadro 12 -	Recursos naturais utilizados nas atividades de TBC mencionados pelos entrevistados.....	85
Quadro 13 -	Informações sobre a infraestrutura local em cada comunidade participante da pesquisa.....	88
Quadro 14 -	Relação de materiais e equipamentos para o TBC mencionados pelos entrevistados.....	89
Quadro 15 -	Sistematização da relação do Turismo de Base Comunitária com a Dimensão Humana.....	92
Quadro 16 -	Sistematização da relação do Turismo de Base Comunitária com a Dimensão Social.....	93
Quadro 17 -	Sistematização da relação do Turismo de Base Comunitária com a Dimensão Natural.....	94
Quadro 18 -	Sistematização da relação do Turismo de Base Comunitária com a Dimensão Física.....	94
Quadro 19 -	Sistematização da relação do Turismo de Base Comunitária com a Dimensão Financeira.....	95
Quadro 20 -	Apontamentos dos entrevistados para sugestões e melhorias para o TBC.....	96
Figura 6 -	Mapa de conexões dos indicadores de Turismo de Base Comunitária.....	101
Quadro 21 -	Número de conexões entre indicadores.....	101
Quadro 22 -	Nuvem de palavras mencionadas pelos entrevistados que representam o que é Turismo de Base Comunitária.....	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Número total da equipe de TBC e número de entrevistados em cada comunidade.....	49
Tabela 2 –	Características dos participantes da pesquisa.....	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CBA	Congresso Brasileiro de Agroecologia
COTEC	Comissão Técnico Científica da Fundação Florestal
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
DFID	<i>Departament for Internacional Development</i>
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
FCT	Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPPRI	Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais
ITS	Instituto de Tecnologia Social
MVS	Meios de Vida Sustentáveis
MSTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OTSS	Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina
PESM	Parque Estadual da Serra do Mar
PIB	Produto Interno Bruto
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNSB	Parque Nacional da Serra da Bocaina
REDTURS	Red de Turismo Rural Comunitario Sostenible de América Latina
RJ	Rio de Janeiro
SAF	Sistema Agroflorestal
SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SAAN	Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
SP	São Paulo
TBC	Turismo de Base Comunitária
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TS	Tecnologia Social
UC	Unidade de Conservação
UNWTO	World Tourism Organization

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	Objetivo.....	17
1.1.1	Objetivos específicos.....	17
1.2	Contextualização da área de estudo	17
1.3	Unidades de Conservação no território tradicional.....	20
2	HISTÓRIA CONTADA E VIVIDA	23
2.1	A história das contradições do território	23
2.2	Florescendo as resistências.....	28
2.3	Rede Nhandereko de Turismo de Base Comunitária	34
3	METODOLOGIA	37
3.1	Procedimento metodológico	37
3.1.1	Abordagem de Meios de Vida Sustentáveis	37
3.1.2	Pesquisa participante	38
3.2	Levantamento de dados.....	47
3.2.1	Pesquisa documental e bibliográfica	47
3.2.2	Entrevista semiestruturada	47
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	50
4.1	Caracterização das comunidades.....	50
4.2	Turismo de Base Comunitária nos meios de vida sustentáveis.....	61
4.2.1	Dimensões e indicadores do Turismo de Base Comunitária	61
4.2.1.1	Dimensão humana	62
4.2.1.2	Dimensão social.....	71
4.2.1.3	Dimensão natural.....	84
4.2.1.4	Dimensão física	88
4.2.1.5	Dimensão financeira.....	90
4.3	Os laços de conexão do TBC.....	97
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
	REFERÊNCIAS.....	108
	ANEXO	119
	APÊNDICE.....	123

1 INTRODUÇÃO

A defesa do território das comunidades tradicionais caiçaras, indígenas e quilombolas do litoral norte paulista e sul fluminense é a bandeira de luta diante da disputa territorial com empreendimentos, turismo de massa, especulação imobiliária e políticas de proteção à natureza. Essas ações, advindas da lógica do sistema capitalista de exploração e de negação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais de permanecerem nos seus territórios de simbologias, identidade, cultura e conhecimentos, impactam e modificam diretamente o modo e meio de vida das comunidades tradicionais.

Diante desse cenário de disputa territorial e da relevância do território para as comunidades tradicionais, em 2007 as comunidades tradicionais caiçaras, indígenas e quilombolas dos municípios de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP) se organizaram como um movimento social denominado Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT). De acordo com Vagner do Nascimento, coordenador do FCT e do OTSS¹, o movimento se iniciou a partir de encontros e diálogos sobre a defesa do território das comunidades tradicionais, com o objetivo de fortalecer a luta e a permanência das comunidades no território (GALLO; NASCIMENTO, 2019, p.13).

O FCT se mobiliza para a garantia dos direitos e do reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais, trazendo à tona as disputas no território por meio da especulação imobiliária, dos grandes empreendimentos, da exploração do petróleo e energia, das rodovias e do turismo predatório, que causam impactos ambientais e sociais, transformando a relação do território e afetando o cotidiano das comunidades (GALLO; NASCIMENTO, 2019, p.14).

De acordo com Nascimento (GALLO; NASCIMENTO, 2019), em 2009 o FCT estabeleceu uma parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) pensando em planejamentos estratégicos para ações voltadas ao desenvolvimento sustentável; assim, foi construído como fruto dessa parceria o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS).

Desde a criação do FCT, discute-se sobre o Turismo de Base Comunitária como um dos eixos prioritários do movimento. Dessa maneira, foi criada a Rede Nhandereko

¹ Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS)

de Turismo de Base Comunitária, organizada pelas comunidades tradicionais indígenas, caiçaras e quilombolas do FCT protagonistas de uma forma de turismo que busca não interferir no modo de vida (REDE NHANDEREKO DE TBC).

O Turismo de Base Comunitária (TBC) é considerado um processo de relação entre comunidade, turismo e conservação ambiental, expressamente vinculado com o território (SANSOLO; FERNANDEZ; MASSARUTOO, 2008; SANSOLO; BURSZTYN, 2009). É uma atividade econômica e uma estratégia de resistência territorial, de luta social, de protagonismo e da valorização dos saberes tradicionais (MENDONÇA; MORAES; CATARCIONE, 2016; SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

Na busca por analisar o TBC, a presente pesquisa propõe o seguinte questionamento: como a relação do Turismo de Base Comunitária nos meios de vida é percebida pelos comunitários do litoral norte paulista e sul fluminense?

1.1 Objetivo

Avaliar a dinâmica do Turismo de Base Comunitária a partir da percepção dos comunitários que fazem parte da Rede Nhandereko.

1.1.1 Objetivos específicos

- Avaliar o TBC por meio da Abordagem metodológica de Meios de Vida Sustentáveis;
- Identificar, a partir da percepção dos comunitários, as relações do TBC nos meios de vida sustentáveis;
- Analisar as conexões do TBC para o desenvolvimento de sua construção.

1.2 Contextualização da área de estudo

Na região Sudeste do Brasil, os povos e comunidades tradicionais do litoral norte paulista e sul fluminense vivenciam conflitos pela disputa do território (CONTI; ANTUNES, 2012) cujo marco temporal mais relevante foi a construção da rodovia BR-101 (Rodovia Rio-Santos) no trecho Rio de Janeiro-Ubatuba (SIQUEIRA, 1989; SANSOLO, 2002). A rodovia estava nos planos do governo militar na década de 1960, colocando o litoral como “uma possibilidade para a ampliação do desenvolvimento do capital” (PAES, 1999). Em consequência da construção da rodovia, várias atividades econômicas foram desenvolvidas, como a instalação do terminal de petróleo e a usina atômica em Angra dos Reis (RJ) (SIQUEIRA, 1989).

O acesso pela BR-101 à região litorânea proporcionou o aumento do turismo, da especulação imobiliária, da urbanização intensa, a transformação na paisagem e os problemas ambientais (LUCHIARI, 1999; SAN SOLO, 2002). Ocorreram numerosas disputas pela posse de terra e centenas de famílias foram marginalizadas e ameaçadas (SIQUEIRA, 1989; PAES, 1999). As disputas foram acentuadas e muitas terras foram vendidas por valores mínimos, viabilizando a construção de segundas residências e condomínios fechados (PAES, 1999; SAN SOLO, 2002).

De acordo com Luchiari (1999), a região sofreu uma transformação socioespacial a partir da incorporação de uma sociedade urbano-industrial e da implantação de modelos de desenvolvimento, modificando as funções e atividades sociais e impondo novos valores ambientais e culturais. As transformações nos territórios dos povos e comunidades tradicionais alteraram o seu modo de vida, como as práticas da roça tradicional, pesca artesanal e suas relações inerentes ao território (ADAMS, 2000; BENNETT; DEARDEN, 2014; SAN SOLO, 2002 SIQUEIRA, 1989).

Paralelo aos processos de urbanização turística e transformação da paisagem, as quais intensificaram as crises ambientais (CONTI; ANUTNES, 2012), o poder público elaborou políticas de proteção à natureza (SAN SOLO; FERNANDES; MASSARUTTO, 2008) cujo formato mais marcante na região foi a criação de parques (nos níveis estadual e federal) para a conservação de fragmentos da Mata Atlântica. No Brasil, de forma geral, as políticas de proteção à natureza estabelecem como principal meio de execução o modelo de implementação de áreas protegidas.

As áreas protegidas são regulamentadas para “alcançar objetivos específicos da conservação” (Convenção sobre Diversidade Biológica). O modelo norte americano de áreas protegidas foi o principal marco da perspectiva preservacionista, utilizado em diversos países e também no Brasil (PELLIZZARO *et al.*, 2015). Esse modelo elimina as dinâmicas territoriais e adota medidas restritivas ao uso dos recursos naturais, impedindo ou controlando as práticas tradicionais, como a coivara, a agricultura itinerante, o extrativismo e a pesca local (CORTEZ *et al.*, 2017; DIEGUES, 2001).

No Brasil, esse modelo refletiu-se na criação de modalidades de proteção da natureza denominadas Unidades de Conservação (UC) e divididas entre o grupo de Proteção Integral e o de Uso Sustentável. Tal modelo intensificou graves conflitos entre populações locais e as novas regras de gestão das UC (BRITO, 2008), que também ocorrem em outros países. Segundo Pourcq *t al.* (2017), as causas dos conflitos são: deslocamento forçado, exclusão social, processos deficientes de participação das

comunidades, negação de direitos territoriais ancestrais, restrição sobre o uso dos recursos pelas comunidades, impactos negativos das medidas de conservação nos recursos comunitários e empobrecimento.

O estudo de Pourcq *et al.* (2017), na Colômbia, relata o caso do Parque Nacional Natural Tayrona, em que a comunidade foi desalojada, e do Parque Nacional Natural Utría, em que as comunidades foram impedidas de exercer a pesca tradicional. Outros casos ocorrem na Reserva da Biosfera Chamela-Cuixmala, em Jalisco/México, por conflitos de interesses devido à construção da estrada costeira de Barra de Navidad a Puerto Vallarta e à chegada do turismo (DÍAZ, 2013), e no Parque Nacional Montaña de Celaque/Honduras, o que afetou a qualidade de vida das comunidades que dependem dos recursos naturais para sobreviver (ORTIZ *et al.*, 2018).

Segundo os pontos mencionados, os conflitos territoriais advêm de um modelo de imposição de novas territorialidades, distintas das territorialidades dos povos tradicionais (FURLAN; MARINHO; CAMPOLIM, 2009). As territorialidades são representadas pelas atividades cotidianas que o homem e a mulher mantêm nas relações múltiplas entre si e com a natureza (SAQUET, 2002). Diante desse cenário, a disputa do território revela-se no âmbito da diferencialidade de territórios produzidos pelas relações sociais e pelas classes sociais na disputa por modelos de desenvolvimento e de sociedade (FERNANDES, 2009).

Sendo assim, o território é uma totalidade, multidimensional, de dimensões econômicas, políticas, ambientais e culturais (FERNANDES, 2009), objetivado por relações de poder e dominação (SAQUET, 2002). Segundo Haesbaert (2007, p.21), o território é “imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaco e desdobra-se ao longo de um *continuum*, que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’”.

Com base nos conceitos mencionados, compreende-se que o território é a centralidade da luta dos povos e comunidades tradicionais para sua permanência, manutenção de seus valores, tradições, cultura, visão de mundo e reivindicação de seus direitos (ABIRACHED; BRASIL; SHIRAIISHI, 2010; MORAES, 2017). Tal luta pela garantia do direito dos povos e comunidades tradicionais legitima-se na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) Decreto Federal N° 6.040 de 2007. Abaixo está o objetivo da PNPCT e a definição de povos e comunidades tradicionais, segundo o anexo Art. 2° e Art.3°, respectivamente:

A PNPCT tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. (BRASIL, 2007).

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007).

1.3 Unidades de Conservação no território tradicional

A região do litoral norte paulista e sul fluminense, entre os municípios de Ubatuba (SP), Paraty (RJ) e Angra dos Reis (RJ), faz parte do Mosaico da Bocaina - conjunto de áreas protegidas estaduais e federais do Vale do Paraíba, litoral norte do Estado de São Paulo e litoral sul do Rio de Janeiro, que objetiva a integração de ações para a conservação ambiental e fortalecimento institucional e cultural (MOSAICO BOCAINA, s/d). Integrado ao Mosaico da Bocaina está o Corredor da Biodiversidade da Serra do Mar, considerado um “*hotspot*” por ter uma das áreas mais ricas em biodiversidade de toda a Mata Atlântica (MOSAICO BOCAINA, s/d).

No território de Ubatuba (SP), Paraty (RJ) e Angra dos Reis (RJ), vivem mais de 100 comunidades tradicionais caiçaras, indígenas e quilombolas (GALLO; NASCIMENTO, 2019, p. 25).

A seguir é abordado sobre três UC que se sobrepõem aos territórios de comunidades tradicionais nos municípios de Ubatuba e Paraty. O Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB), criado em 1971, abrange 40,3% da área em Paraty, 21,6% em Angra dos Reis e 12,7% em Ubatuba (ICMBIO, 2002). Conforme mencionado no Plano de Manejo, a zona de amortecimento do PNSB se sobrepõe às seguintes comunidades, ou núcleos populacionais, dos municípios de Paraty: Tarituba, São Gonçalo, Taquari, São Roque, Barra Grande, Serraria, Graúna, Praia Grande, Tarituba, Chapéu do Sol, Várzea do Corumbê, Morro do Caboclo, Penha (dentro do PNSB), Corisco, Corisquinho, Coriscão, Ponte Branca, Olaria, Rio dos Meros, Pedras Azuis, Campinho da Independência, Patrimônio, Trindade e Parati-Mirim, e também do município de Ubatuba: Puruba, Ubatumirim e Picinguaba (ICMBIO, 2010, pg.5.154). Não consta no Plano de Manejo do PNSB, porém, no documento do INCRA “Coleção Terras de

Quilombo – Comunidade do Camburi”, é mencionada a “incorporação parcial do território de Camburi pelo Parque Nacional da Serra da Bocaina em 1972” (TERRAS DE QUILOMBO/INCRA, 2016, p.9).

O Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) foi criado em 1977. Um de seus núcleos, o Núcleo Picinguaba, abrange 80% do território total do município de Ubatuba (FUNDAÇÃO FLORESTAL). O PESM se sobrepõe ao Quilombo do Camburi, Quilombo da Fazenda, Comunidade do Ubatumirim e a Aldeia Guarani Mbya da Boa Vista.

A Área de Proteção Ambiental (APA) Cairuçu, criada em 1983, está localizada no município de Paraty e seu território é composto de uma área continental e 63 ilhas (ICMBIO, 2018). A APA se sobrepõe às comunidades caiçaras: Trindade, Praia do Sono, Ponta Negra, Cairuçu das Pedras, Martins de Sá, Juatinga, Cajaíba, Saco do Mamanguá, Ponta Grossa, entre outras; às comunidades quilombolas: Campinho da Independência e Cabral; e às terras indígenas: Terras Indígenas Guarani Araponga e Paraty-Mirim (Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, Paraty, 2018).

Os dois parques mencionados estão dentro do grupo de Proteção Integral, já a APA Cairuçu faz parte do grupo de Uso Sustentável. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000), os objetivos dos diferentes grupos (art. 7º) e da categoria Parque (art. 11º) e APA (art. 15º) são os seguintes:

Proteção Integral: preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei. (BRASIL, 2000).

Uso Sustentável: compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000).

Parque: preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico; as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. (BRASIL, 2000).

Área de Proteção Ambiental: proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (BRASIL, 2000).

A partir do entendimento que cada UC foi criada para atender os seus objetivos propostos em lei, é necessário também compreender que apesar das UC trabalharem com a conservação ambiental, as suas legislações vigentes impõem restrições no

território que geram conflitos (SILVA, 2017). Esses conflitos advêm da sobreposição da área da UC com os territórios das comunidades tradicionais que habitavam e ainda habitam esses espaços que foram escolhidos para a implementação de UC. Como já mencionado acima, esses conflitos são a resposta de uma imposição de territorialidades distintas das territorialidades dos povos tradicionais. Como resultado dos conflitos relacionados às questões preservacionistas e de regularização fundiária, há uma grande luta das populações tradicionais para a garantia do direito aos territórios e aos modos de vida.

2 HISTÓRIA CONTADA E VIVIDA

2.1 A história das contradições do território

Este capítulo inicia com a seguinte frase de Neil Postman (POSTMAN, 1992, p.154 *apud* SANTOS, 2006, p.51): “Não será a ciência uma forma de contar a história?”. A partir do espaço que a pesquisa científica possui, a resposta para essa pergunta é que sim, a ciência é uma forma de contar a história, mas para além disso, a pesquisa como ciência também deve ser ocupada para fortalecer as vozes de quem já contam suas histórias há anos não só pela oralidade, mas, também, por meio de tecnologias sociais de resistência e defesa do território.

Desse modo, a história do território dos povos e comunidades tradicionais, organizadas no FCT, reflete a contradição existente no território, resultante das relações sociais dialéticas do espaço produzido pelos sujeitos (FERNANDES, 2009). Assim, foi utilizada a categoria de espaço e território como base de entendimento indispensável para discutir a realidade que envolve a nossa área de estudo e suas relações de poder (SANTOS, 2006).

É imprescindível compreender a história do espaço a partir das suas conexões e relações entre os diversos espaços que são produzidos e transformados pela e na sociedade (LEFEBVRE, 2006). Segundo Lefebvre (2006, p. 6) “o espaço muda com as sociedades [...] Portanto, há uma história do espaço”.

Menciona-se a relação da história com o espaço, pois ele é construído de acordo com as formações históricas que o modificam ao longo dos períodos. No entanto é importante ressaltar que essa história produzida difere da história dita como fatos históricos (LEFEBVRE, 2006, p. 45). A história mencionada nessa pesquisa é aquela que cria o espaço, a história acumulada ao longo dos tempos produzindo um espaço de relações, de representações, realidades, simbologias, vivências e cotidianos.

Portanto, a história do espaço é entendida como um processo dialético entre os três momentos do espaço que se inter-relacionam: prática espacial, representação do espaço e espaço de representação, sendo espaços percebidos, concebidos e vividos (LEFEBVRE, 2006). O espaço de representação, espaço vivido, é visto pela dimensão simbólica, do imaginário, “ele tem por origem a história de um povo e a de cada indivíduo pertencente a esse povo” (LEFEBVRE, 2006, p. 42).

Como os espaços são produzidos a partir das intencionalidades dadas pelos sujeitos que o constroem, as contradições são inerentes nesse processo de produção do

espaço. Sendo assim, o espaço também se estabelece pelo processo produtivo, onde se encontra o espaço absoluto, o espaço relativizado-histórico e o espaço abstrato. De acordo com Lefebvre (2006), o espaço abstrato é o espaço ligado ao poder, de dominação; é produzido pelo capitalismo, contendo sua lógica e estratégia a partir da mercadoria, das unidades de produção e da potência do Estado político; é o conjunto de signos e de relações formais que negam as diferenças.

Para Milton Santos (2006, p. 39), “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. O mesmo autor também menciona que a técnica é um conjunto de instrumentos sociais que cria o espaço e relaciona o homem com a natureza. Os objetos técnicos atendem as necessidades materiais dos homens, produzem e transformam um meio geográfico segundo a lógica do espaço. A técnica, por meio dos objetos, também está relacionada com a história do espaço, pois ela inclui história e se revela nas condições históricas de sua criação e instalação de acordo com as questões econômicas, socioculturais, políticas e geográficas (SANTOS, 2006, p. 29).

Considerando a técnica como instrumento de criação do espaço, abordando nesse ponto o espaço abstrato mencionado por Lefebvre (2006) como o espaço dominante do capital, as técnicas se propagam de forma desigual a partir de uma implantação seletiva no espaço, atendendo a sua lógica (SANTOS, 2006, p. 25). Assim as diversas técnicas existentes em um dado lugar, permitem o entendimento de como as ações humanas se realizam, verificando que certas técnicas do passado podem ser obstáculos para a imposição de novas técnicas. Dessa forma, as técnicas dominantes do espaço abstrato acabam destruindo as condições socioeconômicas e sociopolíticas que lhes impedem de se constituírem (SANTOS, 2006, p. 26).

Portanto, compreende-se o espaço abstrato dito acima como um meio de controle, de dominação e de poder (LEFEBVRE, 2006, p. 31), criado por técnicas que o transformam de acordo com a intencionalidade dos sujeitos que detém estas relações de poder. Sendo assim, verifica-se a seguinte intencionalidade dada à tecnologia como mencionado por Milton Santos:

Em sua versão contemporânea, a tecnologia se pôs ao serviço de uma produção à escala planetária, onde nem os limites dos Estados, nem os dos recursos, nem os dos direitos humanos são levados em conta. Nada é levado em conta, exceto a busca desenfreada do lucro, onde

quer que se encontrem os elementos capazes de permiti-lo. (SANTOS, 2006, p.118).

Seguindo essa reflexão, é possível considerar que o sistema hegemônico se exerce por meio da apropriação do espaço e de técnicas (LEFEBVRE, 2006) que se impõem diretamente ou indiretamente como um sistema invasor para atingir maior rapidez e generalidade em sua expansão (SANTOS, 2006, p. 127). Essa expansão ocorre como uma forma de expansão geográfica para a perpetuação do capital, tanto para manter territórios já capitalizados como para conquistar territórios não capitalizados, destruindo e absorvendo os modos de produção não capitalizados para expandir suas relações pelo mundo (HARVEY, 2005). Assim, é essencial conhecer os sistemas técnicos e a realidade das relações históricas do território (SANTOS, 2006, p.111), já que o território é resultante do “processo de produção do e no espaço” (SAQUET, 2002, p. 20). A partir do entendimento de como se forma e consolida as relações existentes em cada espaço é possível a organização de um novo modo de produção do espaço para seus fins considerando o espaço já preexistente (LEFEBVRE, 2006, p.11).

A construção de um novo modo de produção é vista a partir da contradição existente no espaço abstrato do capital, que produziu um novo espaço nomeado como espaço diferencial, considerado como o espaço das necessidades, dos sonhos e das vontades (URIARTE, 2014). O espaço abstrato diminui as diferenças existentes, e é nesse ponto que o espaço diferencial se produz para acentuar as diferenças (LEFEBVRE, 2006). É no espaço diferencial, de negação ao sistema do capital, que os sujeitos se apropriam do espaço produzindo novas formas de uso e alterando a lógica do Estado capitalista.

Ao apontar novamente a reflexão de espaço abstrato dada por Lefebvre (2006, p.31) como um meio de controle, de dominação e de poder, é importante mencionar que as contradições do espaço advêm das relações de poder do uso das técnicas no espaço. Sendo assim, “a questão do poder fica empobrecida quando é colocada unicamente em termos de legislação, de Constituição, ou somente em termos de Estado ou de aparelho de Estado” (FOUCAULT, 1979, p. 221). Portanto, a discussão sobre a relação de poder no espaço deve ser abordada, considerando que “o poder funciona e se exerce em rede” (FOUCAULT, 1979, p. 183).

Michel Foucault também menciona o termo “dispositivo” como uma estratégia dominante, relacionada ao jogo de poder e de relações de força, ora para desenvolvê-la, ora para bloqueá-la (FOUCAULT, 1979, p.244-246).

Seguindo essa reflexão sobre as relações do poder no espaço, considera-se que se a técnica é um instrumento de criação do espaço e este se intenciona de acordo com a relação de poder exercida sobre ele, sendo, e não apenas, dominado e dominante, tanto a técnica (SANTOS, 2006) como o dispositivo (FOUCAULT, 1979) que exercem o poder no espaço e na sociedade são instrumentos de relação de dominação do espaço.

Considerando a técnica como uma relação de poder e que constrói o espaço, utilizamos das uniões horizontais de Milton Santos (2006) como resultados vistos na construção de novos espaços e no funcionamento dos territórios e “domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial” (SANTOS, 2005, p. 256). Logo, a união das horizontalidades cria normas locais que devem ser pensadas para a construção de outra globalização, que não esta perversa, atingindo uma extensão mais ampla de ação.

Pensar em outra globalização ou uma desglobalização, como abordado por Pablo Solón, é pensar em alternativas que já são presentes e questionam o processo da lógica hegemônica do capital (SOLÓN, 2019, p. 175). Segundo Alberto Acosta, “requeremos um discurso contra-hegemônico que subverta o discurso dominante e suas correspondentes práticas de dominação” (ACOSTA, 2016, p. 34). Tal como as tecnologias alternativas que constroem uma integração com os povos e a natureza.

Assim, é preciso encarar as tecnologias como um processo construtivo de caráter social, político, cultural, econômico e moral, pois as tecnologias não são neutras na sua criação, elas possuem “formas sociais” que ditam os meios e as intenções das relações produtivas (ACOSTA; BRAND, 2018, p. 67).

Como já mencionada nesta seção a reflexão de Milton Santos sobre o viés da tecnologia contemporânea, trazemos para o diálogo a tecnologia moderna mencionada por Alberto Acosta e Uirich Brand, que consideram que a tecnologia moderna:

Está submetida ao processo de valorização do capital e se desenvolve em função de suas demandas de acumulação, o que pode torná-la nociva em muitos aspectos. E como tal, pressiona intensamente os recursos naturais. (ACOSTA; BRAND, 2018, p. 67).

Tal contextualização das “formas sociais” das tecnologias embasa a questão de que se a construção de um novo modo de produção se dá na contradição do espaço abstrato, é na contradição das tecnologias convencionais do capital que são geradas as tecnologias alternativas. O poder hegemônico impõe seus valores sobre as sociedades nos diversos campos sociais, culturais e políticos, e, como citado anteriormente, suas ações também estabelecem o seu contrário, como as práticas de resistência, os movimentos sociais e a construção de alternativas de desenvolvimento.

Nesse ponto apresenta-se a Tecnologia Social (TS) como uma crítica ao modelo convencional da lógica do desenvolvimento tecnológico do capital (COSTA, 2013, p. 18). A TS é definida pelo Instituto de Tecnologia Social (ITS) como

[...] conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida. (ITS, 2004, p. 26).

De acordo com o ITS, são destacados alguns dos parâmetros da TS: solução às demandas sociais concretas identificadas pela população; participação, apropriação e aprendizagem; produção de novos conhecimentos e sustentabilidade econômica, social e ambiental. Referente às implicações da TS abordadas pelo ITS, é enfatizada a questão da ampliação do conhecimento, considerando os conhecimentos tradicionais e as vivências integrados ao conhecimento técnico-científico para a construção de soluções.

Portanto, a pesquisa traz o enfoque da TS como uma alternativa ao desenvolvimento do capital, considerada como inovação social de “baixo pra cima” pensada para ser trabalhada no local de sua realização e seguindo as necessidades da população envolvida. Sendo assim,

O pré-requisito inevitável, então radica em dispor de sistemas para desenvolver e se apropriar dos avanços da ciência e da tecnologia, sistemas que se nutram de maneira ativa e respeitosa dos saberes e conhecimentos ancestrais. É preciso recuperar as práticas que perduram através dos tempos, ou que podem ser apreendidas conhecendo-se sua história. (ACOSTA; BRAND, 2018, p. 68).

Com base nessas reflexões e a partir da história do espaço dos povos e comunidades tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, dentro das relações do espaço vivido e das contradições presenciadas, é produzido o Turismo de Base Comunitária (TBC) como uma tecnologia estabelecida pelas novas relações de poder no

território, sendo uma Tecnologia Social vista como uma alternativa contra-hegemônica ao turismo de reprodução do capital, o turismo de massa.

2.2 Florescendo as resistências

Na seção anterior (2.1) foi dialogado que as histórias dos territórios são criadas de acordo com as relações de poder no espaço, e as técnicas e tecnologias são utilizadas de acordo com as intenções dadas tanto por um poder hegemônico como também por ações contra-hegemônicas. A partir desse referencial entende-se a história do território por meio de visões e relações diferenciadas.

Para tanto, ao considerar uma ação como contra-hegemônica precisa entender qual é a lógica hegemônica a que ela se contrapõe. A partir dessa questão é necessário, inicialmente, fazer uma breve pontuação sobre como é a lógica hegemônica do turismo segundo a perspectiva de um turismo como atividade produtiva do capital. A partir dessa perspectiva, considera-se o turismo como uma prática baseada na lógica de produção industrial capitalista e que se utiliza dessa base para seu crescimento e reprodução (SANSOLO; CRUZ, 2003, p. 4).

O turismo, no mundo, foi se desenvolvendo e ganhando proporções maiores a partir dos avanços tecnológicos nos meios de transporte, comunicação e computação (KOROSSY, 2008), bem como do aumento de renda, do tempo livre para o lazer, das mudanças no comportamento de consumo individual e da urbanização. De forma geral, esses fatores facilitaram o acesso a viagens nacionais e internacionais, tornando as cidades destinos mais populares (RABAHY, 2020; UNWT, 2018).

Compreendido como uma atividade econômica, o turismo foi atribuído para a contribuição do desenvolvimento do PIB, geração de empregos, de renda, desenvolvimento local, construção de infraestruturas e para a mobilização de setores como o de transporte, hotelaria e alimentos (KOROSSY, 2008; SOARES, 2016).

Uma vez que o turismo segue a lógica do capital, para se reproduzir ele precisa dominar espaços, “já que introduz nos lugares sua lógica de organização espacial, não raras vezes solapando lógicas preexistentes” (SANSOLO; CRUZ, 2003, p.5). Sendo assim, o turismo utiliza a dominação dos territórios, a exploração social de força de trabalho e a exploração dos recursos naturais, hídricos e culturais para se perpetuar e transformar esses recursos em mercadorias de atrativo turístico (CORIOLANO, 2006; MARTONI, 2006).

Portanto, é compreensível que o turismo possui suas contradições: ao mesmo tempo em que traz impactos positivos no desenvolvimento local e na concentração de renda, também traz impactos negativos, como: marginalização econômica e social dos atores locais, alteração na dinâmica local, especulação imobiliária, desconstrução da identidade cultural local, contradições sociais, violência, criminalidade e esgotamento da qualidade ecológica (SOARES, 2016; ZAOUAL, 2009).

Esse turismo, fruto do capital, que surgiu no Brasil na década de 1970 (MENDONÇA; BATALHA; SANTOS, 2003), também é dito como turismo de massa, pois

[...] é estritamente econômico, praticado em larga escala, sem limites ao crescimento, sem respeito às capacidades de suporte das destinações receptoras, com vistas essencialmente ao lucro e incapaz de contemplar os anseios da própria comunidade residente na destinação. (KOROSSY, 2008, p. 65).

Diante dos fatos mencionados e dos impactos negativos, o turismo vive uma crise de saturação turística em determinados destinos, a qual causa uma manifestação social das populações residentes diante de um turismo de massa predatório (BENI, 2020). Esse fato é abordado como “*overtourism*”, definido pela UNWTO (2018) como

O impacto do turismo sobre um destino, ou partes dele, que influencia excessivamente e de forma negativa a percepção da qualidade de vida dos cidadãos e/ou a qualidade da experiência dos visitantes. (UNWTO, 2018, p. 4).

Essa reflexão sobre os impactos do turismo de massa e sua saturação (*overtourism*) é apontada nesse momento por ser a realidade vivenciada e discutida por essa pesquisa como mencionado na seção 1, enfatizando que os mesmos impactos do “*overtourism*” também são vivenciados nos territórios de Ubatuba/SP e Paraty/RJ, como a expulsão dos comunitários de seus territórios e a alteração do modo de vida e da paisagem, consequências da abertura da Rodovia Rio Santos (BR 101), da especulação imobiliária e da criação de UC. Para além de ser um fator relevante no Brasil, o “*overtourism*” é presenciado principalmente nos países da Europa, como Espanha, Itália, Malta e França (BENI, 2020).

Em vista disso, o turismo de massa como uma tecnologia do capital segue a lógica hegemônica e, portanto se utiliza de sua estrutura para a sua reprodução; assim, se expandirá da mesma forma que o sistema capitalista, a partir da dominação de

territórios e da exploração dos recursos naturais na “racionalidade do lucro a qualquer preço” (ZAOUAL, 2009, p. 68). No entanto, a partir das contradições dos espaços abstratos em que se encontra o turismo de massa, florescem as resistências contra-hegemônicas dos territórios dos povos locais.

O movimento reprodutivo do capital mundializado, em sua ânsia de acumulação contínua e ampliada, reforça os conflitos, mas não sem produzir resistências. Como processo hegemônico e homogeneizante, faz surgir a necessidade de defesa dos atores locais para manter as especificidades próprias da história dos lugares, do local e do regional, valorizando-as para não serem aniquiladas pelos interesses globais. É assim que o capital avança com inúmeros objetivos, produzindo diferentes resultados sobre os espaços locais, a depender também das relações de poder da ordem local. Daí, as várias formas de resistências em relação ao turismo global. (CORIOLANO, 2006, p. 375).

Diante da pontuação exposta sobre a lógica hegemônica do turismo como atividade reprodutiva do capital, é possível entender as formas de resistência que estão sendo construídas. Assim, aborda-se o Turismo de Base Comunitária (TBC) como uma tecnologia social contra-hegemônica.

Por ser um turismo de modelo alternativo e resistência ao turismo de reprodução do capital, a base do TBC deve se contrapor à lógica de dominação e exploração; portanto, como premissa o TBC é protagonizado pelas comunidades locais ao obter poder de decisão e controle produtivo nos processos de planejamento, gestão, desenvolvimento e implementação do turismo, possuindo o controle das terras e das atividades (CORIOLANO, 2009; IRVING, 2009).

As primeiras experiências de TBC ocorreram em 1980 na América Latina e em 1990 no Brasil (MALDONADO, 2009; MORAES; MENDONÇA; PINHEIRO, 2017), organizadas localmente por meio das comunidades, coletivos, rede e alianças locais, nacionais e latino-americanas (MENDONÇA; IRVING, 2018, p. 614).

Em 2001 foi criada a Rede de Turismo Sustentável (REDTURS) por meio das organizações indígenas e rurais, promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). A partir da criação da REDTURS foram organizados seis encontros com a participação de 13 países. Desses encontros resultaram a Declaração de Otavalo (2001) e a Declaração de San José (2003), esta última escrita pelas comunidades de Bolívia, Brasil, Costa Rica, Equador, Guatemala e Peru (MALDONADO, 2009, p. 43).

Essas declarações trazem uma base importante para o entendimento do TBC na América Latina no âmbito das estratégias governamentais e dos princípios do TBC. Destacamos alguns dos artigos das declarações:

Institucionalizar e apoiar o exercício do turismo comunitário no marco dos direitos coletivos dos povos indígenas consagrados na Convenção da OIT n° 169, ratificada pelos países presentes neste encontro. (Art.10° - Declaração de Otavalo, 2001).

A nossa concepção de desenvolvimento do turismo sustentasse nos valores da solidariedade, cooperação, respeito pela vida, conservação e uso sustentável dos ecossistemas e da diversidade biológica que estes albergam. Consequentemente, somos contra qualquer desenvolvimento turístico em nossos territórios que cause prejuízo aos nossos povos, sua cultura e ao meio ambiente. (Art.1° – Declaração de San José, 2003).

Somos cientes de que o turismo pode ser uma fonte de oportunidades, como também, uma ameaça à coesão social dos nossos povos, sua cultura e seu habitat natural. Por isso, promovemos a autogestão do turismo, para que as nossas comunidades assumam o protagonismo que lhes corresponde no seu planejamento, execução, fiscalização e desenvolvimento. (Art.2° – Declaração de San José, 2003).

Para obter o entendimento sobre o TBC no Brasil a partir da questão de política pública, é importante pontuar a sua definição de acordo com o Ministério do Turismo (2008):

O turismo de base comunitária é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonismo pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindo da atividade turística. (BRASIL, 2008).

Para dar prosseguimento a discussão sobre políticas públicas a respeito do TBC, é destacada também a Lei Estadual n° 7884 de 02 de março de 2008, que “Institui a Política Estadual de Turismo Comunitário no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências”, e o Projeto de Lei Estadual n° 365 de 2018 que “Institui e estabelece diretrizes para a Política Estadual de Turismo Comunitário no Estado de São Paulo e dá outras providências”. Essas duas políticas foram citadas porque são as políticas dos dois estados atuantes da presente pesquisa. Ambas especificam “povos e comunidades tradicionais, reservas indígenas, comunidades quilombolas, comunidades de pescadores, unidades de conservação e favelas com histórico de visitação turística” como áreas de atuação do turismo comunitário e também mencionam no artigo 2° que a exploração do

turismo será feita, prioritariamente, na forma da economia solidária, observando o seguinte preceito:

[...] as pessoas jurídicas que desejarem realizar a exploração comercial do turismo nessas áreas serão constituídas sob a forma de associações ou cooperativas, prioritariamente constituídas por moradores das respectivas comunidades, ou através do microempreendedorismo. (Rio de Janeiro, 2008; São Paulo, 2018).

Como adendo, o Projeto de Lei Estadual nº 365 de 2018, traz como justifica para a implantação da lei que o turismo comunitário está baseado no turismo de base comunitária, valorizando a cultura local e o protagonismo das comunidades locais na gestão ativa e ou na oferta de bens e serviços turísticos, apontando a importância e a justiça em estimular políticas para o desenvolvimento local (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO).

Além do já mencionado na questão de política pública, é importante pontuar o reconhecimento do TBC pelo ICMBIO. Esse ponto é ressaltado, pois as comunidades tradicionais participantes da pesquisa estão sobrepostas por UC, como mencionado na seção 1, e ter o TBC legalizado pela ICMBIO é uma conquista importante para respaldar sua implantação pelas comunidades tradicionais. Assim, em 2017 foi publicado o documento “Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federal – Princípios e Diretrizes”. Tal documento tem como objetivo estabelecer um marco referencial de TBC nas Unidades de Conservação a partir da crescente demanda dos povos e comunidades residentes no interior ou no entorno de UCs no desenvolvimento de atividades de turismo. O ICMBIO elaborou um conceito e os princípios do TBC, que são: conservação da sociobiodiversidade; valorização da história e da cultura; protagonismo comunitário; equidade social; bem comum; transparência; partilha cultural; atividade complementar; educação; dinamismo cultural; e continuidade (ICMBIO, 2017, p. 11). Como conceito, o TBC é definido desta maneira:

Turismo de Base Comunitária é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação. (ICMBIO, 2017, p. 11).

Já em 2019, foi publicado pelo ICMBIO o “Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: caderno de experiências”, documento que deu continuidade ao documento de 2017, referenciado anteriormente. O caderno de experiências compartilha 13 iniciativas de TBC em UC federais, visibilizando as ações coletivas de bases sustentáveis para os novos caminhos do TBC, pois consideram que “a proposta de Turismo de Base Comunitária (TBC), em articulação às UC, vem adquirindo cada vez mais visibilidade como uma alternativa de turismo, em bases sustentáveis e segundo o compromisso ético de justiça e resistência social” (ICMBIO, 2019, p.17). Uma das 13 iniciativas de TBC que fazem parte do caderno de experiências do ICMBIO é a Rede Nhandereko.

Para concluir as definições, conceitos e questões legais do TBC, é notável mencionar as diversas perspectivas do TBC de acordo com Mendonça e Moraes (2012):

Alternativa ao modelo hegemônico de turismo; protagonismo e forte mobilização dos grupos sociais locais envolvidos; fundamentos da economia solidária e do cooperativismo; busca pelo desenvolvimento local; inclusão social; participação e diálogo efetivo; sentimento de pertencimento e identidade com o local; desenvolvimento de capacidades; organização em redes; conservação do patrimônio natural e cultural; distribuição equitativa dos benefícios gerados pela atividade; pequenos empreendimentos domiciliares e familiares; produção associada ao turismo, entre outras. (MENDONÇA; MORAES, 2012, p. 1180).

Como apresentado por Mendonça e Moraes (2012) e Freire e Ferreira (2015) o TBC é uma alternativa ao modelo hegemônico que se contrapõe ao turismo de massa e sua lógica de reprodução capitalista. Portanto o TBC é visto no Brasil como uma ferramenta de luta social, pelos direitos, pela terra, pela memória cultural e pela conservação dos recursos naturais (MENDONÇA; MORAES, 2012, p. 1173; SANZOLO; BURSZTYN, 2009, p. 150).

Por ser uma ferramenta de luta, o TBC se articula dentro de movimentos sociais para a organização e atendimento das demandas específicas dos territórios das comunidades locais. Sendo assim, o TBC é uma ferramenta de luta para a defesa do território para os povos e comunidades tradicionais de Paraty/RJ e Ubatuba/SP organizadas pelo Fórum de Comunidades Tracionais (FCT) e articuladas na Rede Nhandereko de TBC.

2.3 Rede Nhandereko de Turismo de Base Comunitária

Para contar a história da Rede Nhandereko foi referenciado o acúmulo de diálogos e de documentos elaborados pela própria Rede. Dessa forma, o que é contado a seguir foi elaborado pela coordenação da Rede Nhandereko com o apoio de parceiros.

A Rede Nhandereko é formada por povos indígenas e comunidades tradicionais caiçaras e quilombolas protagonistas de uma forma de turismo que busca não interferir em nosso modo de vida. Formamos uma rede de empreendimentos turísticos geridos por indivíduos, famílias e coletivos organizados nas comunidades tradicionais ligadas ao Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT). (REDE NHANDEREKO DE TBC).

Em 2016, em parceria com o OTSS, foram realizadas Partilhas² de TBC para a articulação das comunidades voltadas ao desenvolvimento do TBC no território. Em um desses encontros de Partilha de TBC foi definido o nome da Rede de TBC, resultando em Rede Nhandereko de Turismo de Base Comunitária. O nome “Nhandereko” é da sabedoria guarani e traz o seguinte significado, de acordo com Julio Karai, da aldeia Guarani Sapukai (Angra dos Reis): “Nhandereko para nós, povo guarani, é nosso modo de ser, nosso modo de praticar nossa cultura, nosso modo de ser a dança e a preservação da nossa cultura e costume”.

Atualmente a Rede Nhandereko está organizada por 14 comunidades tradicionais caiçara, indígena e quilombola ligadas ao movimento do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT). Sua governança é estruturada por meio de quatro coordenadores representando as três etnias do território - caiçara, indígena e quilombola. A gestão da Rede Nhandereko é realizada de forma participativa com o envolvimento de 14 comunidades organizadas na Rede Nhandereko, da coordenação da Rede Nhandereko e possíveis contribuições de parceiros (Coordenação da Rede Nhandereko).

Para obter uma definição dos acordos para o funcionamento da Rede Nhandereko foi elaborada de forma coletiva entre as comunidades a Carta de Princípios da Rede Nhandereko. A Carta dispõe sobre a forma de gestão participativa do TBC na

²De acordo com Oliveira: "as partilhas são encontros em que se busca articular, qualificar e replicar as experiências existentes e impulsionar a definição das estratégias dos focos de ação no território, por meio da vivência dos comunitários e das experiências ofertadas por cada comunidade e, ao final de cada partilha, é pactuado uma agenda comum e sua implementação". (GALLO; NASCIMENTO, 2019, p. 155).

comunidade, considerando que "a comunidade é proprietária, gestora e empreendedora dos empreendimentos turísticos. A governança da Rede Nhandereko deve garantir que a atividade de TBC seja discutida e apropriada pelo maior número possível de comunitários".

Os princípios da Rede Nhandereko segundo a Carta de Princípios (2018) são:

- Reconhecimento de sua origem vinculada ao Fórum de Comunidades Tradicionais seus valores e lutas como: a preservação e garantia do território, valorização dos saberes locais, agroecologia, educação diferenciada;
- O Protagonismo das comunidades tradicionais;
- Resgatar, valorizar e promover a conservação dinâmica das práticas e manifestações culturais tradicionais que integram o patrimônio cultural imaterial das comunidades. Denominadas no âmbito da rede, tomando emprestado da sabedoria Guarani, como “Nhandereko – nosso modo de ser”;
- A conservação e o uso sustentável dos recursos naturais;
- Oferecer acolhimento diferencial e promover a mística em todas as atividades como estratégia para o encantamento de nossos interlocutores;
- Proporcionar aos turistas contatos culturais autênticos e vivências que lhes permitam dar valor e importância às contribuições das comunidades à sociedade e à natureza;
- Utilizar o turismo como instrumento para o fortalecimento comunitário e associativo, viabilizando a permanência nas comunidades, a geração de trabalho e renda e inclusão crescente de comunitários;
- Valorizar as organizações; lideranças; mestres, griôs e pajés; empreendimentos e iniciativas locais. Promover a participação, equidade e solidariedade;
- Valorizar a Agricultura familiar tradicional, a agroecologia, a pesca artesanal e as iniciativas locais da economia popular;
- Estabelecer acordos baseados na distribuição equilibrada de custos entre produtos, serviços e roteiros, bem como na divisão do trabalho e na formação de preços justos;
- Visibilizar as contribuições de jovens, mulheres e griôs e buscar equidade de gênero e geração em todas as atividades;
- Auto-gestão, autonomia e respeito aos acordos;
- Trabalhar com o povo, estruturando sua ação de forma a acompanhar as comunidades, desenvolvendo capacidades para o desenvolvimento autônomo. (REDE NHANDEREKO DE TBC, 2018).

Como mencionado, o formato de articulação da Rede Nhandereko para o diálogo e formação de TBC é por meio de partilhas. Segundo a coordenação da Rede Nhandereko, as partilhas são:

As partilhas, ferramenta estratégica na consolidação das experiências de TBC da Rede, tem como objetivo promover a troca de conhecimentos e estimular a partir das experiências nos territórios a formação e acúmulos sobre temáticas específicas prioritárias para a

Rede e os roteiros comunitários. Consolidando a construção de conhecimentos teóricos e práticos. (REDE NHANDEREKO DE TBC).

Além das Partilhas de TBC entre as comunidades da Rede Nhandereko, são realizados intercâmbios de conhecimentos sobre TBC em âmbito regional e estadual para um processo de formação, troca de experiências e fortalecimento para a luta do TBC em outras regiões.

[...] para o TBC, assegurar os direitos dos povos e comunidades tradicionais como o acesso aos territórios é muito importante para que as atividades culturais e o modo de vida permaneçam, pois são a chave de um turismo de base comunitária. (REDE NHANDEREKO DE TBC).

3 METODOLOGIA

3.1 Procedimento metodológico

A pesquisa foi elaborada a partir da abordagem metodológica de Meios de Vida Sustentáveis utilizando-se da pesquisa participante como base de construção coletiva e tendo como forma de análise a proposta de Laurence Bardin (1977) de análise de conteúdo.

3.1.1 Abordagem de Meios de Vida Sustentáveis

O aporte metodológico empregado foi a Abordagem de Meios de Vida Sustentáveis (MVS). Segundo Carney (2004), essa é uma análise participativa centrada nas pessoas e nos seus meios de vida. Tem como objetivo identificar as limitações, assim como os potenciais dos meios de vida, a fim de tornar as populações mais resilientes perante os contextos de vulnerabilidade (DFID, 1999).

A abordagem de MVS está norteada por cinco dimensões: humana, social, natural, física e financeira. Cada uma delas foi dividida em indicadores que abrangem áreas específicas dentro de cada dimensão. De acordo com o DFID (1999):

a) Dimensão humana: nível de habilidades, conhecimento, capacidade de trabalho, educação e saúde, permitindo que as pessoas busquem estratégias de subsistência para alcançarem seus objetivos;

b) Dimensão social: rede e conexões entre famílias e comunidades; capacidade de trabalhar em conjunto; acesso a instituições mais amplas; participação de grupos formais; relações de confiança e reciprocidade;

c) Dimensão natural: recursos naturais intangíveis, como atmosfera e biodiversidade, e os recursos diretamente usados, como as árvores, a terra e a água etc.;

d) Dimensão física: infraestrutura básica e bens de produção para subsistência, como mudanças no ambiente físico, equipamentos, transporte, abastecimento de água e saneamento, energia, acesso à informação;

e) Dimensão financeira: recursos financeiros utilizados para atingir os objetivos dos meios de vida, como renda, empréstimos e dívidas etc.

O MVS é aplicado para planejar novas atividades de desenvolvimento ou monitorar e avaliar a contribuição das atividades existentes para a sustentabilidade dos

meios de vida (DIFD, 1999). Utilizar uma perspectiva de subsistência contribui na identificação da “ampla gama de impactos diretos, indiretos, positivos e negativos, que são importantes para a população local” (ASHELEY; HUSSEIN, 2000, p. 6).

Essa abordagem permite uma avaliação holística que determina as informações das análises dos meios de vida que podem ajudar a priorizar as decisões políticas e as intervenções de acordo com o seu impacto. Dessa forma, é possível aproximar as medidas governamentais dos interesses reais e das demandas das comunidades (DFID, 2001).

3.1.2 Pesquisa participante

Este estudo, mergulhado nas territorialidades e nas relações intrínsecas das comunidades tradicionais com a natureza, com as suas culturas e lutas, está baseado na participação e interação entre os sujeitos envolvidos na pesquisa para a construção coletiva do conhecimento. Essa premissa encontra-se na pesquisa participante a qual se fundamenta na crítica às práticas científicas convencionais de “dominação, desconhecimento, aproveitamento ou extorsão do saber popular ou nativo” (THIOLLENT; SILVA, 2007, p. 94).

O princípio é o compartilhamento de saberes e a participação de todos os sujeitos, envolvidos em trabalho conjunto, para propor possíveis soluções aos problemas que advêm das necessidades e demandas da realidade a ser transformada. Dessa forma, estabelece-se uma relação de confiança entre o pesquisador e a população interessada (FAERMAM, 2014; KOERICH *et al.*, 2009).

Essa metodologia está relacionada com a teoria e a prática (KOERICH *et al.*, 2009), a partir de um espaço de diálogo de saberes para a busca de soluções e para o aprendizado nas práticas educacionais, culturais, políticas, técnicas e profissionais que fazem sentido na vida dos interessados (THIOLLENT, 2002).

De acordo com Gil (1991), a pesquisa participante permeia as ações de análise e melhorias a curto, médio e longo prazo. Para o autor, a pesquisa participante segue as seguintes etapas:

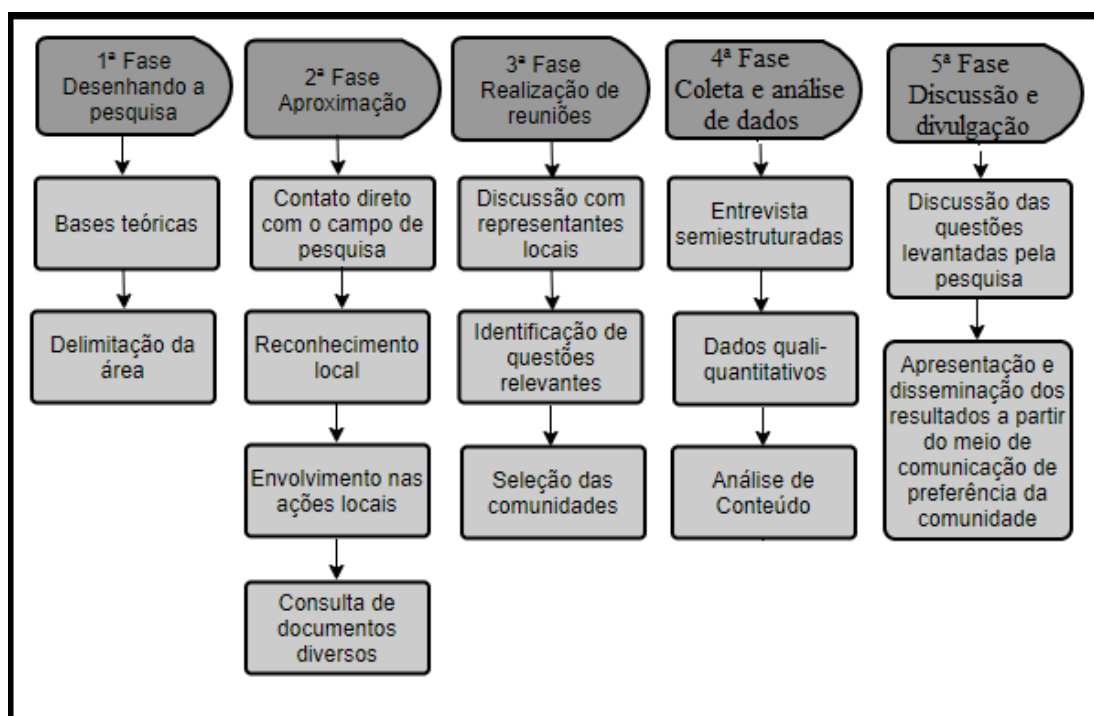
Quadro 1 – Etapas da pesquisa participante

Pesquisa participante	
Montagem institucional e metodológica	Pesquisadores e população a ser pesquisada desenvolvem: bases teóricas da pesquisa, técnicas de coleta de dados, delimitação da região, organização do processo de pesquisa participante (identificação dos colaboradores, distribuição das tarefas, partilha de decisões), preparação dos pesquisadores, cronograma de atividades.
Estudo preliminar da região e da população pesquisada	Identificação da estrutura social da população; descoberta do universo vivido pela população; recenseamento dos dados sócio-econômicos e tecnológicos; identificação das diferenças sociais dos membros e conflitos no âmbito da "comunidade".
Análise crítica dos problemas	Compreender, em uma perspectiva interna, o ponto de vista dos indivíduos e dos grupos acerca das situações que vivem; uso de técnicas qualitativas de coleta de dados; conviver com a comunidade, partilhar seu cotidiano; uso de técnicas estruturadas e quadros teóricos de análise para maior significação e generalização dos dados obtidos; dados objetivos sobre a situação da população como: dados geográficos, demográficos, econômicos, sanitários, habitacionais, viários, educacionais.
Análise crítica dos problemas	Grupo de estudo para análise crítica de problemas prioritários; descrição do problema, identificação das causas do problema, formulação de hipóteses de ação.
Elaboração do plano de ação	Ações que possibilitem a análise mais adequada do problema estudado; ações que possibilitem melhoria imediata da situação em nível local; ações que possibilitem melhoria a médio ou longo prazo em nível local ou mais amplo.

Fonte: Elaborado pela autora (2020), com base em Gil (1991).

A partir do referencial teórico mencionado foi elaborado o seguinte procedimento metodológico para o desenvolvimento da presente pesquisa (Figura 1). Ressalta-se que a pesquisa participante não se esgota nesta pesquisa, mas sim proporciona oportunidades para que outras pesquisas dêem continuidade ao desenvolvimento e aprimorem o estudo.

Figura 1 – Procedimento metodológico



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Apresentadas as fases da pesquisa, é abordado a seguir como cada uma se desenhou até o momento. Todavia, é importante mencionar que a discussão inicial para a elaboração da pesquisa surgiu a partir do primeiro contato da pesquisadora com o movimento do Fórum de Comunidades Tradicionais Angra/Paraty/Ubatuba, durante o “I Encontro sobre uso Público e Áreas Protegidas”, organizado pelo Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo (UNESP), atual professor orientador da pesquisa.

O interesse em conhecer a luta do FCT proporcionou o diálogo com o professor Sansolo, que possui vínculo com o FCT e o OTSS, desenvolvendo pesquisas acadêmicas em conjunto.

Uma das pesquisas realizadas na região, em parceria com o FCT e com o OTSS, a qual a pesquisadora participou como colaboradora, é o projeto “Da terra à mesa: mapeando práticas e saberes alimentares e avaliando políticas de soberania alimentar e nutricional de comunidades tradicionais no Brasil, Bolívia e Uruguai”, CNPq/MCTIC N° 016/2016, coordenado pelo Prof. Dr. Sansolo, desenvolvida no início de 2017 e com término em 2020. A proposta do projeto atende a uma demanda levantada pelo OTSS com o objetivo de registrar as tecnologias sociais de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) das comunidades tradicionais, contribuindo para o empoderamento das comunidades e suas relações com o território e o reconhecimento dos

conhecimentos tradicionais. Dessa maneira, a partir de uma dimensão mais ampla do projeto “Da terra à mesa”, foi estruturada a presente pesquisa.

a) 1ª fase – Desenhando a pesquisa:

Por meio das ações iniciais mencionadas anteriormente, foi desenvolvida a “1ª fase – Desenhando a pesquisa”. Uma das atividades foi selecionar o referencial teórico utilizado, que fundamenta os conceitos discutidos na pesquisa e proporciona a articulação entre a teoria e a prática, por meio da vivência no local de estudo. As discussões e conceitos abordados pelas disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – Unesp/IPPRI também contribuíram para a fundamentação teórica da pesquisa, fortalecendo a discussão sobre educação do campo, expansão geográfica do capital, teoria da dependência, desenvolvimento extrativista e produção do espaço.

O segundo ponto trabalhado foi a questão da delimitação da área, abrangendo as comunidades que integram o FCT na região de Ubatuba (SP) e Paraty (RJ). A proposta inicial foi desenvolver a pesquisa nas cinco comunidades tradicionais do FCT que participam do projeto “Da terra à mesa”, no entanto, conforme será mencionado na “3ª fase – Realização de reuniões”, a escolha das comunidades participantes da pesquisa ocorreu de acordo com a demanda da Rede Nhandereko.

A partir do projeto de pesquisa elaborado, foi possível fazer o cadastro para a aprovação da pesquisa nas seguintes instituições: COTEC (Comissão Técnico Científica da Fundação Florestal), que autoriza a execução de pesquisas em Unidades de Conservação administradas pelo Instituto Florestal e Fundação Florestal (Anexo A); SisBio (ICMBIO), sistema de atendimento para a realização de pesquisa em unidades de conservação federal, seguindo a Instrução Normativa ICMBIO nº 03/2014 (Anexo B); e Comitê de Ética em Pesquisa, pela Plataforma Brasil (Anexo C). O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) exigido pela Plataforma Brasil e Comitê de Ética em Pesquisa está apresentado no Apêndice A.

Por fim, é importante destacar como ação da 1ª fase o contato com um dos coordenadores do OTSS, o qual proporcionou o diálogo com os coordenadores da Rede Nhandereko para que a pesquisa fosse articulada em conjunto.

b) 2ª fase – Aproximação:

A relação entre o FCT, o OTSS e a UNESP, bem como o envolvimento no local, é a base da “2ª fase– Aproximação”. A primeira oportunidade de aproximação com as comunidades locais ocorreu pela participação da pesquisadora como colaboradora do projeto “Da terra à mesa”. Durante o primeiro semestre do mestrado (2018), foram realizadas as disciplinas e seus respectivos trabalhos, bem como a participação das seguintes atividades do projeto “Da terra à mesa”: encontros nas comunidades para apresentação do projeto, mutirões em sistema agroflorestal na comunidade do Quilombo da Fazenda e Festejo Caiçara da Comunidade Tradicional Caiçara de Trindade, com as atividades de horta, farinhada, oficina de rabeca e construção de canoa.

Essa primeira aproximação permitiu o reconhecimento visual do local, onde estão localizadas as comunidades; a compreensão das instituições presentes no local, como o movimento social do FCT, a Rede Nhandereko de TBC, o OTSS, as associações de moradores e a associação de barqueiros; e também proporcionou um primeiro espaço para a apresentação da trajetória da pesquisadora e dos objetivos com a pesquisa.

Para estreitar o envolvimento na região, em fevereiro de 2019, a pesquisadora decidiu morar em um dos municípios de estudo da pesquisa, Ubatuba (SP). Essa mudança possibilitou a participação nas atividades, aprendendo com os encontros e com as falas repletas de conhecimento, resultando na construção de uma relação de confiança e comprometimento com os comunitários. Essas ações de participar dos espaços de diálogo e colaborar com os sujeitos envolvidos na pesquisa são as ferramentas da pesquisa participante que fundamentam a 2ª fase.

O fato de estar no território das comunidades tradicionais traz uma reflexão importante que remete a questão de permitirem a presença da pesquisadora no território vivido, de luta, resistência, cultura dos povos tradicionais. Portanto, estar nos territórios proporcionou momentos gratificantes por ter vivenciado e compreendido o significado de “território” para as comunidades tradicionais.

Por meio desses caminhos percorridos na 2ª fase da pesquisa, o entendimento do local, das ações realizadas, das partilhas e dos diálogos proporcionou outra visão da pesquisa participante. Como discutido por Cardoso (1995, p. 349) *apud* Marcos (2006, p. 128), existe uma diferença entre “ver” e “olhar”, e por isso a 2ª fase possibilitou deixar de ver o superficial e começar a olhar a interioridade dos sujeitos, as significações e os sentidos.

Seguindo o caminho do “olhar” a comunidade e os seus sujeitos, a relação com o outro se estabelece de forma afetiva, social e de vida (BRANDÃO; CAMPOS;

DEMOS, 1984 *apud* MALINOWSKI). É esse percurso que alimenta a 2ª fase da pesquisa participante.

A vivência da 2ª fase da pesquisa suscitou a identificação de questões-chave para a pesquisa e as fases posteriores. Diante das partilhas, dos encontros, das reuniões e dos diálogos, foi possível compreender o sentido que o TBC tem para as comunidades. Portanto, compreende-se que o TBC é uma ferramenta política, que protagoniza a história das comunidades tradicionais, valorizando sua cultura, estando assim na contramão do turismo de massa predatório. É também uma forma de geração de renda, incentivando a permanência e o retorno dos jovens para suas comunidades.

Foram levantadas questões como a disputa territorial e as relações do território das comunidades, como um território sagrado, de saber espiritual e que carrega a história da comunidade. Por isso a importância de ter como uma das atividades dos roteiros de TBC o momento de “contação de história”, para que os griôs/mestres/caciques possam falar sobre o território e a cultura da comunidade. A participação dos jovens foi um ponto levantado nos encontros e reuniões, abordando como esse grupo está crescendo e se fortalecendo. Por fim, foram ressaltados os conflitos existentes desde a construção da rodovia Rio-Santos (BR 101) e como ela modificou os modos de vida das comunidades, bem como os conflitos e as restrições impostas pelas UC.

Essas compreensões direcionaram o enfoque das fases seguintes, para que estas pudessem ser realizadas a partir do entendimento das questões locais. Assim, é possível concluir que, como menciona Tripp (2005), a reflexão é uma etapa contínua que circula as fases no seu “vai e vem”. Dessa forma, coloco a reflexão da 2ª fase como um momento de aprendizado, absorção e de grande conexão com o outro e com a história do território das comunidades, uma conexão aberta a receber os sentimentos e a grandeza das palavras de cada um.

c) 3ª fase – Realização de reuniões:

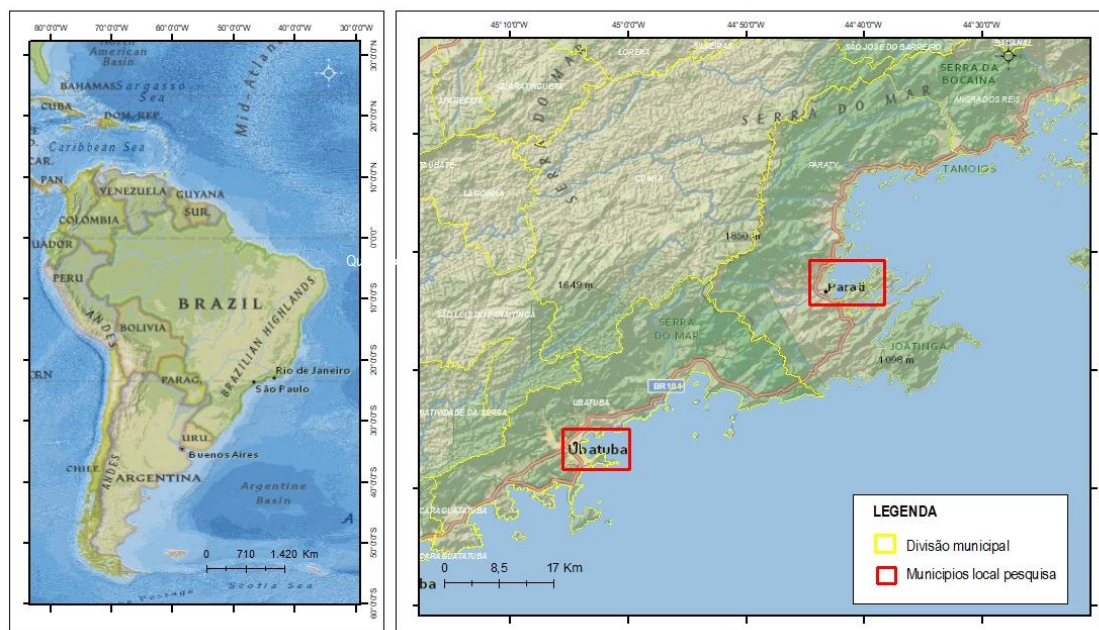
Como mencionado na 1ª fase, o envolvimento com os coordenadores da Rede Nhandereko teve como objetivo desenvolver a pesquisa coletivamente de forma participativa. Assim, a 3ª fase foi o momento para discutir em conjunto com os coordenadores da Rede Nhandereko as questões relevantes a serem abordadas na pesquisa.

A primeira reunião foi realizada em agosto de 2019 com uma das coordenadoras da Rede Nhandereko, a fim de apresentar da pesquisa, selecionar os indicadores de avaliação e definir as comunidades participantes da pesquisa. Como a presente pesquisa propõe a avaliação do TBC a partir da abordagem de MVS, foi necessária a discussão sobre quais indicadores a Rede Nhandereko considera importantes para serem trabalhados na avaliação.

O segundo ponto discutido na reunião foi sobre quais comunidades participariam para avaliar o TBC. Foi mencionada sobre a proposta inicial, de fazer a avaliação com as comunidades que já participam do projeto “Da terra à mesa”. No entanto, a coordenação da Rede sugeriu realizar a avaliação com cinco comunidades participantes da Rede e que fazem parte de um projeto em desenvolvimento pela Rede Nhandereko e parceiros. Além disso, a escolha também foi definida por essas comunidades terem seus roteiros de TBC mais estruturados, de acordo com a coordenação da Rede.

Colocada essa demanda e o interesse na avaliação do TBC, foram definidas as seguintes comunidades tradicionais para a participação na pesquisa: duas comunidades quilombolas – Quilombo do Campinho da Independência (Paraty/RJ) e Quilombo da Fazenda (Ubatuba/SP); duas comunidades caiçaras – Trindade e São Gonçalo (Paraty/RJ); e uma comunidade indígena – Aldeia Guarani Mbya da Boa Vista (Ubatuba/SP). Neste ponto há uma importante ponderação, pois, na aldeia Boa Vista, foi iniciado o processo de entrevistas em fevereiro de 2020, no entanto não foi possível concluí-las por causa da pandemia da COVID-19. Assim, a aldeia Boa Vista não pôde participar da presente pesquisa.

Mapa 1 – Localização dos municípios de Paraty (RJ) e Ubatuba (SP)



Localização da área da pesquisa -
Brasil, Sul América

Localização da área da pesquisa- Paraty e Ubatuba, Brasil

Fonte: elaborado por Marcia Arteaga, 2020.

Mapa 2 – Comunidades tradicionais participantes da pesquisa



Fonte: elaborado por Marcia Arteaga, 2020.

A segunda reunião foi realizada em setembro de 2019 com todos os coordenadores da Rede Nhandereko (representante indígena, caiçara e quilombola). Foi apresentada a pesquisa em mais detalhes, abordando a construção do projeto de pesquisa, o objetivo da avaliação a partir da abordagem de MVS, os indicadores e, por fim, a apresentação do “Roteiro de entrevista – representante da comunidade” e do “Roteiro de entrevista – TBC” (Apêndice B e C). O roteiro foi apresentado para que os coordenadores contribuíssem com sugestões a fim de atender aos objetivos e às demandas da Rede Nhandereko, construindo um material de avaliação coletivo.

Esse encontro foi de extrema importância para a pesquisa, que recebe, dessa forma, o respaldo da Rede Nhandereko, bem como do FCT, para a sua construção e seu propósito de ação, articulada coletivamente de acordo com a intencionalidade da

pesquisa participante. É importante mencionar que a atividade de entrevista da “4ª fase– Coleta e análise de dados” também teve o apoio dos coordenadores da Rede Nhandereko: antes da realização da entrevista houve uma articulação entre os coordenadores da Rede Nhandereko e os representantes das comunidades participantes.

Essa questão fortalece e legitima a autonomia que os movimentos e as comunidades tradicionais têm sobre seu envolvimento com as pesquisas acadêmicas, para que estas sejam elaboradas de acordo com as demandas e intencionalidade do movimento e da comunidade para atingir interesses locais.

d) 4ª fase – Coleta e análise de dados:

A primeira etapa da 4ª fase foi a realização de entrevistas. Tanto o roteiro dos representantes como o roteiro do TBC foram estruturados por perguntas abertas e fechadas. Foi utilizado um gravador de voz, autorizado pelo entrevistado e entrevistada, para posteriormente a entrevista ser transcrita.

e) 5ª fase – Discussão e divulgação:

A 4ª e a 5ª fases serão abordadas na seção 4.

3.2 Levantamento de dados

3.2.1 Pesquisa documental e bibliográfica

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizada a pesquisa documental e o levantamento bibliográfico por meio de materiais de apoio como livros, teses, dissertações, artigos científicos, textos técnicos, cartilhas e legislações para melhor compreensão das relações do território com o TBC, proporcionando melhor contextualização do estudo.

Os temas norteadores foram: disputa territorial, defesa do território, espaço, território, turismo de base comunitária, turismo de massa, “*overtourism*”, tecnologia social, meios de vida sustentáveis e povos e comunidades tradicionais. Os temas foram estudados para fortalecer as reflexões dialogadas na pesquisa.

3.2.2 Entrevista semiestruturada

Conforme mencionado na 4ª fase, a segunda reunião teve como objetivo a apresentação da pesquisa e do roteiro de entrevista para que em conjunto com a

coordenação da Rede Nhandereko fosse construído um material coletivo de avaliação. Portanto, a entrevista semiestruturada teve o seu roteiro previamente elaborado, partindo de questionamentos básicos resultantes tanto da teoria como também de toda informação já vivenciada sobre a questão pesquisada (TRIVINÕS, 1987). Dessa forma, as perguntas do roteiro, tanto abertas como fechadas, foram elaboradas a partir de estudos referenciais da abordagem de MVS e pela contribuição da Rede Nhandereko de TBC.

A entrevista utiliza dados qualitativos e quantitativos, orientada pelas dimensões da abordagem de MVS e seus respectivos indicadores. As entrevistas foram realizadas com dois grupos: (i) representantes de cada comunidade, para obter informações gerais sobre o TBC e indicar os comunitários que trabalham com TBC e (ii) comunitários que trabalham com TBC. O roteiro da entrevista para o grupo (ii) está dividido em três partes: a) informações pessoais; b) caracterização do TBC e c) dimensões dos MVS.

O número de entrevistas foi estabelecido pela amostragem intencional, a partir dos representantes das comunidades, os quais indicaram os nomes dos comunitários que trabalham com o TBC. Como as lideranças do TBC do Quilombo do Campinho da Independência, da Comunidade Tradicional Caiçara de Trindade e da Comunidade Caiçara de São Gonçalo são os coordenadores da Rede Nhandereko, eles se nomearam como representantes de suas respectivas comunidades para a realização da entrevista de representantes. Já para a entrevista no Quilombo da Fazenda, uma representante foi indicada pela Rede Nhandereko.

A amostragem também seguiu a metodologia de bola de neve (BERNARD, 2006). A partir do total de comunitários envolvidos nas atividades, foi estabelecido um percentual médio de 30% para a seleção dos entrevistados conforme a indicação dos representantes, considerando um número mínimo de cinco entrevistas por comunidade, como mostrado na tabela a seguir.

No total foram entrevistadas 23 pessoas que trabalham com TBC nas quatro comunidades envolvidas na pesquisa. As entrevistas iniciaram no mês de outubro de 2019 e terminaram em março de 2020. Para que as pessoas entrevistadas não sejam identificadas, conforme acordado no TCLE (Apêndice A), elas foram referenciadas com a palavra “entrevistado” mais uma letra e um número.

Tabela 1– Número total da equipe de TBC e número de entrevistados em cada comunidade

Comunidade	Total de equipe	Total de entrevistados	%
Quilombo do Campinho da Independencia	12	6	50
Quilombo da Fazenda	20	7	35
Comunidade Caiçara de São Gonçalo	20	5	25
Comunidade Tradicional Caiçara de Trindade	12	5	42

Fonte: elaborada pela autora, 2020.

Na seção a seguir são apresentados os dados obtidos pelos dois roteiros de entrevistas, caracterizando as comunidades participantes, levantando dados sobre o perfil dos entrevistados e trazendo as reflexões e percepções dos comunitários sobre a relação do TBC nos meios de vida em cada um dos indicadores das cinco dimensões.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Caracterização das comunidades

Para conhecer sobre as comunidades tradicionais participantes da pesquisa, foi estruturado o “Roteiro de entrevista – Representante da comunidade” para as entrevistas com os representantes de cada comunidade. A seguir a história de cada comunidade é contextualizada de acordo com os relatos dos representantes e de pesquisa bibliográfica.

a) Quilombo da Fazenda:

O Quilombo da Fazenda é uma comunidade de remanescentes de quilombolas no município de Ubatuba (SP), localizada no Sertão da Praia da Fazenda. Com a construção do trecho da Rodovia BR 101 entre Ubatuba/SP e Paraty (RJ) em 1975, a comunidade sofre mudanças no seu modo de vida em razão da especulação imobiliária e da urbanização (MAPA DE CONFLITOS, s/d).

O território da comunidade está sobreposto pelo Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), que foi criado em 1977. A instalação do PESM também causou conflitos por impor restrições ao uso da terra, impedindo construções, plantios, extração de recursos naturais da mata e a pesca (SANTOS, 2013).

Com a chegada do PESM as famílias quilombolas sofreram com a violência e a expulsão de suas casas. Como relatado pela entrevistada, representando o quilombo, a comunidade se organizou e em 2003 fundou a Associação dos Remanescentes de Quilombo da Fazenda da Caixa, sendo reconhecida em 2006 pela Fundação Cultural Palmares como território quilombola. No entanto ainda estão sem resposta definitiva sobre a demarcação do território para o título da terra, graças a burocracias da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo – Fundação Florestal.

Segundo a entrevistada, a comunidade atualmente tem 300 moradores nas 50 famílias quilombolas. As principais atividades realizadas na comunidade são a roça, o artesanato, a gastronomia e o TBC. A seguir é apresentado o Sistema Agroflorestal (Figura 2) de uma das comunitárias, um sistema de plantio que busca a sustentabilidade na agricultura, aliando a produção com a conservação dos recursos (PENEIREIRO, 1999).

Figura 2 – Área do Sistema Agroflorestal no Quilombo da Fazenda – Ubatuba (SP)



Fonte: imagem da autora, 2018.

b) Quilombo do Campinho da Independência:

O Quilombo do Campinho da Independência está situado em Paraty (RJ). A sua história é contada pela entrevistada da seguinte forma:

A história da comunidade se inicia no final do século XIX a partir de três mulheres que vieram da África, em um navio negreiro. Elas embarcaram em Paraty-Mirim, ficaram na casa de engorda durante um período e depois foram comercializadas para a Fazenda da Independência. Foram escravizadas lá durante muito tempo.

Aqui na região existiram várias fazendas, uma delas é a Fazenda da Independência, que trabalhavam com a monocultura de cana-de-açúcar e café e com o passar do tempo as terras foram ficando menos produtivas. Como a terra começou a produzir menos, para eles (senhores) já não estava valendo a pena economicamente. E esse período culminou com o dito final da abolição da escravatura. Eles abandonaram esse território, com certeza foram explorar outros territórios do país, e as três mulheres então se organizaram e constituíram a comunidade que passava a se chamar Sertão da Independência e não mais Fazenda da Independência.

Viviam aqui se alimentando do que produziam, com o cultivo tradicional de mandioca, plantas de raízes, peixes do rio Carapitanga, que nasce na aldeia Araponga e deságua no Paraty-Mirim. Se alimentavam muito dos peixes do rio e também das caças do mato,

com armadilhas. Caminhavam 4 horas e 30 minutos para chegar em Paraty para trazer coisas que precisavam e que não tinham aqui, que era querosene para aluminação, sal para salgar alimentos, sabão para lavar a roupa, alguns faziam e outros não, e também às vezes fumo de rolo, em pedaço.

Viveram aqui até os anos 1970, quando chegou a Rodovia Rio-Santos, que atravessa, corta a comunidade ao meio. E começa uma luta para ganhar dinheiro para pagar advogado para ter um documento que comprovasse que a terra era nossa. Muitos moradores, homens, foram pro Rio de Janeiro para trabalhar embarcados em barcos de pesca para ganhar dinheiro para pagar advogado, outros foram trabalhar em Santos, a pé, caminhando oito dias para ganhar dinheiro e pagar advogado. As mulheres nesse período ficaram aqui cortando roçado, cuidando da roça, das crianças, segurando toda a peteca da comunidade. Vários advogados deram calote até que chegou um dia que uma pesquisadora em Paraty, chamada Neusa Gusmão, foi indicada para vir aqui no Quilombo e fez essa pesquisa que resulta em um livro – Terra de Pretos, terra de Mulheres. Levou na Fundação Palmares e em 1994 formamos a Associação que antes eram as lideranças lutando, em 1998 a associação se renova e em 1999, dia 21 de março a gente consegue a titulação da terra. A primeira comunidade do estado do Rio de Janeiro a alcançar. (ENTREVISTADA A0).

Entre as décadas de 1960 e 1970, a comunidade passou por conflitos de terras, somados à construção da Rodovia BR101, que resultou em supervalorização da área, tornando-a alvo para a especulação imobiliária e empreendimentos turísticos. Como consequência houve pressão para os moradores abandonarem as terras, tomadas algumas vezes violentamente (LIMA, 2008). Na luta pela terra, a comunidade resistiu e exigiu a titulação de terra, que ocorreu em 1999, como conta a entrevistada do Quilombo do Campinho da Independência.

Figura 3 – Área do restaurante do Quilombo do Campinho da Independência – Paraty (RJ)



Fonte: imagem da autora, 2019.

A foto acima foi tirada durante o evento “FLIP PRETA”, em 2019, organizado pelo Quilombo do Campinho. O evento marca a luta e resistência do povo negro e quilombola por meio da literatura e troca de saberes.

c) Comunidade Tradicional Caiçara de Trindade:

A Comunidade Tradicional Caiçara de Trindade está localizada no município de Paraty (RJ). De acordo com a entrevistada, representante da comunidade, os caiçaras da Comunidade Tradicional Caiçara de Trindade são descendentes dos índios carapebas com a miscigenação dos europeus. A comunidade era “uma vila de pescadores artesanais que viviam isolados, não tinha estrada e acesso de veículo, o único acesso era por picada na mata” (ENTREVISTADA C0).

A Comunidade Tradicional Caiçara de Trindade é marcada por conflitos de posse de terra e acesso aos recursos naturais (BOLETIM CARTOGRAFIA DA CARTOGRAFIA SOCIAL, 2016). Com a construção da BR 101 na década de 1970, o

acesso ao território foi facilitado, expondo Trindade ao turismo e à especulação imobiliária (ENTREVISTADA C0). Na mesma década, Trindade lutou contra a Companhia Paraty Desenvolvimento Turístico, como mencionado pelo ISA (2016).

Na década de 1970, a luta dos trindadeiros era contra a Companhia Paraty Desenvolvimento Turístico. União de duas multinacionais, a Brascan e a Adela (Agência de Desenvolvimento na América Latina), a empresa era constituída por 280 dos mais poderosos grupos empresariais do mundo, com sede em Luxemburgo. A Companhia se dizia dona das terras de Trindade e por nove anos tentou violentamente ocupar a área, chegando a manter 60 homens armados no local (ISA, 2016).

A comunidade resistiu, e em 1982 assinaram um acordo que garantiu o direito à permanência em parte das terras tradicionais (BOLETIM CARTOGRAFIA DA CARTOGRAFIA SOCIAL, 2016). Segundo a entrevista, “hoje a comunidade é dividida nos terrenos da companhia e os moradores que permaneceram”.

No entanto, a luta pelo território continuou com a criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB), em 1971, e da Área de Proteção Ambiental (APA) Cairuçu, criada em 1983. Ambas as UC causaram mudança no modo de vida da comunidade por “proibir e restringir as práticas tradicionais – a roça, a pesca artesanal, os ranchos, e as moradias na Praia do Caixa d’Aço e Praia do Meio” (BOLETIM CARTOGRAFIA DA CARTOGRAFIA SOCIAL, 2016).

Figura 4 – Pescadores no cerco flutuante na Comunidade Tradicional Caiçara de Trindade – Paraty (RJ)



Fonte: imagem da autora, 2019.

A foto acima foi tirada durante uma visita ao cerco flutuante, uma das atividades do roteiro de TBC da Comunidade Tradicional Caiçara de Trindade, representando a pesca artesanal e os saberes dos caiçaras.

d) Comunidade Caiçara de São Gonçalo:

A comunidade caiçara de São Gonçalo está localizada no município de Paraty (RJ). O representante da comunidade conta a seguinte história sobre a comunidade:

Surgiu da ancestralidade dos povos indígenas que habitavam o território da Costa Verde. Os caiçaras foram chegando e ocupando a orla da praia de São Gonçalinho e São Gonçalo que até a década de 1960 viviam da agricultura e pesca de subsistência. Com a chegada da Rio-Santos começa a migração para outras atividades, como o trabalho na construção da BR. Chegaram os empreendimentos na década de 1970, como o porto de Angra dos Reis e o estaleiro Verolme. Depois da Rio-Santos, que corta o território, começa o processo de especulação imobiliária por uma multinacional, e a comunidade de São Gonçalo e São Gonçalinho é praticamente

dizimada, restando de 167 famílias apenas 3 famílias. (ENTREVISTADO D0).

A multinacional mencionada é a empresa S/A White Martins, que grilou as terras dos caiçaras ameaçando-os de despejo pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), departamento que colaborou com a ação da empresa (MONTEIRO, 2015, p.4). Concluindo a fala do entrevistado, ele menciona que a comunidade caiçara de São Gonçalo "é a permanência e luta pelo território" (ENTREVISTADO D0). A foto abaixo é da praia de São Gonçalo.

Figura 5 – Praia de São Gonçalo na Comunidade Caiçara de São Gonçalo – Paraty (RJ)



Fonte: imagem da autora, 2020.

Com a breve contextualização da história de cada comunidade, é possível notar a luta para a defesa do território como bandeira comum aos povos tradicionais, devido a grandes conflitos territoriais, como a construção da BR 101, a especulação imobiliária por empreendimentos e multinacionais e o avanço do turismo. A partir desse contexto,

aponta-se o dado da “Comissão Camponesa da Verdade – violações de direitos no campo” de 2014 de que a região dos municípios de Angra dos Reis e Paraty, no período de 1960 a 1980, concentrou mais de 50% dos conflitos de terra denunciados ao Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR). Esses conflitos eram

[...] decorrentes da especulação imobiliária promovida pelos investimentos federais na região, tal como a construção da Rodovia Rio-Santos, a implementação do Parque Florestal da Serra da Bocaina e o tombamento da cidade de Paraty como Monumento Histórico Nacional pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. (COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE, 2014, p. 275).

Das quatro comunidades participantes, só o Quilombo do Campinho da Independência possui titulação de terra; o Quilombo da Fazenda tem o reconhecimento da terra e está com o processo de titulação em andamento, e as duas comunidades caiçaras, Trindade e São Gonçalo, não possuem titulação. Tratando esse ponto na entrevista com os representantes das comunidades, foi relatado sobre o que significa ter a titulação de terra da comunidade, conforme as falas abaixo:

Muito importante porque você se torna protagonista. É seu. A questão de fazer uma casa, não temos que pedir mais. A terra é sua, o título da terra é seu. (Representante do Quilombo da Fazenda).

Estabilidade emocional, para que as pessoas possam viver com uma seguridade permanente, onde seus filhos tenham direito à moradia e ao uso do território sem nenhuma dúvida se acontecerá alguma ação por parte do estado ou da especulação que o tirará do seu território. (Representante da Comunidade Caiçara de São Gonçalo).

Garantia e permanência no território. (Representante do Quilombo do Campinho da Independência).

As pessoas viveriam mais tranquilas. O reconhecimento traz o empoderamento da comunidade de serem reconhecidos enquanto território caiçara. (Representante da Comunidade Tradicional Caiçara de Trindade).

Diante do histórico das comunidades e seus caminhos de luta, foi levantada a questão sobre o que o TBC proporciona e significa para a comunidade e se houve mudança na comunidade depois de iniciar o trabalho com o TBC. Assim, foi exposto que o TBC gera renda e turismo o ano todo, que é um “turismo que fortalece a história, o território, fortalecimento para a gente” (representante do Quilombo da Fazenda), proporciona bem-estar, qualidade de vida, visibilidade da luta, repasse dos

conhecimentos, permanência no território, empoderamento, protagonismo dos comunitários, preservação da identidade, cultura e história do lugar; autorreconhecimento da cultura e empreendedorismo local.

Sobre a mudança na comunidade depois de iniciar o trabalho com o TBC, foi relatada a questão de uma maior organização da comunidade e empoderamento; a comunidade passou a perceber quão especial é a sua importância, pois as pessoas que visitam a comunidade a admiram; “as coisas que não tinham mais valor voltaram a ter, como reconhecimento do modo de vida” (representante da Comunidade Caiçara de São Gonçalo) e a importância da comunidade para dar continuidade à história.

Além desses pontos abordados, o roteiro de entrevista com os representantes das quatro comunidades participantes trouxe informações interessantes sobre o caminho que está sendo percorrido no TBC e sobre as características específicas das comunidades. Para isso foi elaborada uma tabela que permite a apresentação dos dados levantados no roteiro dos representantes (Quadro 2).

Quadro 2 – Caracterização das comunidades e do TBC de cada comunidade participante da pesquisa

	Quilombo da Fazenda	Quilombo do Campinho da Independência	Comunidade Tradicional Caiçara de Trindade	Comunidade Caiçara de São Gonçalo
Características da Comunidade				
Nº de moradores	303	600	1000	600
Nº de famílias	50	120	-----	200
Escola	Não	até 5º ano	até 5º ano	até 5º ano
Posto de saúde	Sim	Sim	Sim	Sim
Titulação de terra	Não	Sim	Não	Não
UC sobreposta	PESM	APA Cairuçu	PNSB e APA Cairuçu	PNSB, APA Cairuçu, Estação Ecológica de Tamoios
Mudança no modo de vida pela UC	Sim	Não	Sim	Sim
Principais atividades	roça, artesanato, TBC,	pesca, roça, artesanato, TBC,	comércio, pousadas, camping, TBC, turismo de massa,	TBC, pesca, roça, turismo, prestação de

	gastronomia	restaurante	roça	serviço
Produtos destinados ao TBC	mandioca, banana, juçara, cambuci	palmito, banana, mandioca, farinha	-----	palmito, hortaliças, tempero, aipim, banana, peixe, limão
Produtos para autoconsumo	hortaliças, banana, verdura, mandioca	hortaliças, batata doce, inhame, aipim, banana, giló, xuxu, mamão, carambola, ameixa, laranja	mandioca, tempero, acerola, pitanga, jambo, jaca, banana	aipim, banana, hortaliça, peixe, tempero
Turismo de Base Comunitária na comunidade				
Início do TBC	2018	2000	2007	2014
Nº pessoas da equipe	20	12	12	20
Nº de mulheres na equipe	14	9	4	6
Nº de homens na equipe	6	2	8	8
Funções da equipe	coordenação, agendamento, cozinheira, ajudante, limpeza, guiamento	coordenação, guiamento, agendamento, palestrantes (grió), limpeza, coordenação interna,	barqueiro, agendamento, cozinheira, oficineiros, guiamento, palestrantes (mestre canoeiro)	guiamento, articulação, recepção
Nº de roteiros	10	1	1	2
Principal grupo de visitantes	Pedagógico	Pedagógico	Pedagógico	Pedagógico
Dificuldades	organização, administração e equipamentos	Gestão financeira e organizacional	Formação em TBC e infraestrutura	competição com o turismo de massa, regularização da atividade de TBC nas UC, infraestrutura e formação em TBC

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Com base nessas contextualizações e nos dados levantados acima, observa-se que as comunidades participantes da pesquisa têm realidades diferentes e contradições particulares, bem como tem seus caminhos na construção do TBC com níveis de desenvolvimento diferentes. Sendo assim, a pesquisa tem como foco o olhar que o comunitário que trabalha com TBC possui sobre a relação que essa atividade possui com os seus meios de vida. Portanto, não foi proposto avaliar o TBC em cada comunidade, mas sim um entendimento geral que cada pessoa possui sobre essa atividade nas diversas dimensões.

Complementando os resultados apresentados sobre a caracterização das comunidades, na tabela 2 é apresentado o perfil dos entrevistados para proporcionar um panorama geral das pessoas que trabalham com TBC e poder dialogar com os resultados obtidos pela pesquisa.

Tabela 2 – Características dos participantes da pesquisa

Comunidade	Mulher	Homem	Idade	Função no TBC	Tempo no TBC (anos)
Quilombo do Campinho da Independência	X		42	agendamento e articulação	3
	X		63	griô e oficina de cestaria	36
		X	21	jongo	2
	X		39	cozinheira	6
	X		42	guia	1
Quilombo da Fazenda	X		43	coordenadora interna	13
		X	30	guia	13
	X		46	cozinheira	1
		X	38	guia e colaborador	1
		X	38	coordenador e colaborador	1
	X		54	cozinheira	1
		X	25	coordenador	4
Comunidade Caiçara de São Gonçalo	X		36	cozinheira	1
	X		30	guia	5
		X	40	guia	2
	X		19	contação de história e agroecologia	1
	X		38	recepção de grupo e contação de história	3
Comunidade Tradicional Caiçara de Trindade	X		60	recepção de grupo e contação de história	8
	X		31	colaborada	3
	X		65	cozinheira e recepção de grupo	10
		X	40	contação de história e guia embarcado	11
		X	68	contação de história	6
	X		45	cozinheira	6

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

A tabela 2 mostra que, dos 23 entrevistados, 15 são mulheres e oito são homens, sendo 16 pessoas adultas (30 a 60 anos), quatro pessoas idosas (maiores que 60 anos) e três pessoas jovens (15 a 29 anos). As funções de cada entrevistado no TBC variam entre: coordenação, agendamento, guia, palestrante (griô), cozinheira, ajudante,

oficineiro e recepção. Assim, foi possível compreender a percepção do TBC nos meios de vida dentro de cada função, proporcionando maior entendimento do TBC.

O tempo no trabalho de TBC de cada participante variou por diversos fatores; no Quilombo da Fazenda, o lançamento do roteiro de TBC foi realizado em 2019, porém alguns comunitários já trabalhavam com guiamento. Outras pessoas mencionam o tempo de envolvimento com o TBC em relação a sua atividade, como o artesanato e o trabalho de cozinha no restaurante da comunidade.

Diante da contextualização do histórico das comunidades e do perfil dos entrevistados, é abordado, no item a seguir, a relação do TBC nos meios de vida dos comunitários.

4.2 Turismo de Base Comunitária nos meios de vida sustentáveis

4.2.1 Dimensões e indicadores do Turismo de Base Comunitária

Conforme mencionado na seção 3, a pesquisa utiliza-se da abordagem de Meios de Vida Sustentáveis estruturada por cinco dimensões e seus respectivos indicadores. Esses indicadores foram definidos em conjunto com os coordenadores da Rede Nhandereko atendendo as demandas e informações necessárias para uma análise ampla sobre o Turismo de Base Comunitária na vida dos comunitários. Dessa forma, partindo das perguntas “O que o TBC procura alcançar? Quais são os resultados mais importantes do TBC?” foram levantados os seguintes indicadores para as cinco dimensões trabalhadas na abordagem de MVS utilizados no roteiro de entrevista.

Quadro 3 – Dimensões orientadas pela abordagem de Meios de Vida Sustentável (MVS) e indicadores definidos pela coordenação da Rede Nhandereko

Dimensão	Indicadores
Humana	H1. Soberania e segurança alimentar (diversidade de alimentos consumidos, origem da produção, acesso aos alimentos, relação da alimentação com a saúde)
	H2. Conhecimentos novos (aprendizados que contribuam com o desenvolvimento do TBC)
	H3. Permanência no local (intenção de permanecer na comunidade por meio da atividade de TBC)
	H4. Satisfação pessoal (estar feliz com o trabalho de TBC)
Social	S1. Participação dos jovens e das crianças (envolvimento dos jovens e crianças nas atividades de TBC - considerar jovens de 15 a 29 anos)
	S2. Participação feminina (recuperação da experiência feminina entendendo o feminino a partir das potencialidades e das riquezas das

	mulheres além da simples igualdade - por Cristina Carrasco)
	S3. Relação externa (relação com parceiros e instituições)
	S4. Relações internas (relações que o TBC proporciona entre a comunidade e os comunitários que trabalham com o TBC)
	S5. Político (políticas públicas, governança e posicionamento político)
	S6. Cultural (práticas e tradições centrais para a identidade de um povo e os meios para mantê-los/ saber tradicional)
Natural	N1. Conservação ambiental (conservação e manutenção da floresta, do solo, da água e dos recursos)
	N2. Acesso aos recursos (acesso aos recursos naturais e sua qualidade)
	N3. Área de uso (área de uso da comunidade para o desenvolvimento da atividade)
	N4. Unidade de Conservação
Física	F1. Infraestrutura local (acesso à infraestrutura para a realização do TBC)
	F2. Aquisição de bens familiares e individuais (aquisição de bens familiares e individuais proporcionados pelo trabalho com o TBC)
	F3. Materiais, equipamentos e serviços (materiais, equipamentos e serviços utilizados para o trabalho com o TBC)
	F4. Acesso equitativo das infraestruturas e materiais coletivos
Financeira	FN1. Renda (renda obtida pelo TBC)
	FN2. Investimento (investimento interno ou externo, acesso a crédito para o desenvolvimento do TBC)
	FN3. Gestão (organização e gestão financeira do TBC)
	FN4. Divisão do trabalho

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Fundamentados nos indicadores acima, os resultados apresentados a seguir trazem a percepção dos comunitários sobre como o TBC influencia o meio de vida das pessoas que trabalham com esse turismo.

A análise dos resultados foi feita utilizando as respostas das 23 pessoas entrevistadas, portanto, a interpretação do TBC em cada um dos indicadores foi realizada de uma forma geral a partir da visão e percepção dos comunitários. Dessa forma, a seguir, são discutidos os resultados de cada um dos indicadores divididos nas cinco dimensões.

4.2.1.1 Dimensão humana

a) H1 - Soberania e Segurança Alimentar:

O indicador H1 de Soberania e Segurança Alimentar (SSA) foi estruturado considerando quatro elementos principais: diversidade de alimentos consumidos, origem da produção, acesso aos alimentos e relação da alimentação com a saúde.

O diálogo entre SSA e TBC é iniciado a partir do ponto mencionado sobre o acesso aos alimentos. De acordo com as informações obtidas pelas 23 entrevistas, todos os entrevistados afirmaram que os alimentos produzidos na comunidade ou nas comunidades parceiras são utilizados nas atividades de TBC, entre café da manhã (café da roça), almoço e janta. Os alimentos utilizados nas atividades estão mencionados no quadro 6.

Quadro 4 – Lista dos alimentos produzidos nas comunidades tradicionais utilizados nas atividades de TBC mencionados pelos comunitários

Alimentos produzidos nas comunidades			
Alface	Cana	Jambo	Palmito
Banana	Cará	Juçara	Peixe
Batata Doce	Couve	Limão	Taioba
Cacau	Cupuaçu	Mamão	Tapioca
Camarão	Goiaba	Mandioca	Temperos
Cambuci	Inhame	Milho	Ovo

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Em razão de o TBC ter acesso aos alimentos produzidos localmente, os entrevistados afirmam que essa ligação fortalece os agricultores, valoriza os produtos e incentiva mais agricultores a fornecerem seus produtos para o TBC.

Esses alimentos advêm da roça, do sistema agroflorestal e do mar, no entanto é importante ressaltar um ponto abordado nas entrevistas sobre a preocupação dos comunitários em relação à garantia de uma área para plantio, conforme mencionado a seguir:

Primeiro precisamos de acesso à terra, ter o direito de plantar e plantar com consciência para termos alimentação saudável. (ENTREVISTADO D1).

Para mim, segurança alimentar é você ter autonomia do seu território e poder plantar, pescar e conseguir capitalizar de uma maneira que você leve sua história no alimento. (ENTREVISTADO C2).

A questão levantada sobre o acesso à terra e a autonomia em relação ao território para o plantio e produção de alimentos destinados diretamente para as atividades de

TBC está relacionada com a concepção do que se trata de uma alimentação saudável, pois a partir das respostas notamos que a alimentação saudável é considerada aquela em que você pode colher o que planta; é uma alimentação colhida na hora; produzida na roça; é a comida sem agrotóxico; é saber o que você come confiando na origem e na qualidade dos alimentos, sendo os produtos agroecológicos.

Posteriormente, ao questionar o que é uma alimentação saudável, foi perguntado se a alimentação dos comunitários mudou depois que eles começaram a trabalhar com TBC. A maioria das responderam que não houveram mudanças, pois aprenderam com os pais a plantar e, dessa forma, continuam plantando seus alimentos para consumo, conforme afirma o seguinte entrevistado:

A nossa alimentação vem sempre das nossas raízes, do que vem da terra. A gente viu dos antepassados como trabalhar e o modo de sobrevivência. Já carregamos isso no nosso sangue. (ENTREVISTADO B3).

Por outro lado, as pessoas que consideram que a alimentação mudou depois que começaram a trabalhar com TBC trazem o fato da mudança de consciência, adquirindo consciência sobre a alimentação. Relataram que houve maior valorização dos alimentos e das comidas e incentivo a ter a própria roça, para assim poder compartilhar sobre a sua produção de alimentos dentro do TBC.

É possível, a partir das informações referentes ao indicador H1_SSA, considerar que há uma relação entre SSA e TBC, mediante dos quatros elementos pontuados na pesquisa. Essa análise também tem como base a fala de um entrevistado sobre o que é TBC:

É um turismo sustentável e é a base de tudo que vivemos aqui e oferecemos, a nossa alimentação diferenciada, alimentação natural, de produto de qualidade e feita por uma comunidade. (ENTREVISTADO B5).

b) H2 - Conhecimentos novos:

O indicador sobre “conhecimentos novos” tem o intuito de apontar se há aprendizados que contribuem para o desenvolvimento do TBC. Esse indicador trouxe um diálogo interessante sobre a troca de conhecimentos considerando por um lado quanto o TBC contribui para o aprendizado de novos conhecimentos dos comunitários e

por outro lado quanto o conhecimento adquirido externamente em cursos, encontros etc. contribuem para o TBC.

A maioria dos entrevistados mencionou que obtiveram acesso a conhecimentos e aprendizados que contribuem para o TBC. Em relação ao conhecimento voltado para o desenvolvimento pessoal, foram relatados os seguintes aprendizados: responsabilidade, disciplina, administração, comunicação em público e liberdade de expressão.

É sempre uma aprendizagem pra gente, poder contar a história e se expressar. (ENTREVISTADO D2).

Antes tinha dificuldade de me expressar. Entender das leis, artigos, nossos deveres e direitos. (ENTREVISTADO A6).

A troca de conhecimentos também é estabelecida nas vivências do cotidiano, olhando as pessoas que trabalham amais tempo no TBC e aprendendo, por exemplo, sobre agroecologia, agrofloresta, maneiras de manejar as plantas, as histórias do território e de outras comunidades.

O indicador “conhecimentos novos” possibilitou refletir sobre a relação que o TBC possui com o conhecimento, considerando o conhecimento dentro da sua diversidade epistemológica e da sua “pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico” (SANTOS, 2007, p.85). Nesse ponto, a questão do acesso a “conhecimentos novos” refere-se não só a conhecimentos novos científicos e técnicos, mas também um reforço aos conhecimentos tradicionais.

Portanto, entende-se o TBC como uma alternativa que se contrapõe à lógica de dominação da ciência moderna que se desenvolveu com a exclusão, a invisibilidade e o silenciamento dos povos e de suas culturas (SANTOS, 2007; CARNEIRO; KREFTA; FOLGADO, 2014; MORRIS, 2017). Dito isso, o TBC é um espaço que dá voz aos povos e a suas culturas, proporcionando um meio para que suas histórias e conhecimentos sejam contados por eles, estabelecendo assim um espaço de representatividade, reconhecimento e valorização do conhecimento tradicional.

Nesse ponto, são apresentados os relatos sobre o conhecimento tradicional compartilhado pelo TBC:

O TBC despertou o interesse a novos conhecimentos. Como a história local, que eu já estava no processo de busca, mas com o TBC isso reforça mais o quanto é importante saber o processo histórico da comunidade. Desperta o que já sabemos e não entendemos como conhecimento, por exemplo, o conhecimento de ervas e como pode ser trabalhado dentro de uma ida para a praia e para a cachoeira quando

falamos sobre as ervas medicinais. Valoriza mais a nossa história. (ENTREVISTADO D1).

Maior consciência da importância de estar no território. Não era uma coisa que eu pensava, que eu queria. Hoje eu vejo diferente, é importante, eu quero estar aqui e veio a partir dessa consciência com o trabalho com o TBC. (ENTREVISTADO A1).

O conhecimento em si que antes eu não tinha de vários pontos sobre a comunidade. (ENTREVISTADO A5).

Principalmente na parte cultural, antes não entendia muito e o TBC mostrou a importância de estar fortalecendo isso e não deixar morrer. Desde a história, desde valorizar a cultura tradicional, a dança e valorizar o próprio território. (ENTREVISTADO B1).

Um olhar diferente pra comunidade. Antes do TBC a gente não olhava para comunidade com esse olhar. Daí eu comecei a participar das partilhas de TBC da Rede Nhandereko e vi o potencial da comunidade e decidimos trazer pra cá e abraçar a ideia. (ENTREVISTADO B6).

Considerando o TBC como uma alternativa da ecologia de saberes e baseada no interconhecimento (SANTOS, 2007), há uma relação de integração dos saberes no desenvolvimento da atividade. Nesse sentido, conforme abordado por El-Hani (2018), a integração de saberes é uma atitude intercultural, que reconhece o conhecimento tradicional como uma cultura dinâmica para o desenvolvimento de uma interação ampla, de diálogo, complementariedade e respeito.

A interação dos conhecimentos dentro do TBC também se dá por meio do acesso aos conhecimentos tradicionais compartilhados com outras comunidades e com os conhecimentos científicos e técnicos a partir de encontros sobre TBC. Os entrevistados mencionaram os seguintes encontros de que participaram: encontros de TBC em outras comunidades; encontros do FCT; partilhas da Rede Nhandereko; seminários; palestra no Parque Estadual da Serra do Mar; Encontro Nacional de Agroecologia (ENA); Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA); encontro da Rede de Turismo.

Quadro 5 – Cursos realizados pelos entrevistados que abordam o TBC

Cursos voltados ao TBC realizados pelas comunitárias/os		
Viabilidade e Gestão Financeira	Turismo de Base Comunitária	Processamento de frutas
Turismo Rural	Primeiros socorros	Monitor Ambiental
Turismo Étnico	Artesanato	Gestão de Turismo de base comunitária

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

O TBC fortalece e proporciona a integração de saberes em uma perspectiva ampla, para os comunitários e para os visitantes. A maioria dos visitantes nas comunidades participantes da presente pesquisa é de grupos pedagógicos de alunos de universidades e escolas. Sendo assim, é possível o aprendizado dos conhecimentos plurais tanto da ciência, nas escolas e universidades, como das culturas e dos conhecimentos tradicionais por meio das experiências e vivências que o TBC proporciona. De acordo com Crepalde *et al.* (2011), “a integração dos conhecimentos tradicionais nas aulas de ciências contribuiria também para o desenvolvimento da cidadania, da tolerância e do respeito à alteridade”.

c) H3 - Permanência no local:

Esse indicador trouxe a percepção dos comunitários sobre a influência do TBC na permanência no local, na comunidade. Diante desse ponto, foi perguntado aos entrevistados se conhecem pessoas que já saíram da comunidade, e a maioria respondeu positivamente. Os motivos mencionados sobre o porquê de as pessoas terem saído da comunidade foram: casamento, estudos, busca de melhoria de vida, trabalho e renda. Algumas pessoas relataram que antigamente o que motivava a saída da comunidade eram a opressão das UC, a interferência de multinacionais nos territórios, a falta de transporte e energia, e, no caso específico do Quilombo do Campinho da Independência, as pessoas saíram da comunidade no período anterior à conquista da titulação do território.

Considerando que o maior motivo para a saída de pessoas da comunidade foi a busca por trabalho, uma grande parte das pessoas entrevistadas afirmaram que o TBC faz diferença na vontade de ficar na comunidade e que o TBC influencia as pessoas a voltarem para a comunidade. A justificativa para essas duas afirmações é que o TBC

traz trabalho e renda para a comunidade, favorece a união da comunidade, proporciona a liberdade de trabalhar na própria comunidade, fortalece a história e cultura do território. Já um número menor de entrevistados mencionou que o TBC não faz diferença na sua vontade de ficar na comunidade relataram que não é só o TBC que faz diferença, existentes outras questões, no entanto o TBC incentiva e fortalece essa permanência.

Com o TBC muitos não precisam sair daqui, dá para sobreviver com o atendimento do grupo, cozinha, nas trilhas. O TBC veio para fortalecer e manter o povo e a tradição no lugar. Ao invés de correr atrás do dinheiro hoje ele vem atrás da gente, ele vem em casa. O TBC é maravilhoso, traz o sustento na nossa mesa, de muitas pessoas que não tinham nem R\$ 100,00. O TBC traz o dinheiro para muitos que passam necessidade. Fortalecer o TBC para o TBC nos fortalecer. É muito importante para nós o TBC. (ENTREVISTADO B3).

A maioria das pessoas que saíram foiem busca de algo melhor. Escola, trabalho que traz renda que ele acha necessário para sobreviver. Com o TBC está trazendo tudo isso sem precisar sair daqui, então eles têm interesse de voltar.(ENTREVISTADO B6).

Porque quando você vê outras pessoas de fora dando importância para o seu território você acaba por dar também. (ENTREVISTADO A1).

Porque quando as pessoas saem para trabalhar a cultura vai perdendo dentro da comunidade. Se você tá na comunidade isso não acaba. (ENTREVISTADO A2).

d) H4 - Satisfação pessoal:

O último indicador da dimensão humana refere-se à questão da felicidade com o trabalho de TBC. Dessa forma, foi possível concluir que a maioria dos entrevistados afirmou que possuem uma grande felicidade ao trabalhar com TBC. Para tanto, foi discutido inicialmente o que traz felicidade e infelicidade em um trabalho, obtendo como resposta os seguintes pontos abordados entre os 23 entrevistados:

Quadro 6 – Apontamentos sobre o que é um trabalho que traz felicidade e infelicidade de acordo com os entrevistados

Felicidade:
O trabalho traz felicidade quando se faz o que gosta, por amor, dedicação, quando dá prazer, orgulho, paz e harmonia. Quando trabalha no território, na comunidade e sem pressão, ajudando o outro e vendo o outro feliz também. O trabalho traz felicidade quando está relacionado com os ideais.
Infelicidade:
Quando existe desunião; quando se sente preso em horários e salários, com medo de ser mandado embora. Quando há falta de comunicação na comunidade; quando não cuidam do meio ambiente; não valorizam o trabalho; quando trabalham por interesse próprio sem pensar nos outros; quando há um ambiente opressor e de convivências ruins; quando as pessoas usam o tempo para algo que não acreditam; quando trabalham só para ganhar dinheiro; e trabalho com o turismo de massa.

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Fico feliz em trabalhar porque é algo que eu gosto, sempre tive vontade de trabalhar na minha comunidade e repassando para a minha geração e pras pessoas de fora que a gente consegue viver bem e ser feliz de uma maneira simples. Com o TBC a gente vive bem e mantém a tradição com uma vida saudável, tendo o suficiente. Fazer algo que me mantém no lugar que nasci e vivo até hoje e ainda pretendo criar meus filhos e passar para eles o que vivenciei e aprendi. (ENTREVISTADO B1).

Trabalhar com turismo de massa, quando tem pessoas que não querem saber de nada da comunidade, do território e traz sujeira. Eu trabalhei parte da minha vida com o turismo na praia e as pessoas não querem saber a história da comunidade, a maioria faz isso aqui. (ENTREVISTADO D1).

Trabalhando na insegurança porque onde eu trabalho é inseguro e tem a pressão de trabalhar com a massa (turismo de massa) e isso me deixa estressada. É muita pressão. No final de 2014, teve uma grande massa, inclusive o meu pai, eu to falando em grande massa porque foi a partir do meu pai que eu consegui perceber. Um quatro, cinco pessoas aqui em Trindade tiveram AVC, inclusive o meu pai. Nessa época, quase chegando perto do verão. E eu fiquei pensando, como uma pessoa tem AVC morando em Trindade? Parece que não, mas é uma pressão muito grande porque a gente sabe que vai ser modificado, tanto no nosso jeito de dormir, de viver, com aquela invasão do pessoal na nossa casa, quanto na alimentação, porque é gente pra lá e pra cá e não dá tempo de comer. Então aquela ânsia antes da temporada, a pré-temporada é o que fez as pessoas terem o AVC. Então influencia demais, eu fico estressada só de pensar que está chegando a temporada, chegando feriado. (ENTREVISTADA C1).

Além dessas questões mencionadas, segundo os entrevistados, o trabalho com o TBC proporciona:

Quadro 7 – Palavras mencionadas pelos entrevistados sobre o que o TBC proporciona

<p>O trabalho com TBC proporciona:</p> <p>Autoestima; felicidade; liberdade; boas relações; reconhecimento do trabalho; conhecer pessoas novas; poder trabalhar com o filho; satisfação; divertimento; união; conhecimento; esperança; força; atitude; envolvimento da comunidade; gratidão; trabalho coletivo; renda; soberania alimentar; território garantido; gestão de território autônomo; educação; segurança; saúde; autonomia; expressão; segurança para falar de si; contar a história de resistência da comunidade; resgate da cultura; preservar o território; e permanência na comunidade.</p>
--

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Como o mestre canoieiro, ele gosta de fazer canoa. E quando tem pessoas que se interessam pelo que ele faz, ele se sente feliz, a pessoa olhou para mim e gosta do que eu faço, acha bonito, fala de mim, fala das minhas coisas. Tem um pouco dessa coisa do ego. Então você vê a felicidade nos olhos das pessoas e quando você vê o trabalho sendo executado. Quem tem planta, as pessoas param para ouvir e você fala da sua planta com tanto carinho. Isso é muito satisfatório, é muito gostoso falar da pesca. Essas são para mim as maiores vantagens e além disso as pessoas pagam para essas pessoas. As pessoas estão falando do seu trabalho que já é uma coisa gostosa e ainda recebem por isso. Então tem dupla gratificação. Eu fico muito grato duas vezes. É você de fato ganhar o pão de cada dia feliz, ganhando com aquilo que você gosta de fazer. A pesca me alimenta com o peixe que eu como, que eu vendo mas também com as pessoas que vêm visitar a minha arte de pesca, como eu organizo, como que eu pesco, como é o meu dia a dia, saber de mim como é que eu vivo. Isso é maravilhoso, você poder falar de você. (ENTREVISTADO C3).

Mais um ponto relatado como satisfação dentro do trabalho de TBC é que essa atividade não impede os trabalhadores de terem tempo livre, pois o TBC é um trabalho agendado para o atendimento aos grupos de visitantes e as funções são divididas por escalas, considerando que “no TBC o tempo é diferente, não é a correria do dia a dia, não é a correria doida, tem uma questão de humanidade e perceber o tempo do outro” (ENTREVISTADO C1).

Já sobre o que menos anima no trabalho de TBC foram os seguintes pontos levantados:

Quadro 8 – Pontos mencionados pelos entrevistados sobre o que menos anima no trabalho de TBC

O que menos anima no trabalho de TBC:
Indiferença dos grupos visitantes; quando os grupos querem diminuir o tempo das atividades; quando não entendem o processo e o tempo das ações; quando o grupo é cancelado de última hora; desvalorização do trabalho; divergências dentro da comunidade; não ter frequência de grupos para uma ter um trabalho contínuo e garantido; falta de entendimento sobre o que é TBC; falta de estrutura, organização e administração no TBC; não valorização do alimento do prato oferecido; e questão financeira.

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Analisando as informações relatadas pelos entrevistados, foi possível verificar que a questão da felicidade em trabalhar com o TBC é satisfatória. O TBC é uma atividade que se enquadra dentro do que os entrevistados mencionaram sobre o que é felicidade e também reforça um sistema de trabalho que gera autonomia, liberdade e relações que se dão para além do trabalho de apenas retorno financeiro. A discussão sobre o que menos anima no trabalho de TBC traz elementos importantes a serem trabalhados envolvendo a parte estrutural, organizacional, comunicativa e financeira, podendo assim obter um norte para a busca de melhorias no trabalho e consequentemente maior satisfação pessoal dos comunitários.

4.2.1.2 Dimensão social

a) S1 - Participação dos jovens e crianças:

A intenção desse indicador é buscar as informações sobre o envolvimento de jovens e crianças nas atividades de TBC. De acordo com as informações obtidas, os entrevistados afirmaram que o trabalho de TBC influencia os jovens a permanecerem na comunidade e gera oportunidade de trabalho.

O motivo da influência do TBC na permanência dos jovens na comunidade é por proporcionar oportunidade de trabalho, renda dentro do território e a liberdade de continuarem com o seu modo de vida. Para isso é importante envolver mais jovens nas atividades, pois algumas pessoas relataram que sentem falta da juventude no TBC e que há pouco interesse desses jovens.

As quatro comunidades participantes da pesquisa mencionaram as seguintes atividades de que os jovens participam: roteiro de TBC, jongo, futebol, samba, ajudante de cozinha, artesanato, agricultura, pesca e observação de pássaros. Entre as quatro comunidades, destacam-se o Quilombo do Campinho da Independência e o Quilombo

da Fazenda, que afirmaram em 100% o envolvimento de jovens e crianças nas atividades do TBC, com a participação das crianças nos grupos de jongo.

A participação de jovens e crianças no trabalho do TBC foi considerada importante, pois assim eles podem permanecer na comunidade; não se envolver com drogas; valorizar o território, o modo de ser e a história; dar importância à resistência e permanência no território e fortalecer a cultura.

A formação dos mais jovens sobre a história e cultura da comunidade ocorre a partir do contato com os mais velhos, como afirma a maioria dos entrevistados. Esse contato ocorre por meio de rodas de conversa e oficinas, atividades que fazem parte do roteiro de TBC das comunidades.

Os mais jovens participando das rodas de conversa escutam as histórias dos mais velhos e guardam essas memórias. Na comunidade do Quilombo da Fazenda e na Comunidade Tradicional Caiçara de Trindade, a roda de conversa é realizada por uma pessoa mais velha (griô ou mestre) e por um jovem. Assim é contado como a comunidade vivia antigamente e como vive nos dias atuais:

Os jovens são a futura geração, é importante eles aprenderem a história e a cultura deles. A equipe futura do TBC será eles. É importante saber a importância do TBC porque eles serão o futuro dessa ferramenta e vão levar adiante. Por isso temos os griôs jovens para fazer eles permanecerem ali. (ENTREVISTADO B1).

b) S2 - Participação feminina:

Para elaborar e obter informações sobre o indicador “S2_participação feminina”, foram utilizados como referência os indicadores não androcêntricos do estudo “Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres” da economista feminista Cristina Carrasco, publicado em 2012.

Os estudos voltados para as análises com foco em gênero coletam e apresentam os dados desagregados por sexo permitindo o entendimento das demandas por gênero. Sendo assim, é dessa forma que os dados do indicador “S2_participação feminina” são apresentados nesta pesquisa de acordo com as repostas das mulheres (AGUILAR *et al.*, 1999; CARRASCO, 2012; DI CIOMMO, 2017).

O trabalho de Cristina Carrasco propõe indicadores a partir do entendimento das próprias mulheres, das suas potencialidades e riquezas, considerando não apenas uma

relação de igualdade com os homens, mas sim de “recuperação da experiência feminina”.

Com o objetivo na centralidade humana, na integração das atividades da reprodução social e da sustentabilidade humana, a recuperação da experiência feminina é definida da seguinte forma:

Trata-se de avançar para a ruptura do modelo masculino, de nomear e dar valor às atividades desenvolvidas tradicionalmente pelas mulheres, e que o modelo patriarcal desvaloriza, de construir um novo mundo simbólico que represente valores e saberes que permaneceram socialmente ocultos, de recuperar os espaços privados e domésticos de relação social, de acabar com a dicotomia público/privado [...]. (CARRASCO, 2012, p. 37).

A economia feminista, entendida pelas próprias mulheres, busca a ruptura do modelo masculino para “ir além da simples igualdade” (CARRASCO, 2012), reiterando a vertente do movimento feminista que a partir das pensadoras revolucionárias não buscava apenas a igualdade de gênero e dos direitos, mas sim a transformação do sistema para acabar com o patriarcado (bellhooks, 2018).

À vista disto, a elaboração do indicador “S2_participação feminina”, foi baseada em três das dez capacidades construídas pela autora Cristina Carrasco: acesso à obtenção de rendimentos monetários, acesso aos cuidados e participação social e política na comunidade.

De acordo com as entrevistas, foi mencionado pela maioria das entrevistadas que há o reconhecimento das mulheres no TBC pela comunidade e por suas famílias. Vinculada a essa questão, é apontado o fator da participação social e política das mulheres, abordando a importância das mulheres nas estruturas organizativas e tomadas de decisão, por meio de um processo de representação e de ruptura da imposição do silêncio, invisibilidade e exclusão da mulher (GARCIA, 2011). Logo, foi relatado que a maioria das mulheres entrevistadas já ocupou e ocupa cargos de decisão na comunidade, no entanto em cargos de decisão nas atividades de TBC, há um número pequeno de mulheres envolvidas.

A participação social e política também dialoga com a participação no âmbito doméstico, na questão de acesso aos cuidados biológicos, sociais e emocionais. Assim, o trabalho de cuidado é definido por:

Todo o trabalho doméstico – limpar, cozinhar, lavar, passar etc. –, que são atividades necessárias para a subsistência e a qualidade de vida; as

atividades de providências e de compras fora de casa e todas as atividades que significam cuidado direto do corpo e dos aspectos emocionais, afetivos e de relacionamento. (CARRASCO, 2012, p. 113).

Conforme mencionado pelas entrevistadas, menos da metade das mulheres dividem o trabalho de cuidados com seus companheiros; isso reflete a estrutura desigual que as mulheres enfrentam tendo que ter condições para a realização do trabalho de mercado e para o trabalho doméstico, em que ambos demandam tempo e energia para sua realização.

A partir do que foi abordado, observa-se a participação das mulheres na equipe de TBC nas comunidades, sendo nove mulheres e dois homens na equipe do Quilombo do Campinho da Independência; 14 mulheres e seis homens na equipe do Quilombo da Fazenda; seis mulheres e oito homens na equipe da Comunidade Caiçara de São Gonçalo; e quatro mulheres e oito homens na equipe da Comunidade Tradicional Caiçara de Trindade.

Como já mencionado na metodologia da pesquisa, os indicadores avaliados foram levantados pelos coordenadores da Rede Nhandereko. Sendo assim, foi analisado o indicador de “S2_participação feminina”, no entanto, além disso, foi possível observar elementos da luta do movimento feminista.

Ressalta-se que o posicionamento feminista não foi abordado por nenhuma pessoa entrevistada. Porém, a partir de um olhar do feminismo – discutido superficialmente, pois não cabe à pesquisa um aprofundamento no tema –, destacam-se relatos mencionados na entrevista para reflexão da construção desse espaço na Rede Nhandereko.

A lógica desse pensamento reflete a discussão do que é o feminismo por Alves e Pitanguy (1985):

O feminismo não é apenas o movimento organizado, publicamente visível. Revela-se também na esfera doméstica, no trabalho, em todas as esferas em que mulheres buscam recriar as relações interpessoais sob um prisma onde o feminino não seja o menos, o desvalorizado. (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 9).

Por conseguinte, fundado no que foi mencionado anteriormente, considera-se a importância do diálogo para essa reflexão baseada nas ações mencionadas pelas mulheres a partir do questionamento de qual é a relação delas como mulheres dentro do TBC e como é visto o trabalho das mulheres no TBC.

Entre as ações apontadas é destacado o fato de as mulheres terem um trabalho remunerado pelo TBC, o qual tende a proporcionar a autossuficiência econômica, oferecendo maior liberdade às mulheres, e a aumento da autoestima (bellhooks, 2018). A questão financeira também foi abordada por haver mulheres responsáveis pela gestão financeira das atividades do TBC na comunidade. Para essa perspectiva, foram mencionados os seguintes relatos das entrevistadas:

Me sinto valorizada e quero fazer tudo, não quero ficar só na cozinha. Por isso falei dos cursos básicos de monitor, observação de pássaros que eu quero fazer. Não é porque eu sou mulher que eu só vou cozinhar. Total de 18 a 20 pessoas na cozinha e só um homem. (ENTREVISTADA B7).

Me sinto honrada. As mulheres estão em primeiro lugar. Antes as mulheres não podiam trabalhar, sair de casa. Viviam à mercê dos homens. Hoje as mulheres são independentes, se sentem muito valorizadas. (ENTREVISTADA B2).

O ato de “sair de casa” relatado pela entrevistada também foi abordado por Mirla Cisne (2013), em sua pesquisa de doutorado com movimentos feministas, intitulado “Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil”. A Associação Nacional de Mulheres Camponesas na cartilha “Feminismo camponês e popular”, publicada em 2018, também abordou o ato de sair de casa para reuniões, encontros e formações como uma conquista importante para as mulheres. A mesma entrevistada da presente pesquisa, abordou essa questão da seguinte maneira:

Porque antes não tinha as atividades como tem agora. Com o TBC as pessoas conhecem gente nova, cozinhando comida diferente pras pessoas. As meninas têm atividade no dia a dia, não ficam mais presas em casa e têm atividades agora. As meninas ficam contentes quando vem grupo. É um incentivo, elas ficam felizes. É um meio de sair um pouco fora de casa. (ENTREVISTADA B2).

Esse ato implica a percepção de experiências e vidas em comum entre as mulheres, proporcionando o seu reconhecimento na outra mulher. A identificação na outra mulher remete à importância da organização e das articulações e alianças. Esse fato mostra a relação das mulheres no envolvimento e na liderança da luta pela defesa do território a partir da ferramenta do TBC, conforme mencionado pelas entrevistadas:

Necessário, porque as mulheres têm muito a oferecer no artesanato, culinária e a própria luta do território. As mulheres estão bem presentes luta do território. (ENTREVISTADA C2).

É importante as mulheres estarem de frente no TBC, na liderança.
(ENTREVISTADA D4).

O TBC mostrou fortes relações para além da participação da mulher no TBC, que são importantes para a luta feminista dentro do movimento, como a relevância da organização feminina, a articulação entre mulheres, o aumento da autossuficiência e da autoestima. Todos os fatos indicam que o TBC pode ser um espaço que dá voz à cultura, à história e à luta das mulheres. Dessa forma destaca-se a importância dessas questões serem discutidas entre a equipe do TBC das comunidades e pelo movimento, para fortalecer a participação das mulheres nas atividades de TBC.

c) S3 - Relação externa:

O indicador de “relação externa” traz como resultado as relações externas institucionais e de parceria que envolvem o TBC. Nesse intuito, correlacionando com o indicador de H1_SSA sobre o acesso a alimentos para o TBC, foi relatado pela maioria dos entrevistados que o TBC proporciona o contato com outras comunidades, proporcionando uma articulação para compra de produtos tanto de produção de alimentos como para o artesanato.

Assim, foram citadas 13 comunidades que estão articuladas com as quatro comunidades participantes da pesquisa para a compra de produtos: Quilombo do Campinho da Independência, Quilombo da Fazenda e Quilombo do Camburi; Comunidades Caiçaras da Almada, Ubatumirim, Picinguaba, Trindade, Pouso da Cajaíba, Praia do Sono, Tarituba, Graúna e Taquari. Também foi citada a compra de alimentos na feira e na Vila dos Pescadores de Ubatuba.

Além de uma relação de compra de produtos, foi mencionada a troca de experiências de TBC entre as comunidades e como as comunidades que já desenvolvem o TBC se tornaram referência e exemplo para que outras comunidades também pudessem trabalhar com o TBC. As comunidades citadas foram o Quilombo do Campinho da Independência, o Quilombo da Fazenda e a Comunidade Caiçara de São Gonçalo.

Espero que tenha uma expansão em outras comunidades. Como hoje tem na Fazenda, em São Gonçalo. Nossa comunidade é uma referência por estar organizada e é um pilar pras outras comunidades.
(ENTREVISTADO A3).

Sobre as relações institucionais mencionadas, a maior parte dos entrevistados afirmaram que houve mudança no trabalho de TBC depois do envolvimento de instituições parceiras. Entre as mais citadas estão o FCT, a Rede Nhandereko e o OTSS. Nesse ponto, destacaram a importância do envolvimento das instituições na divulgação do TBC das comunidades, o fornecimento de apoio técnico e o incentivo nas ações.

Mudou através da Rede e do FCT, os dois estão juntos. Através da Rede que deu força para trazer o TBC pro quilombo e entender a importância do TBC pro quilombo, a nossa participação na Rede e no FCT que passaram a entender a importância do TBC e apresentar o que é o TBC como ferramenta de luta, e as pessoas abraçam isso no quilombo porque viram que é uma coisa boa. O FCT e a Rede foram uma ponte e uma porta que abriu para a gente. (ENTREVISTADO B1).

d) S4 - Relação interna:

O indicador S4_relação interna foi definido para considerar como estão sendo articuladas as relações que o TBC proporciona entre a comunidade e os comunitários que trabalham com o TBC. De acordo com o que foi apontado nas entrevistas, o TBC é discutido na comunidade para além do grupo que atua diretamente com esse trabalho. No entanto, também foi apontado que há uma dificuldade em envolver mais pessoas da comunidade no TBC.

As dificuldades mais mencionadas foram a disponibilidade de tempo, interesse em se envolver nas atividades, competitividade com o turismo de massa e desentendimento sobre o que é e como funciona o TBC pela maioria das pessoas da comunidade.

Sobre esse indicador, também foi mencionado pela maioria das pessoas que o trabalho com TBC envolve os familiares nas suas atividades. Esse ponto foi abordado como positivo, pois proporciona uma boa relação de trabalho; diversão; união; liberdade de fala; privilégios de estarem com os pais, filhos(as), netos(as) por perto e porque “todos estamos no mesmo barco” (ENTREVISTADO B5).

Dessa maneira, foi apresentado como as equipes de TBC das quatro comunidades trabalham para envolver mais pessoas da comunidade no TBC e quais são as sugestões que fortalecem o TBC na comunidade, conforme o quadro 9.

Quadro 9 – Ações para envolver pessoas nas atividades do TBC mencionadas pelos entrevistados

Ações para envolver pessoas no TBC
1. Realizar reuniões na comunidade
2. Falar sobre a importancia do TBC
3. Apresentar os resultados/ações do TBC
4. Trazer experiencias de TBC, documentários e intercambios
5. Descentralizar as atividades de TBC nas pessoas chave
6. Realizar prestação de contas
7. Envolver pessoas nas atividades
8. Aproximar griós, jovens e crianças
9. Organizar o papel de cada pessoa na equipe
10. Mapear agricultoras/es para a compra de alimentos
11. Identificar atividades e famílias para atuarem nos roteiros

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

As ações apresentadas acima foram relatos das experiências de cada uma das comunidades, abrangendo ações para a formação em TBC e gestão financeira e organizacional.

Foi possível observar que o TBC proporciona internamente na comunidade uma relação de trabalho positiva entre os familiares e que é importante ter maior envolvimento dos comunitários nas atividades de TBC, pois o desentendimento sobre o que é TBC foi relatado como um ponto que deve ser trabalhado, sugerindo as ações mencionadas no quadro 11. A formação em TBC é uma ação relevante para aproximar mais comunitários para o TBC, dando força para a equipe interna e para o movimento como um todo.

Portanto, realizar processos de formação interna na comunidade foi um dos caminhos para a aproximação de mais comunitários nas atividades de TBC e para o entendimento sobre o que é o TBC. Realizar encontros para discutir experiências de TBC, fazer intercâmbios com outras comunidades que trabalham com TBC e fazer uma formação de estudo, como assistir a documentários e documentos sobre TBC, são ferramentas importantes e que podem ser uma formação contínua, priorizando o diálogo e a transparências para que essas ações se perpetuem.

e) S5 – Político:

Esse indicador trabalha com as relações que o TBC possui dentro da questão política considerando a influência política do TBC no território, na titulação de terra e no turismo de massa. Essa discussão é iniciada a partir do dado que a maior parte dos entrevistados considera o TBC como uma estratégia para a garantia do território. Para isso, é importante enfatizar o que é território para esses comunitários. Conforme mencionado, o território:

É tudo. Sem território a gente não estaria aqui. É mais que a nossa identidade, ele diz mais sobre nós do que a gente tem a dizer sobre ele. Nós fazemos parte dele. Aqui meus pais foram criados, tiram o sustento daqui. É nosso modo de viver e de ser. É muito além do pedacinho de chão, pedacinho de terra, não é só isso. Tem toda uma cultura, história e várias vidas porque foi passando de geração. É o centro, onde fazemos tudo girar em volta dele. (ENTREVISTADO B6).

De acordo com os relatos, foi possível compreender que o território tem relação ampla com outros elementos e outros indicadores propostos na pesquisa. Segundo os entrevistados, o território é a comunidade, onde a pessoa nasce e é criada, é o lugar das futuras gerações; é o meio de vida, a memória viva, a cultura, a história; é a liberdade, a segurança, a autonomia, os saberes, as crenças, a soberania e a luta. Portanto, seguindo as contribuições sobre o TBC como estratégia para a garantia do território, foi mencionado que o TBC é visto como uma ferramenta que afirma a importância do território, pois a partir do momento que as atividades de agricultura, extrativismo, pesca e tantas outras são realizadas é possível dar vida ao território.

É uma ferramenta de luta que visa passar para as pessoas que estamos vivendo no território de uma maneira correta. A gente no TBC mantém a cultura passada, vivendo da roça, com a dança e a história. Isso faz mostra a nossa identidade, origem como quilombola e tradicional. Através do TBC faz com que outros vejam isso. É como um documento que comprova realmente o que a gente é. Fortalecendo algo que vivemos e conservando a cultura e história. O TBC faz com que eles entendam isso. (ENTREVISTADO B1).

A compreensão sobre o que é território embasa a questão de o TBC também ser uma ferramenta política conforme a resposta da maior parte dos entrevistados. A relação política está ligada à resistência e garantia do território, pois sem ele não é possível realizar as atividades tradicionais de identidade desses povos e, conseqüentemente, sem essas atividades não é possível trabalhar com o TBC.

Portanto, o TBC possibilita o reforço e a visibilidade da questão de identidade dos povos tradicionais e da garantia e permanência no território, atribuindo peso ao direito do reconhecimento da identidade e autoidentificação como critérios para garantia e permanência no território tradicional em concordância com o Decreto n° 6040 da Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Dessa forma, a relação política dentro do TBC está ligada à questão da titulação de terra das comunidades tradicionais para a garantia e permanência no território. Das quatro comunidades participantes da pesquisa, apenas o Quilombo do Campinho da Independência possui titulação de terra. O Quilombo da Fazenda tem o reconhecimento da terra quilombola, e as duas comunidades caiçaras não possuem título de terra.

Isto posto, para os entrevistados, o fato de possuir a titulação de terra significa segurança, permanência no território, liberdade e autonomia para gerir a terra, podendo plantar, construir e garantir o território para as futuras gerações. Para alguns entrevistados, ter a titulação da terra representa algo tão grandioso que é visto como um sonho a ser alcançado, como relatado a seguir:

É um sonho, é algo que faz a gente permanecer na terra e com a nossa tradição. O marco mais importante para a comunidade é a titulação, é um documento que comprova a nossa raiz, somos quilombolas que vivem mais de 200 anos aqui. A gente se sente mais seguro, se protegendo. (ENTREVISTADO B1).

É um sonho, dormimos e acordamos com ele. O título significa sangue, luta, suor, segurança, forma de se manter, manter as nossas raízes. O título é o nosso foco, para isso lutamos. O título é uma espada a mais na mão. (ENTREVISTADO B3).

Os relatos e as afirmações apresentadas sobre o indicador político trazem a reflexão sobre quanto o TBC está fortemente vinculado ao território para que assim seja possível a realização das atividades do roteiro, visto que essas são as atividades do dia a dia das comunidades, as quais fortalecem a cultura e a identidade dos povos quilombolas e caiçaras, garantindo a permanência no território. Logo, a luta para a defesa do território é primordial dentro do TBC.

Ter o TBC como ferramenta política também fortalece a luta das comunidades, pois agrega pessoas para apoiar essa luta, e também fortalece a cobrança de políticas públicas para legalização e reconhecimento das atividades de TBC, bem como para melhoria das comunidades, desenvolvimento social e implementação de um turismo sustentável, justo e solidário nos municípios.

Para concluir a discussão obtida pelo indicador político, foi questionado sobre o impacto do turismo de massa nos territórios das comunidades, impulsionado por um desordenamento territorial e pela especulação imobiliária. Todos os entrevistados afirmaram que o turismo de massa causa impactos nos territórios das comunidades, conforme o quadro 12. Os impactos mencionados corroboram com os impactos do turismo de massa, o “*overtourism*”, discutido na seção 2.

Quadro 10 – Impactos do turismo de massa nos territórios das comunidades tradicionais mencionados pelos entrevistados

Impactos do turismo de massa nos territórios das comunidades
1. Desigualdade social
2. Interferência na autonomia da comunidade
3. Insegurança
4. Desvalorização da comunidade e da cultura
5. Influência da cultura externa
- impacto sonoro
- uso de drogas e bebidas
6. Degradação ambiental
- aumento do lixo
- aumento do fluxo de pessoas em trilhas
- superlotação nas praias/ilhas
7. Transtorno de deslocamento

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

De acordo com uma parte dos entrevistados, foi mencionado que não existe conflito entre o TBC e o turismo de massa. Mas algumas pessoas, principalmente das comunidades caiçaras, relataram a dificuldade de realizar TBC no período de temporada, momento em que mais ocorrem os impactos mencionados no quadro 12 graças ao grande fluxo de turistas. Os impactos mencionados no quadro apresentam quanto os impactos do turismo de massa afetam tanto os moradores como uma questão social como também o meio ambiente, entendendo assim que a lógica do turismo de massa diverge da do TBC.

Para os comunitários, atuar com TBC em uma região de grande atuação do turismo de massa é um desafio e uma resistência, pois a lógica e o tempo do turismo de massa é outro.

Porque o turismo de massa só visa o dinheiro, o capital, ele não visa a qualidade de vida, a soberania alimentar, a identidade de um território. (ENTREVISTADO C2).

O TBC é o único caminho correto de seguir e manter o controle do turismo e trazer pessoas conscientes para o território e nossa cidade. Ubatuba é uma cidade tradicional com caiçara, indígena e quilombola. (ENTREVISTADO B1).

f) S6 – Cultural:

O indicador cultural busca as relações entre a identidade dos povos quilombolas e caiçaras, as atividades culturais e suas relações com o TBC. De acordo com os entrevistados, a identidade desses povos está relacionada com a história de luta e resistência no território. A identidade é a cultura desses povos, a forma de ser e de viver dessas pessoas que conectam o passado, o presente e o futuro, não escondendo “de onde somos, quem somos e nossa história” (ENTREVISTADA A4).

Pra gente se entender e se reafirmar caiçara, temos que se afirmar militante em uma causa, que é a permanência das comunidades nos seus territórios [...] Sou caiçara porque tenho um legado ancestral atrás de mim que me respalda. (ENTREVISTADO D1).

Segundo Molano (2008), a identidade é o pertencimento a um coletivo que pode ou não estar localizada geograficamente, mas ligada à história e ao patrimônio cultural a partir de elementos simbólicos reconhecidos no passado e utilizados para a construção do futuro.

Corroborando com o pensamento de Molano (2008), foi possível observar que as atividades culturais são a identidade desses povos, pois é o modo de vida, a história de luta e resistência do território, e o conhecimento ancestral passado de geração para geração. Essas atividades valorizam a tradição e trazem à tona a lembrança dos entes passados, proporcionando hoje em dia a interação com os mais jovens.

Representa (atividades culturais) muito porque são as coisas que veio do antepassado e faz lembrar o quanto eles lutaram para manter a tradição e a cultura viva. (ENTREVISTADO B1).

Para a grande parte dos entrevistados, o TBC está relacionado com a identidade dos povos tradicionais, já que trabalha com as práticas culturais da comunidade, as quais fazem parte do dia a dia das pessoas. No quadro 13 estão colocadas as atividades culturais que o TBC trabalha em cada comunidade participante da pesquisa; assim,

nota-se que as atividades culturais mencionadas em cada comunidade são similares e ao mesmo tempo trazem conhecimentos específicos relacionados com a cultura de cada povo tradicional.

Quadro 11 – Atividades culturais realizadas no TBC de cada comunidade participante da pesquisa

Atividades culturais do TBC			
Quilombo do Campinho da Independência	Quilombo da Fazenda	Comunidade Caiçara de São Gonçalo	Trindade
Artesanato	Artesanato	Pesca artesanal	Artesanato
Dança	Dança	Prática de canoa	Festejo
Contação de história	Contação de história	Conhecimento das plantas e da floresta	Contação de história
Jongo	Jongo		Agricultura
Cestaria	Agricultura		Culinária tradicional
Agricultura	Culinária tradicional		Conhecimento da floresta
Capoeira			Prática de caona
Samba			Pesca artesanal

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Portanto, o TBC é uma ferramenta que traz o resgate dessas atividades culturais e as apresenta para outras pessoas para que os visitantes possam ter conhecimento da história desses povos.

Tem gente que não sabe como funciona um quilombo, um território de descendente de escravizados. E o TBC traz essa história e mostra como que é. (ENTREVISTADO D2).

Considerando o TBC como a ferramenta que está relacionada com as atividades culturais, todos os entrevistados mencionaram que o TBC permite reafirmar a história e a cultura da comunidade. Isso acontece a partir da prática que as atividades de TBC proporcionam. Uma delas, considerada por muitos como uma atividade essencial no roteiro de TBC, é a “contação de história”. Nessa atividade, o grupo visitante conhecerá a história da comunidade, o cotidiano e a forma de vida da comunidade no passado e no

presente. É uma maneira de as pessoas conhecerem a verdadeira história dos caiçaras e quilombolas, a história contada por eles.

Se não tivesse atividade do TBC não iam ter como saber as histórias daqui. Muitos daqui não se interessam em saber e repassar pras pessoas. Muitos vêm curtir a praia e não buscam saber da luta e como era. O TBC fortalece isso. (ENTREVISTADO D2).

Foi possível considerar que o indicador político e o cultural estão interligados. O TBC como ferramenta para a garantia do território está diretamente articulado com a questão da identidade dos povos visando aos seus direitos de permanência. Sendo assim, a permanência e a prática da cultura dessas comunidades tradicionais reforçam a identidade desses povos, fortalecendo internamente a história das comunidades tradicionais, bem como o fortalecimento externo para maior visibilidade da história e luta desses povos. Reitera-se assim, essa reflexão com a discussão trazida por Colaço e Sparemberger (2010):

[...] a interação entre as diversas culturas do planeta, além de outros benefícios, pode gerar o reforço da identidade cultural das comunidades tradicionais, por meio da divulgação das suas culturas e a conseqüente valorização das suas particularidades diante das diferenças. O contato com o mundo possibilita o conhecimento da diversidade cultural; dessa forma o autoconhecimento reforça a reafirmação interna e o respeito às diferenças externas e à integração cultural de diferentes povos. (COLAÇO; SPAREMBERGER, 2010, p. 223).

4.2.1.3 Dimensão natural

a) N1 - Conservação ambiental:

O indicador de “conservação ambiental” está relacionado com a conservação e manutenção da floresta, da água e dos recursos. Segundo os entrevistados, a conservação ambiental é uma prática que sempre foi realizada pela comunidade, portanto é realizada em paralelo ao TBC. As comunidades se preocupam com a qualidade dos rios, o destino dos resíduos, a extração dos recursos da floresta e com o saneamento básico.

Não só com o TBC. A comunidade sempre viveu assim. Cuidado de preservar, saber a época certa de fazer tudo, pescar, caçar, sempre teve esse cuidado com o lugar que vive [...] Se a gente não preservar a

gente fica sem. Se perder tudo a gente perde a história que é a essência da comunidade. (ENTREVISTADO B6).

Ao mesmo tempo em que a conservação do meio ambiente é uma relação já existente na comunidade pelo seu modo de vida, os cuidados com a natureza também existem por ela ser um ponto atrativo no TBC, como o atrativo de praias, cachoeiras e trilhas. Nesse ponto, o TBC se contrapõe ao turismo de massa, pois os comunitários relataram que o TBC é um trabalho de conscientização coletiva para a conservação do meio ambiente e o turismo de massa é o turismo que impacta o meio ambiente, poluindo praias, deixando lixo e impactando as trilhas. Os entrevistados mencionaram a influencia do TBC na conservação do meio ambiente da comunidade, no cuidado da comunidade e na limpeza da comunidade.

A seguir o relato de um dos entrevistados mencionando o impacto do turismo de massa em período de temporada no Ano Novo.

Eu fico muito triste quando acaba o Ano Novo e você olha a praia, o mato fica seco. O impacto é muito grande. A natureza sente. Quando chega janeiro as árvores choram, tudo chora, é muita gente, muita coisa. (ENTREVISTADO C5).

b) N2 - Acesso aos recursos:

O indicador de “acesso aos recursos” trabalha com o uso dos recursos naturais para as atividades de TBC considerando a importância de ter o acesso a esses recursos. Dessa forma, os entrevistados mencionaram que os recursos apresentados no quadro 12 são utilizados para as oficinas de artesanato, para as atividades de alimentação, como café da roça, almoço e janta, e nos roteiros marítimos e de trilhas.

Quadro 12 – Recursos naturais utilizados nas atividades de TBC mencionados pelos entrevistados

Recursos naturais utilizado no TBC	
Agrofloresta	Palha de juçara
Alimentos da terra e do mar	Plantas medicinais
Bambu	Rios
Cipó	Sapê
Floresta	Taboa
Imbé	Taquaruçu
Madeira	Terra
Mar	Timompeva

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

A importância de ter acesso aos recursos significa ter autonomia, pois, como eles abordaram, é na natureza que encontram tudo de que precisam, como alimento, saúde, remédio e paz. Ter acesso aos recursos faz parte do modo de vida das comunidades, já que a maioria das práticas está relacionada com a natureza.

c) N3 - Área de uso:

O indicador “N3 - área de uso” tem que ser analisado por comunidade, visto que das quatro comunidades participantes da pesquisa apenas o Quilombo do Campinho da Independência possui o título de terra quilombola, o qual permite maior autonomia de uso e acesso ao território.

Portanto, as restrições de área de uso mencionadas foram as referentes a áreas particulares e as de sobreposição de UC nos territórios das comunidades. Essas restrições foram pontuadas por impossibilitar o roçado em determinadas áreas e a liberdade de poder usar as trilhas dos roteiros.

Assim, a maioria dos entrevistados que relataram que há restrições de uso nas áreas da comunidade foram os entrevistados das comunidades do Quilombo da Fazenda, a Comunidade Caiçara de São Gonçalo e a Comunidade Tradicional de Trindade. Essas três comunidades não possuem titulação de terra; assim, foi correlacionado esses dados com a relação do território pautada no indicador político, pois é uma relação que possibilita a autonomia do território, e, ao não ter autonomia no território, a comunidade acaba tendo restrições de uso.

O diálogo sobre o indicador também trouxe a reflexão da importância da conservação pelas UC para manter as áreas de floresta, impedindo o uso por especulação imobiliária e construções particulares.

d) N4 - Unidade de Conservação:

Para concluir a discussão da dimensão natural, foram apontadas as reflexões sobre o indicador de “Unidade de Conservação”, que se correlaciona com o indicador “N2 - acesso aos recursos” e o indicador “N3 - área de uso”. Como já mencionado na seção 1, os territórios das quatro comunidades participantes da pesquisa estão sobrepostos à UC, no entanto é importante ressaltar, mesmo sendo um número pequeno

de entrevistados, que há pessoas que não souberam relatar se havia UC sobreposta ao território e quais eram essas UC.

Esse ponto está relacionado com a importância dos comunitários entenderem o que são UC, quais as categorias e como eles regem perante a lei. Sendo esse um fator interessante para que a relação entre a comunidade e UC fosse cada vez mais benéfica.

Seguindo as reflexões e considerando que todas as comunidades estão sobrepostas por UC, foi mencionado pela maior parte dos entrevistados que as UC causaram e/ou ainda causam algum tipo de mudança no modo de vida das comunidades. Entre essas mudanças foram citadas: impedimento ao acesso a certos recursos naturais; proibição da pesca; proibição de áreas para roça e dificuldades para liberação de áreas para construção e liberação de reformas.

Por ocorrerem certas mudanças no modo de vida de algumas comunidades, as relações entre UC e comunidade são cautelosas. Conforme exposto, de forma geral, a relação entre comunidade e UC, atualmente, mantém uma forma positiva de diálogo. No entanto, é importante ressaltar que cada comunidade tem um caso específico de diálogo e conflito com as UC, dependendo da sua categoria, pois as relações de diálogo e parceria mudam quando estão relacionadas à categoria Parque e à categoria APA. Também é importante considerar o histórico que as comunidades vivenciaram de resistência para a permanência no território, conforme relatado pelos seguintes entrevistados:

Antes era difícil, hoje já tem um olhar diferente, mais parceiro. Antes era muita restrição [...] não podia ter a casa, a roça, antes o parque oprimia mesmo e muitos se afastaram e perderam a sua cultura. (ENTREVISTADO B3).

Amor e ódio. Fico no conflito porque traz alguns benefícios porque muita gente vendeu tudo e poderia estar tudo vendido se não tivesse UC. Ao mesmo tempo acho confuso, porque já teve muita briga. (ENTREVISTADO D1).

Para finalizar essa discussão, foi perguntado sobre o que seria interessante ser feito para que as relações entre UC e comunidade fossem cada vez mais benéficas. A partir dessa pergunta, algumas pessoas responderam que as relações existentes estão boas e não mudariam nada, já outras responderam que seria interessante estabelecer mais parcerias; trabalhar em conjunto; ter mais diálogo; respeitar os limites e decisões das comunidades e alterar as restrições para construções, reformas, área de roça e pesca.

A UC antes de qualquer coisa deveria respeitar o modo de vida com a sua característica específica e seus comportamentos. E criar um caminho do meio, porque os dois estão para a conservação, mas de forma diferente. (ENTREVISTADO C3).

4.2.1.4. Dimensão física

a) F1 - Infraestrutura local:

O referente indicador traz as condições de infraestrutura básica das comunidades e suas interferências no TBC. De acordo com as entrevistas, menos da metade dos entrevistados mencionaram que se consideram satisfeitos com as condições básicas de água, luz e transporte.

Ao dialogar com o TBC, a maioria dos entrevistados relatou a necessidade de infraestrutura para melhorar o trabalho do TBC na comunidade. Dessa forma, o quadro 13 apresenta quais condições básicas da comunidade afetam o trabalho do TBC e quais infraestruturas são necessárias para o trabalho com o TBC.

Quadro 13 – Informações sobre a infraestrutura local em cada comunidade participante da pesquisa

Condições básicas que afetam o trabalho com TBC	
Quilombo Campinho da Independência	Saneamento básico; energia; transporte; acesso a água de qualidade; lixo
Quilombo da Fazenda	Energia; transporte; estrada de acesso; iluminação na estrada;
Comunidade Caiçara de São Gonçalo	Energia; transporte; acesso a água de qualidade
Comunidade Tradicional Caiçara de Trindade	Saneamento básico, energia; transporte; acesso a água de qualidade
Infraestrutura para melhorar o trabalho com TBC	
Quilombo Campinho da Independência	Transporte; calçamento das ruas da comunidade; pousada comunitária
Quilombo da Fazenda	Pousada para hóspedes; espaço para o restaurante; cadastro para agricultor; espaço na praia; escritório; reforma do restaurante; lixeira; manutenção das trilhas; horta coletiva
Comunidade Caiçara de São Gonçalo	Espaço comunitário; restaurante; material para trilhas; agrofloresta comunitária
Comunidade Tradicional Caiçara de Trindade	Tratamento de esgoto; espaço para restaurante

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Ao observar o quadro, nota-se a importância do acesso às condições básicas nas comunidades e o quanto elas afetam o trabalho do TBC. Dessa forma, ao melhorar a infraestrutura local da comunidade, atendendo os direitos básicos de moradia e

qualidade de vida, as atividades de TBC também serão beneficiadas. Assim, complementando as condições básicas, cada comunidade mencionou as infraestruturas que melhoram o TBC.

O TBC já ocorre nas comunidades, portanto o que foi apontado é referente a melhorias no funcionamento do TBC, pontuando questões específicas de cada comunidade e de acordo com a maturidade de cada atividade do TBC nas comunidades.

b) F2 - Aquisição de bens familiares e individuais:

O presente indicador trouxe algumas informações referentes a quanto o TBC influencia na aquisição de bens. Portanto, foi mencionado que a renda do TBC é utilizada para a compra de bens pessoais, familiares e para usos de casa. Entre eles, destacam-se a compra de alimentos, roupas, utensílios domésticos, o pagamento de contas e a construção e reforma de casas, barcos e cozinha.

Além de o TBC proporcionar a aquisição de bens familiares e individuais, a maioria dos entrevistados afirmou que não tiveram prejuízos financeiros pelo TBC.

c) F3 - Materiais, equipamentos e serviços:

O terceiro indicador da dimensão física aborda os equipamentos utilizados para o trabalho da equipe do TBC na comunidade. Portanto, foi considerada a compra de materiais por meio da renda do TBC e os materiais de que a equipe necessita para as atividades de TBC na comunidade, conforme apresentado no quadro abaixo.

Quadro 14 – Relação de materiais e equipamentos para o TBC mencionados pelos entrevistados

Materiais adquiridos pela equipe de TBC
Material de marketing; reforma de tambores; uniformes; reforma estrutural; pagamento da equipe do financeiro; utensílios de cozinha;
Materiais para trabalhar com o TBC na comunidade
Celular; notebook; impressora; internet; furadeira; tambores; uniformes; camera fotografica; tenis; mochila; utensílios de cozinha; utensílios para restaurante; kit de primeiros socorros; GPS; corda; barco; rede de cerco; espaço para acomodação.

Fonte: elaborada elaborado pela autora, 2020.

Os materiais foram apresentados de forma geral incluindo o mencionado por todas as comunidades, assim pode-se ter um panorama daquilo de que as comunidades necessitam para trabalhar com o TBC.

d) F4 - Acesso equitativo às infraestruturas e materiais coletivos:

O último indicador dessa dimensão é direcionado às questões de uso coletivo das infraestruturas e materiais pela equipe do TBC. Sendo assim, foi levantado que os espaços coletivos da comunidade são utilizados pela equipe de TBC, como o galpão, o restaurante, a cozinha, o centro comunitário, a escola, a casa de farinha, a praia, a cachoeira e a ilha.

Também foi mencionado pela maior parte dos entrevistados que a manutenção dos espaços e materiais é compartilhada entre o coletivo e que muitos se utilizam da atividade de mutirão para a organização e limpeza dos espaços.

4.2.1.5 Dimensão financeira

a) FN1 – Renda:

O indicador de “FN1 - Renda” buscou informações sobre o retorno financeiro proporcionado pela atividade de TBC. Neste ponto foi mencionado que a renda do TBC varia conforme a quantidade de grupos atendidos no mês, justamente por ser uma atividade que oscila conforme o período do ano, já que o maior movimento do TBC é na baixa temporada, durante o período letivo. Já sobre o ponto de duração da renda foi mencionado que o dinheiro não tem um período de duração longo, pois é usado para despesas imediatas, como pagamento de contas e compras pessoais.

Foi pontuada nessa questão que o TBC não é a principal fonte de renda para mais da metade dos entrevistados. A renda do TBC, apesar de não proporcionar segurança financeira conforme mencionado pela maioria das pessoas, possibilita a aquisição de bens. Também foi mencionada a importância de ter renda dentro da comunidade e quanto isso fortalece a permanência dos jovens nela. Foi possível notar a expectativa e o empenho no trabalho de TBC pelos comunitários para o aumento da renda de TBC no futuro, pois, no momento, para algumas comunidades é necessária maior estruturação e organização para que a pequeno, médio e longo prazo seja possível maior geração de renda. Portanto, a maioria dos entrevistados mencionou que é possível planejar um futuro com o TBC.

b) FN2 – Investimento:

O indicador “FN2 - Investimento” traz um olhar sobre os investimentos para o desenvolvimento do TBC nas comunidades. Referente ao acesso a investimentos externos, os entrevistados relataram certa dificuldade em ter acesso a fontes externas pela questão de organização, cumprimento de prazos, prestação de contas e emissão de nota fiscal.

Nesse ponto, a maioria dos comunitários mencionaram que não dependem de fontes externas para desenvolver o TBC, mas que seria bom ter apoio e ajuda para que as ações pudessem acontecer de forma mais rápida.

c) FN3 - Gestão financeira:

A partir do indicador de “FN3 - Gestão Financeira” foi possível observar como é feita a organização e a gestão financeira do TBC nas comunidades. De forma geral, nas quatro comunidades, o pagamento do TBC é realizado de acordo com a função de cada pessoa envolvida.

Para gerir as finanças da equipe de TBC, uma grande parte das pessoas mencionou que existe um grupo responsável para esse fim. Uma das formas de organização mencionadas por duas comunidades foi o fundo de reserva financeira para o TBC. Como exemplo, uma comunidade destina 10% do valor de cada atividade para esse fundo e a outra comunidade destina R\$ 5,00 de cada pessoa que realiza o roteiro para a associação da comunidade. Esse tipo de organização possibilita a compra de materiais que as atividades demandam. Para manter a organização financeira também foi mencionada a importância da fiscalização e da prestação de contas, que devem ser apresentadas para toda a equipe de TBC.

Essas informações enfatizaram o TBC como uma atividade de protagonismo comunitário em ambas as dimensões, pois a organização interna e a gestão financeira do TBC são realizadas pela equipe de TBC da comunidade, que elabora coletivamente estratégias tanto para o funcionamento do TBC como para o benefício da comunidade.

d) FN4 - Divisão do trabalho:

Por fim, o último indicador da dimensão financeira apresentou algumas reflexões sobre a forma de divisão das atividades por gênero. Foi mencionado que há

atividades que são realizadas por mulheres e outras por homens. Cestaria e cozinha são realizadas por mulheres, e atividades como guiamento nas trilhas e passeios de barco são realizadas por homens. Sobre isso, seria interessante buscar uma igualdade de gênero nas atividades atendendo as demandas dos comunitários para executarem atividades com que têm mais identificação.

Referente aos valores das atividades foi mencionado que cada atividade possui um valor específico e que o roteiro tem um valor financeiro justo, como relatado pela maior parte dos entrevistados. Foi apontada a importância dos valores financeiros de cada atividades serem discutidos no coletivo, entendendo as necessidades das pessoas que realizam cada atividade, para que possa atingir um valor justo.

Para concluir, diante dos resultados apresentados nas cinco dimensões, os apontamentos de cada indicador foram sistematizados no quadro abaixo.

Quadro 15 - Sistematização da relação do Turismo de Base Comunitária com a Dimensão Humana

Dimensão Humana	H1 - Soberania e Segurança Alimentar	1. fortalecimento dos agricultores
		2. utilização dos alimentos produzidos nas comunidades para as atividades de TBC
		3. consciência e valorização sobre alimentação saudável
		4. dificuldade de acesso a terra para plantio
	H2 - Conhecimentos novos	1. troca de conhecimentos
		2. aprendizado para o desenvolvimento pessoal
		3. fortalecimento do conhecimento tradicional, da cultura e do território
		4. espaço de representatividade
		5. intercâmbio com comunidades tradicionais
		6. realização de cursos
		7. integração de saberes
	H3 - Permanência no local	1. influência na permanência na comunidade
		2. influencia as pessoas a voltarem para a comunidade
		3. geração de renda
		4. fortalecimento da cultura
	H4 - Satisfação pessoal	1. proporciona felicidade, tempo livre e autonomia
2. prazer em trabalhar com TBC		
3. trabalho livre e coletivo		

	3. geração de renda
	4. possibilidade de expressão
	5. desvalorização do trabalho pelos visitantes
	6. falta de estruturação e organização - questão administração e financeira
	7. divergências dentro da comunidade
	8. desentendimento sobre o que é TBC

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Quadro 16 - Sistematização da relação do Turismo de Base Comunitária com a Dimensão Social

Dimensão Social	S1 - Participação dos jovens e crianças	1. geração de oportunidade de trabalho e renda para os jovens
		2. influência na permanência dos jovens no território
		3. contato com as pessoas mais velhas da comunidade
		4. fortalecimento da cultura
		5. falta de interesse dos jovens
	S2 - Participação feminina	1. empoderamento feminino
		2. aumento da auto-suficiência econômica e da autoestima
		3. participação das mulheres na gestão organizacional e financeira
		4. espaço de representação das mulheres
		5. liderança feminina no TBC
		6. reconhecimento das mulheres no TBC
	S3 - Relação externa	1. contato com comunidades para compra de alimentos e artesanatos
		2. troca de experiências de TBC
		3. instituições parceiras para apoio técnico, divulgação e incentivo ao TBC
	S4 - Relação interna	1. diálogo sobre TBC com a comunidade
		2. trabalho em família
		3. dificuldade de envolver mais comunitários no TBC
		4. falta de entendimento sobre TBC por comunitários
		5. importância de realizar processos de formação para TBC
	S5 - Político	1. estratégia para garantia do território
2. ferramenta política de luta		
3. titulação de terra para garantia e permanência no território		
4. fortalecimento da cultura e identidade dos		

S6 - Cultural	povos tradicionais
	5. impactos do turismo de massa
	1. permanência no território
	2. fortalecimento da identidade dos povos tradicionais
	3. interação com os mais velhos
	4. resgate das atividades culturais
	5. fortalecimento da história das comunidades

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Quadro 17 – Sistematização da relação do Turismo de Base Comunitária com a Dimensão Natural

Dimensão Natural	N1 - Conservação ambiental	1. prática já realizada pelas comunidades por fazer parte do modo de vida
		2. cuidado com a natureza
		3. trabalho de conscientização coletiva para a conservação do meio ambiente
		4. cuidado da comunidade
	N2 - Acesso aos recursos	1. utilização de recursos naturais nas atividades de TBC
		2. autonomia no território
	N3 - Área de uso	1. acesso aos recursos naturais
		2. importância da conservação por UC
		3. impossibilidade de fazer roça e liberdade no uso de trilhas
		4. restrições de uso no território da comunidade
	N4 - Unidade de Conservação	1. diálogo com UC
		2. desentendimento sobre o que é UC
		3. mudança no modo de vida
		4. restrições nas área da comunidade por UC

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Quadro 18 - Sistematização da relação do Turismo de Base Comunitária com a Dimensão Física

Dimensão Física	F1 - Infraestrutura local	1. necessidade de melhoria da infraestrutura local
	F2 - Aquisição de bens familiares e individuais	1. compra de bens pessoais e familiares
		2. sem prejuízos com o TBC
	F3 - Materiais, equipamentos e serviços	1. aquisição de materiais pela renda do TBC

		2. necessidade de materiais para as atividades de TBC
	F4 - Acesso equitativo das infraestruturas e materiais coletivos	1. compartilhamento da manutenção dos espaços coletivos

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Quadro 19 - Sistematização da relação do Turismo de Base Comunitária com a Dimensão Financeira

Dimensão Financeira	FN1 - Renda	1. TBC não é a principal fonte de renda
		2. utilização da renda de imediato
		3. geração de renda dentro da comunidade
		4. elaboração de planejamento futuro
		5. irregularidade da renda
	FN2 - Investimento	1. independência de investimento externo
		2. dificuldade de acesso a fontes externas de investimento
	FN3 - Gestão	1. existência de grupo responsável para a gestão financeira
		2. fiscalização e prestação de contas
	FN4 - Divisão do trabalho	1. valor específico para cada atividade
		2. valor do roteiro financeiramente justo
		3. existência de atividades realizadas só por mulheres e outras só por homens
		4. reajuste dos valores das atividades

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Com a sistematização dos apontamentos sobre a relação do TBC com as dimensões, foi possível elencar algumas sugestões de melhorias para o desenvolvimento do TBC mencionadas pelos comunitários. Essas sugestões advêm das experiências do TBC de acordo com os avanços e o histórico de cada comunidade, considerando que cada uma tem um nível de percepção e funcionamento do TBC. Sendo assim, são compartilhadas experiências já realizadas que podem contribuir para o desenvolvimento do TBC em outras comunidades, bem como sugestões de melhorias voltadas para a formação do TBC e ações futuras importantes a serem realizadas.

Quadro 20 – Apontamentos dos entrevistados para sugestões e melhorias para o TBC

Sugestão de melhorias para o TBC
Experiências realizadas
Ficha de reserva do grupo visitante (roteiro, alimentação, período, valor)
Ficha de avaliação do grupo visitante
Mapeamento da rede de agricultores da comunidade
Fundo de reserva para o TBC
Realização de prestação de contas
Formação para o TBC
Política
Primeiros socorros
Guia
Gestão financeira
TBC
Unidade de Conservação
Observação de aves
Culinária
Panificação
Produção de doces e compotas
Serviço de restaurantes
Atendimento ao público
Vigilância sanitária
Ações futuras
Definir período de atuação do TBC na baixa e alta temporada
Aumentar o número de reuniões do TBC na comunidade
Aumentar a divulgação do TBC (utilizar as ferramentas de mídias digitais)
Aumentar o número de pessoas na equipe de TBC na comunidade
Aumentar a parceria com agências para grupos de TBC
Possuir um veículo próprio para as demandas do TBC
Construir horta e agrofloresta comunitária para atender as demandas do TBC
Reformar e equipar as cozinhas de TBC
Possuir escritório para o TBC com os devidos equipamentos de computador, impressora e internet
Construir pousada para os visitantes se hospedarem na comunidade
Construir uma sede para espaço coletivo do TBC
Registrar dados referentes ao TBC (número de visitantes, fluxo de caixa, roteiros realizados)
Elaborar material de capacitação para os jovens com o histórico da comunidade
Construir casa de farinha
Mapear pessoas para as funções do TBC

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Para concluir a discussão dos resultados dos indicadores, na sessão seguinte são aprofundados os resultados a partir das conexões entre os indicadores e as dimensões.

4.3 Os laços de conexão do TBC

A abordagem de Meios de Vida Sustentáveis foi utilizada justamente por entender que o Turismo de Base Comunitária precisa de uma análise ampla, pois aborda dimensões diversas que se relacionam diretamente com a vida dos comunitários que trabalham com esse turismo. Foi a partir desse ponto que os resultados mostraram essa amplitude de conexões entre a dimensão humana, social, natural, física e financeira.

Para isso, as conexões de cada dimensão entre os seus indicadores foram analisadas. Começando com a dimensão humana, foi pontuado que o TBC é uma atividade que se relaciona com a questão da soberania e segurança alimentar, pois fortalece e incentiva os agricultores das comunidades a produzirem alimentos para serem comprados e utilizados nas atividades do TBC, valorizando e reforçando os conhecimentos tradicionais. Relacionado à questão de soberania e segurança alimentar, o TBC traz a reflexão da importância da garantia do território para as atividades de produção agrícola e para as atividades do TBC.

Além disso, o TBC influencia na permanência dos moradores nas comunidades por ser uma atividade de geração de renda e que favorece a união comunitária, ocasionando um ambiente gratificante e satisfatório. Ao influenciar os moradores a ficarem nas comunidades, o TBC conseqüentemente fortalece a cultural local, incentivando as práticas tradicionais e proporcionando um espaço para que a cultura e os conhecimentos sejam transmitidos. O TBC é um espaço de representatividade que dá voz aos povos e comunidades tradicionais para que eles contem suas histórias, a verdadeira história dos territórios.

Dessa forma, o TBC também é um espaço de autonomia, resistência e de luta, indo na contramão da lógica do capital, que invisibiliza os conhecimentos tradicionais e impõe formas de trabalho que negam os saberes e as culturas dos povos. Esse ponto também é notado pela forma de trabalho que o TBC possui, a qual abarca uma forma de trabalho livre e coletiva que concede aprendizado para o desenvolvimento pessoal e para a troca de conhecimentos, fortalecendo a integração de saberes e valorizando o conhecimento tradicional.

Sobre a dimensão social, foi compreendido que o TBC é uma ferramenta política de luta que busca, a partir da articulação interna e externa entre as comunidades, conectar as pessoas para a resistência e garantia do território. Por este fato, foi observado que há um desentendimento por alguns comunitários sobre o que é o TBC e

também a necessidade de envolver mais pessoas para essa atividade. Entender o significado do TBC para a comunidade e proporcionar meios de maior participação e envolvimento comunitário é um caminho fundamental para que essa ferramenta seja fortalecida no território.

O TBC é uma ferramenta que resgata a cultura tradicional e assim fortalece a identidade dos povos e comunidades tradicionais. Essa identidade, para não ser perdida, precisa ser mantida e praticada, assim o TBC gera oportunidade de trabalho para que os jovens e crianças permaneçam nas comunidades e possam reafirmar a história e cultura local a fim de que sejam passadas de geração em geração.

Na Rede Nhandereko, o TBC tem a participação feminina nas atividades, assumindo relações de empoderamento da mulher ao possibilitar maior liberdade de ação, de tomada de decisão, de articulação organizacional e de autossuficiência financeira. Assim, o TBC é um espaço que permite a representação feminina, concedendo voz à história e à luta das mulheres a partir das relações de coletividade e identificação na luta. Para isso, é importante ressaltar a importância do maior envolvimento de mulheres em cargos de tomada de decisão dentro do TBC, bem como levantar a questão da reflexão sobre a construção de um espaço que possibilite o diálogo entre as mulheres a partir do posicionamento feminista.

Pontuando a reflexão sobre os resultados da dimensão natural, foi compreendido que o TBC reafirma a conservação ambiental por ser uma prática do modo de vida dos comunitários. Ter acesso aos recursos naturais também faz parte do modo de vida e das atividades do TBC, pois ele representa o dia a dia da comunidade. Portanto, ter acesso aos recursos naturais do território significa que a comunidade tem autonomia do seu território.

No entanto, as comunidades sofrem com certas restrições em seus territórios, advindas da sobreposição de UC e de áreas particulares. Essas restrições alteraram e ainda modificam o modo de vida das comunidades. Ter autonomia no território proporciona o acesso aos recursos e à liberdade de uso sem restrições. Portanto, a dimensão natural está correlacionada com a questão política de garantia do território, tendo o TBC como uma ferramenta que favorece a luta para o acesso aos recursos a partir de uma forma que visa a conservação ambiental e a preservação do modo de vida, respeitando os limites das comunidades e proporcionando um caminho para o diálogo e a parceria com UC. Para isso, é importante que os comunitários tenham o entendimento político sobre as UC, suas categorias e suas implicações no território.

Sobre a dimensão física, foram apontadas as relações existentes entre o TBC e as infraestruturas básicas e bens de produção para a atividade ser realizada. Desse modo, entende-se que o TBC é uma atividade que está relacionada com as condições básicas das comunidades, as quais precisam ser melhoradas tanto para o funcionamento do TBC como para a melhoria da qualidade de vida dos comunitários.

Por fim, o olhar para o TBC por meio da dimensão financeira mostra que ele não é a principal atividade de renda da maioria dos comunitários. É uma atividade que promove a geração de renda dentro da comunidade, possibilitando maior autonomia para a comunidade, acarretando em maior poder nas decisões de gestão financeira e organizacional. Por ter oportunidade de trabalho na comunidade, o TBC influencia na permanência dos jovens e, conseqüentemente, no fortalecimento da cultura. Além disso, em curto prazo, o dinheiro do TBC proporciona o acesso à aquisição de bens, principalmente pessoais e familiares. O TBC no momento não proporciona regularidade financeira, mas é uma atividade que a longo prazo se fortalecerá e trará mais retorno financeiro, por isso foi mencionada a elaboração de planejamentos futuros para o TBC. É necessário que a questão financeira seja bem estruturada, gerenciada e organizada para que possibilite a viabilidade econômica do TBC nas comunidades com valores justos para cada atividade.

A análise sobre as relações do TBC nas cinco dimensões abordadas possibilitou a reflexão de certas questões importantes a serem problematizadas para que o TBC se fortaleça como uma ferramenta política e de defesa do território.

Como já mencionado, trabalhar com a abordagem de MVS proporcionou uma visão ampla sobre o TBC, entendendo que certas questões são relevantes para o desenvolvimento e estruturação do TBC, portanto devem ser mais desenvolvidas e trabalhadas pelas organizações.

Sendo assim, por o TBC ser um turismo protagonizado por comunitários, é de suma importância que estes se apropriem do TBC. Como visto nos resultados, existe uma dificuldade de envolver mais pessoas e os jovens para as atividades de TBC na comunidade, bem como a falta do entendimento sobre o que é o TBC e o quanto o TBC significa para a comunidade.

Promover essas questões dialoga com a parte de gestão do TBC, a qual também está diretamente vinculada com o protagonismo comunitário. Os resultados da pesquisa, como apresentados no quadro 2 e no indicador S4 - Satisfação pessoal, mostraram o

desafio de trabalhar a gestão do TBC, sendo ela financeira, administrativa e organizacional.

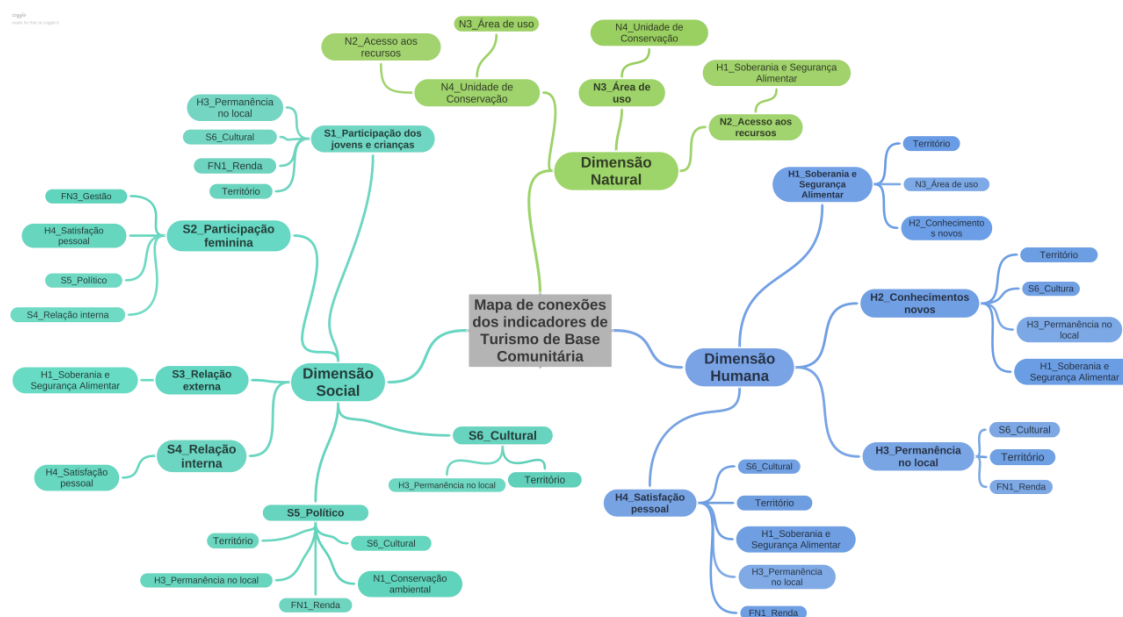
Compreender as questões problematizadoras possibilita analisar os pontos necessários a serem questionados e desenvolvidos a partir de um trabalho de autocrítica e avaliação com o intuito de construir um TBC que se estabelece como uma ferramenta de luta para a defesa do território e de protagonismo comunitário.

Com base em toda a discussão abordada sobre as relações das dimensões e o TBC, estão apresentadas a seguir as conexões que os indicadores de TBC possuem.

Levando em conta a percepção e o conhecimento dos comunitários sobre o TBC, foi possível compreender que esse tipo de turismo estabelece conexões entre os indicadores e as dimensões. Assim, observa-se que o TBC é uma atividade inter-relacional que se estabelece por meio de conexões. Não é possível falar de TBC abordando apenas uma dimensão. Ele é uma tecnologia múltipla, que se constrói a partir de laços que formam sua rede.

Em vista disso, para entender os laços de conexões do TBC, foi elaborado o “Mapa de conexões dos indicadores de Turismo de Base Comunitária”. Este mapa apresenta os laços que os indicadores possuem, no entanto, mesmo o território não sendo um indicador proposto pela pesquisa, ao trabalhar com as conexões existentes entre os indicadores, foi possível analisar o quanto os entrevistados relacionaram alguns indicadores com a questão do território. Por isso, a conexão dos indicadores com o território também é apresentada.

Figura 6 – Mapa de conexões dos indicadores de Turismo de Base Comunitária



Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Com base no “Mapa de conexões dos indicadores de Turismo de Base Comunitária” foi possível elencar os indicadores que tiveram mais conexões, conforme apresentado no quadro abaixo.

Quadro 21 – Número de conexões entre indicadores

Número de conexões entre indicadores		
Indicadores	Nº de conexões	Indicadores relacionados
Território	7	H1 - Soberania e Segurança Alimentar; H2 - Conhecimentos novos; H3 - Permanência no local; H4 - Satisfação Pessoal; S1 - Participação dos jovens e crianças; S5 - Político; S6 - Cultural
S6 - Cultural	5	H2 - Conhecimentos novos; H3 - Permanência no local; H4 - Satisfação pessoal; S1 - Participação dos jovens e crianças; S5 - Político
H3 - Permanência no local	5	H2 - Conhecimentos novos; H4 - Satisfação pessoal; S1 - Participação dos jovens e crianças; S5 - Político; S6 - Cultural
H1 - Soberania e Segurança Alimentar	4	H2 - Conhecimentos novos; H4 - Satisfação pessoal; S3 - Relação externa; N2 - Acesso aos recursos
FN1 - Renda	4	H3 - Permanência no local; H4 - Satisfação pessoal; S1 - Participação dos jovens e crianças; S5 - Político
H4 - Satisfação pessoal	2	S2 - Participação feminina; S4 - Relação interna

N3 - Área de uso	2	H1 - Soberania e Segurança Alimentar; N4 - Unidades de Conservação
H2 - Conhecimentos novos	1	H1 - Soberania e Segurança Alimentar
S4 - Relação interna	1	S2 - Participação feminina; S4 - Relação interna
S5 - Político	1	S2 - Participação feminina; S4 - Relação interna
N1 - Conservação ambiental	1	S5 - Político
N2 - Acesso aos recursos	1	N4 - Unidades de Conservação
N4 - Unidade de Conservação	1	N3 - Área de uso
FN3 - Gestão	1	S2 - Participação feminina; S4 - Relação interna

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

O mapa e o quadro demonstram as conexões existentes no TBC; assim, é possível observar as principais conexões do TBC de acordo com a quantidade de vezes que um indicador foi abordado.

A questão do território foi relacionada com sete indicadores, possibilitando a reflexão que a relação primordial no TBC é o território. Esse fato corrobora com o que foi apontado nos resultados: o TBC é uma ferramenta política estratégica para a defesa do território. Por ter laços de conexões que se estabelecem simultaneamente, falar de TBC é falar sobre a defesa do território, pois é a partir do território, o território de simbologias e representações, que é possível realizar o TBC.

Por meio desse território que a cultura dos povos e comunidades tradicionais se mantém viva. É por isso que o segundo indicador mais correlacionado foi o indicador “cultural”. A cultura dentro do TBC é o conhecimento tradicional, é a troca de conhecimentos, é a conexão com os jovens e as crianças. A continuidade da cultura advém da prática dos comunitários no dia a dia, portanto manter a cultura tradicional é permanecer no território. Como uma prática cultural e que incentiva a permanência no local, temos a questão da agricultura, que resulta na soberania e segurança alimentar dentro do território, fortalecendo os agricultores e os seus modos de vida.

Esses indicadores são identificados no TBC por existirem e se correlacionarem por um laço que une todos os elementos. Além do território, cultura, permanência no local e soberania e segurança alimentar, o quarto indicador que teve mais correlações foi o indicador de “renda”. Ao todo, complementando todas as questões, é possível construir uma atividade que, além de fortalecer as estruturas do modo de vida das comunidades, oferece oportunidade de trabalho dentro da comunidade e gera renda para

os comunitários, incentivando os agricultores, os artesãos e os conhecedores de saber. Assim, visualiza-se o TBC como uma atividade que fortalece como um todo esses elementos.

Portanto, é percebida a grandiosidade dessa ferramenta. O TBC ressalta a importância de ser uma ferramenta política, de possibilitar a satisfação pessoal dos comunitários estabelecendo alianças internas e externas com outras comunidades para fortalecer a luta dos povos e comunidades tradicionais. É uma forma de troca de conhecimentos, de produtos e de parceria.

Entender o TBC por sua inter-relacionalidade é compreender que a conservação da natureza faz parte do seu modo de vida, e, sem a conservação o território, a cultura e a soberania alimentar se enfraquecem.

Essas informações enfatizam quanto o TBC é estruturado a partir de uma ampla configuração de elementos pontuados pelos indicadores que se complementam para o desenvolvimento e organização dessa atividade.

Considerando o TBC a partir da sua ampla configuração de elementos e diante do contexto já apresentado sobre as alternativas contra-hegemônicas que buscam outras formas de produção para além da produção de opressão, negação e dominação pelo capitalismo, é considerado que o TBC é um espaço que dá voz aos povos e comunidades tradicionais. Tendo como base o espaço diferencial dos sonhos, vontades e apropriação de novas formas de uso do espaço, o TBC é um espaço que afirma e visibiliza a história desses povos, garantindo um lugar de representação e manifestação por meio do protagonismo das comunidades tradicionais.

Por fim, foi possível ter um olhar amplo sobre o TBC a partir de uma visão que consegue abraçar as suas relações, conectando os elementos por meio de um laço que é construído pelas mãos e pelas vozes da geração dos antepassados e da geração dos povos presentes que continuam lutando por suas histórias a partir de caminhos, tecnologias e ferramentas que são contra a lógica hegemônica e que valorizam e respeitam os povos e comunidades tradicionais.

Para a conclusão dos laços que formam uma rede de TBC, a partir da sua ampla relação com as diversas dimensões nas vidas dos comunitários, esta seção é finalizada com o significado de TBC de acordo com o olhar dos comunitários, conforme os seguintes relatos:

Uma reação que o turismo predatório causou. Se não houvesse o turismo predatório não pensaríamos no TBC. Como o turismo

predatório está acabando com tudo, temos o TBC. A partir do momento que há o turismo predatório, que há essa dilaceração do espaço, da cultura, da vida, do conhecimento, do saber do nosso território, aí surge o TBC como uma contraproposta de um turismo que foi responsável por tanta desgraça e especulação. (ENTREVISTADO D1).

TBC é uma ferramenta de luta, fortalecimento do território, ferramenta que, além de gerar renda, beneficia a grande maioria das famílias. Fortalecimento da cultura tradicional e fortalecimento do território. Está relacionada com a questão ambiental, a preservação da natureza também, manter as coisas organizadas na comunidade, pensando em toda a questão natural, da água, do solo, da floresta. (ENTREVISTADO B1).

Ferramenta de luta, permanência, resistência. O TBC vem trazendo isso, resgatar o que foi perdido e de manter o que se tem hoje. É uma baita ferramenta de luta para dentro do território usar e se manter. (ENTREVISTADO B6).

É um meio de sobrevivência, resistência e meio de mostrar pro mundo que a gente existe [...] TBC é o modo de vida, modo de ser [...] Ninguém melhor de falar do TBC do que uma pessoa da própria comunidade. (ENTREVISTADO B5).

Além das falas sobre o significado do TBC, pode-se captar uma “nuvem” de palavras que representam o TBC para os comunitários.

Quadro 22 – Nuvem de palavras mencionadas pelos entrevistados que representam o que é Turismo de Base Comunitária



Fonte: elaborado pela autora, 2020.

A partir das falas e da “chuva” de palavras sobre o significado e a representação do TBC para os comunitários, foi possível compreender quanto o TBC é inter-relacional, e que suas conexões abordam uma amplitude de dimensões. Assim, é observado que o TBC é uma ferramenta de tecnologia social que se constrói a partir de um todo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa tem como proposta responder a pergunta: “como a relação do Turismo de Base Comunitária nos meios de vida é percebida pelos comunitários do litoral norte paulista e sul fluminense?”. Para isso, foi utilizado como arcabouço para a discussão as questões relevantes que propiciam o entendimento do contexto das comunidades tradicionais do FCT a partir da dialética do território.

As comunidades tradicionais do litoral norte paulista e sul fluminense vivenciam conflitos territoriais ao longo dos anos como consequência do aumento do turismo, da especulação imobiliária, urbanização e transformação na paisagem. Assim, entender o processo de disputa e conflito territorial como um todo é importante para a formação de uma nova organização.

O espaço contém histórias e se estabelece por meio delas. Ele é produzido de acordo com as intencionalidades dadas pelos sujeitos que o constroem. Portanto, olhar o território das comunidades tradicionais é olhar qual intencionalidade, poder e transformação ele sofreu. Diante disso, é possível decifrar os conflitos como as respostas das intencionalidades dadas ao espaço para atender as relações do poder de dominação que visam à exploração, ao lucro e ao desenvolvimento unilateral.

No entanto, no processo dialético também são construídas as contradições que são inerentes ao processo de produção do espaço. E é por meio dessas contradições que é produzido um espaço de que os sujeitos se apropriam para a construção de novas formas, usos e tecnologias contra a lógica do espaço dominante.

Portanto, é na contraposição do poder de dominação do espaço e das tecnologias convencionais do capital que são construídos os novos modos de produção a partir de tecnologias contra-hegemônicas.

Com base nesse cenário, o Turismo de Base Comunitária se estrutura como uma ferramenta política e uma tecnologia social que se contrapõe à lógica do turismo de massa. Nesse ponto, entendendo o TBC como uma tecnologia social foi necessária uma avaliação ampla, que permitisse uma análise multidimensional para abranger diversas questões com que o TBC se relaciona. À vista disso, a pesquisa buscou identificar a relação do TBC em cinco dimensões a partir da perspectiva dos comunitários, a partir do olhar de quem trabalha com TBC.

Os resultados apresentados respondem à pergunta inicial da pesquisa. O TBC se relaciona com os meios de vida dos comunitários em suas amplas dimensões: humana, social, natural, física e financeira.

Compreender as dimensões do TBC a partir de seus indicadores mostra quanto essa atividade é uma ferramenta inter-relacional, que existe justamente porque se conecta com diversas dimensões. O TBC existe porque ele é o todo.

Assim, a avaliação do TBC tem que ser realizada a partir de um olhar amplo que possa arcar com todas as suas conexões, formando uma rede de ações que resultam em um turismo de protagonismo comunitário, de fortalecimento da soberania e segurança alimentar, da cultura e dos conhecimentos tradicionais, que tem a participação das mulheres e dos jovens, e a luta política pela garantia dos direitos.

A presente pesquisa abordou uma ampla gama de indicadores para a avaliação do TBC de acordo com a percepção dos comunitários, indicadores que de alguma maneira dialogam com seus princípios da Rede Nhandereko. No entanto, compreende-se a presente pesquisa como um passo inicial que aponta o TBC como uma ferramenta de luta inter-relacional. Portanto, para entender a multidimensionalidade do TBC, ele deve ser compreendido por meio da ressignificação de indicadores que realmente o representam. Foi apresentado, a partir de um primeiro olhar, 22 indicadores, porém a pesquisa propõe como encaminhamento que outros estudos possam ser realizados para trabalhar com os indicadores que de fato consigam identificar as relações dadas pelo TBC, para que ele possa ser melhorado, ampliado e legitimado nas vias de políticas públicas.

Ao pontuar o TBC como uma tecnologia social contra-hegemônica, o olhar que ele merece também é um olhar contra-hegemônico, utilizando meios que possam captar as conexões de representação da sabedoria, da cultura e da forma de vida de um povo que utiliza ferramentas contra-hegemônicas para a emancipação dos povos e comunidades tradicionais.

REFERÊNCIAS

- ABIRACHED Carlos Felipe de Andrade; BRASIL Daniel; SHIRAISHI Juliana Costa. **Áreas protegidas e populações tradicionais: conflitos e soluções.** V Encontro Nacional da Anppas. 4 a 7 de outubro de 2010. Florianópolis – SC- Brasil.
- ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.** São Paulo: Autonomia Literária, 2016.
- ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista.** Editora Elefante, 2018.
- ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **REVISTA DE ANTROPOLOGIA, SÃO PAULO, USP, 2000, V. 43 n° 1.**
- AGUILAR, Lorena; BRICENO, Gustavo; CHACÓN, Edgar; VALENCIANO, Iلسie. **Quien busca ... encuentra: elaborando diagnósticas participativos com enfoque de gênero.** 1ª Ed. San José, C.R. ABSOLUTO, 1999.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo.** Coleção primeiros passos. Abril Cultural Brasiliense, 1985.
- ASHELEY, Caroline; HUSSEIN, Karim. **Developing Methodologies for Livelihood Impact Assessment: Experience of the African Wildlife Foudation in East Africa.** OverseasDevelopmentInstitute, Febrery, 2000.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MULHERES CAMPONESAS. **Feminismo camponês e popular.** Outubro de 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Presses Universitaires de France, 1977.Edição 70, Ltda.
- BENI, Mário Carlos. Saturação e Rejeição ao Turismo nas Destinações Turísticas. **Revista Brasileira de pesquisa em Turismo, São Paulo, 14 (2), p.1-8, maio/ago. 2020.**
- BENNETT, Nathan James; DEARDEN Philip. **Why local people do not support conservation: Community perceptions of marine protected area livelihood impacts, governance and management in Thailand.** Marine Policy 44 (2014) 107–116
- BERNARD, H. Russell. **Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches.** Lanham, MD: AltaMira Press, 2006.
- BOLETIM CARTOGRAFIA DA CARTOGRAFIA SOCIAL. **Uma síntese das experiências / Cartografia social de Trindade: a pesca artesanal da comunidade Caiçara de Trindade (Paraty, RJ).** – N. 4 (Dez. 2016) –. – Manaus: UEA Edições, 2016
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; CAMPOS, Maria Malta; DEMO, Pedro. **Quais as questões básicas, hoje, para um debate sobre pesquisa participante?** Em aberto, Brasília, ano 3, n.20, abr.1984.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues e BORGES, Maristela Correa. **A pesquisa participante: um momento da educação popular.** Programa de Formação Continuada em Educação, Saúde e Cultura Populares, 2007.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm. Acesso em 21 de ago. 2018.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 27 de fevereiro, 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. Chamada Pública MTUR n. 001/2008 – Apoio às iniciativas de turismo de base comunitária. Brasília, 2008.

BRITO, Daginete Maria Chaves. Conflitos em Unidades de Conservação. PRACS: **Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais UNIFAP.** N. 1 dez 2008.

CARNEIRO, Fernando Ferreira; KREFTA, Noemi Margarita; FOLGADO, Cleber Adriano Rodrigues. **A práxis da ecologia de saberes:** entrevista de Boaventura de Sousa Santos. *Tempus, actas de saúde colet*, Brasília, 8 (2), 331-338, jun, 2014.

CARNEY, Diana. 2004. **Sustainable Livelihoods Approaches:** Progress and possibilities for change. DFID, Omar Satauer.

CARRASCO, Cristina. **Estatísticas sob suspeita:** proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres / Cristina Carrasco; tradução José Valenzuela Perez . São Paulo, SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2012.

CISNE, Mirla. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil.** UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL/DOCTORADO. Rio de Janeiro, 2013.

CHAMBERS, Robert e CONWAY, Gordon R. **Sustainable rural livelihoods:** practical concepts for the 21st century. 1991. IDS Discussion Paper 296. Brighton: Institute of Development Studies.

COLAÇO, Thais Luzia; SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes. Sociedade da informação: comunidades tradicionais, identidade cultural e inclusão tecnológica. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 207-230, jan./jun. 2010.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. **Relatório Final** – violações de direitos no campo 1946-1988. Brasília, dezembro 2014.

CONTI, Bruna Ranção; ANTUNES, Diogo de Carvalho. **Conflitos na gestão do Parque Nacional da Serra da Bocaina: entraves ao desenvolvimento local na vila de Trindade (Paraty, RJ).** INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 13, n. 2, p. 213-223, jul./dez. 2012.

CONSERVATION INTERNATIONAL (2011). The World's 10 Most Threatened Forest Hotspots. Disponível em: <https://www.conservation.org/NewsRoom/pressreleases/Pages/The-Worlds-10-Most-Threatened-Forest-Hotspots.aspx>. Acesso em 20 de novembro, 2018.

CORIOLOANO, Luzia Neide. **Turismo:** prática social de apropriação e de dominação de territórios. Em publicação: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

CORTEZ, Sánchez et al. **Participación comunitaria y percepción social en Latinoamérica:** un futuro para las áreas protegidas y proyectos de geoparques. Ambiente y Desarrollo, Bogotá (Colombia) Vol. XXI (41) 61-77, julio-diciembre 2017, ISSN: 0121-7607

COSTA, Adriano Borges, (Org.) **Tecnologia Social e Políticas Públicas.** -- São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013.

DFID – DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. **Sustainable Livelihoods Guidance Sheets.** 1999.

DFID – DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. **Sustainable Livelihoods Guidance Sheets. Governance and SL Approches** 6.5, 2001, 105-108p.

DÍAZ, Carlos Tello. **Desarrollo versus conservación en la disputa por los humedales del bosque tropical seco:** el caso de la reserva de la Biosfera Chamela-Cuixmala, Jalisco, México Interciencia, vol. 38, núm. 3, marzo, 2013, pp. 221-228.

DI CIOMMO, Regina Célia. Pescadoras e pescadores: a questão da equidade de gênero em uma reserva extrativista marinha. **Ambiente & Sociedade.** Campinas. V.X, n.1. p.151-163.jan-junh 2007.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** 3ª edição. Editora Hucitec. São Paulo, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais.** In: **Espaços e recursos naturais de uso comum.** Antonio Carlos Diegues, André de Castro Moreira (organizadores). São Paulo. Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. USP, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Aspectos sociais e culturais do uso dos recursos florestais da Mata Atlântica.** In: SIMÕES, Luciana Lopes; LINO Clayton Ferreira (Org.). Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais. São Paulo, 2000.

EL-HANI, Charbel N. **Integrando conhecimentos científicos e tradicionais na conservação**. Instituto de Biologia/UFBA. Maio 1, 2018.

FAERMAM, Lindamar Alves. A Pesquisa Participante: Suas Contribuições no Âmbito das Ciências Sociais. **REVISTA CIÊNCIAS HUMANAS – UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ (UNITAU) – BRASIL – VOL. 7, N. 1, 2014.**

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a Tipologia de Territórios In: SAQUET, Marco Aurélio e SPOSITO, Eliseu Sáverio (orgs). **Territórios e Territorialidades. Teoria, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

FEENY, David. A Tragédia dos Comuns: vinte e dois anos depois. In: **Espaços e recursos naturais de uso comum**. Antonio Carlos Diegues, André de Castro Moreira (organizadores). São Paulo. Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. USP, 2001.

FÓRUM DE COMUNIDADES TRADICIONAIS DE ANGRA DOS REIS, PARATY E UBATUBA. **Preservar é Resistir**. Disponível em: <http://www.preservareresistir.org/>. Acesso em 01 de março, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, Liana Souza; FERREIRA, Helena Catão Henriques. **O turismo de base comunitária como alternativa de desenvolvimento local: o caso de Curuçá – Pará**. ABET, Juiz de Fora, v.5, n.3, p.37-44, set/dez. 2015.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. Sobre o Núcleo Picinguaba. Disponível em: <http://www.parqueestadualserradomar.sp.gov.br/pesm/nucleos/picinguaba/sobre/>. Acesso em 09 de outubro, 2018.

FURLAN, Sueli Angelo; MARINHO, Mauricio de Alcantara; CAMPOLIM, Marcos Buhner. **Conflitos e diálogos: análise dos Sistemas de Áreas Protegidas e Populações Tradicionais na América Latina em Florestas Tropicais**. In: XIIº Encontro de Geógrafos da América Latina, 12. Eixo 7 – Processos de la interacción sociedad-naturaleza. Nro 7173, Montevideú, Uruguai, 2009.

GALEANO, Eduardo. **Las Palabras Andantes**. Montevideu, Uruguai: Ediciones Chanchito, 1993.

GALLO, Edmundo e (Org.). **O território pulsa: territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina: soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializados/ organizado por Edmundo Gallo e Vagner do Nascimento – Paraty, RJ: Fiocruz, 2019.**

GIL, Antonio Carlos. 1946. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. Ed – São Paulo, Atlas, 1991.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade**: um debate. GEO graphia – Ano IX – Nº 17 – 2007.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HESS, Charlotte; OSTROM, Elinor. **Understanding knowledge as a Commons**: from theory to practice, 2007.

HONGYU, Kuang; SANDANIELO, Vera Lúcia Martins; JUNIOR, Gilmar Jorge de Oliveira. **Análise de Componentes Principais: resumo teórico, aplicação e interpretação**. Engeneering and Science, 2015, 5:1.

hooks, Bell **O feminismo é para todo mundo [recurso eletrônico]**: políticas arrebadoras / bellhooks; tradução Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. tradução Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

INCRA. Comunidade Quilombola Camburi. In: **Coleção Terras de Quilombos São Paulo**. Belo Horizonte: FAFICH, 2016, pg.9. Acesso em 24 de maio de 2019.

Disponível em:

http://www.incra.gov.br/sites/default/files/terras_de_quilombos_camburi-sp.pdf.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. **Parque Nacional Serra da Bocaina – Plano de Manejo e Monitorias**, 2002. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnaserradabocaina/extras/62-plano-de-manejo-e-monitorias.html>. Acesso em 04 de set. de 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral. **Parque Nacional da Serra da Bocaina Relatório de Monitoria** – Etapa I. Brasília, fevereiro, 2010.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais – Princípios e Diretrizes**. 2017.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu**. Paraty/RJ, maio de 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais – cadernos de experiências**/ organizadores: Marília Falcome Guerra, Carolina Mattosinho de Carvalho Alvite, Bruna de Vita Silva Santos; Autores: Ana Gabriela da Cruz Fontoura... [et al.]; ilustrador: Daniel Dias Moreira. – Dados eletrônicos. – 1. Ed. – Brasília, DF: ICMBIO – MMA, 2019.

INSTITUTO SOCIOAMBEINTAL. **Comunidade caiçara se mobiliza em defesa de seu território**. Instituto Socioambiental (ISA), 2016. Disponível em:

<https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/comunidade-caicara-se-mobiliza-em-defesa-de-seu-territorio>. Acesso em 18 de outubro de 2020.
 INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **O que é Tecnologia Social?** Disponível em: <http://itsbrasil.org.br/conheca/tecnologia-social/>. Acesso em 15 de outubro de 2020.

IRVING, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN I; SAN SOLO, D. G. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

JUAN, César San; ORTEGO Yosú. **Conflictos socioambientales y áreas protegidas em América Latina: Contextos y métodos de intervención en el caso boliviano**. Intervención Psicosocial, 2000, Vol. 9 N.º 2 - Págs. 247-258.

KOERICH MS, Backes DS, Sousa FGM, Erdmann AL, Albuquerque GL. **Pesquisa-ação: ferramenta metodológica para a pesquisa qualitativa**. Rev. Eletr. Enf. [Internet]. 2009;11(3):717-23. Available from: <http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n3/v11n3a33.htm>.

KOROSSY, Nathália. Do ‘turismo predatório’ ao ‘turismo sustentável’: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. **Caderno virtual de turismo**, vol. nº 2 [2008].

KUSTERS, Koen; ACHDIAWAN Ramadhani; BELCHER Brian; PÉREZ Manuel Ruiz, 2006. **Balancing development and conservation? An assessment of livelihood and environmental outcomes of nontimber forest product trade in Asia, Africa, and Latin America**. Ecology and Society 11(2): 20.

LIMA, Livia Ribeiro. **Quilombos e políticas de reconhecimento: o caso do Campinho da Independência**. Dissertação (Mestrado em Antropologia social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l’espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006.

LUCCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. **O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba-SP**. (Tese de doutorado) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN I; SAN SOLO, D. G. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MAPA DE CONFLITOS. SP – **Quilombo da Fazenda aguarda, há quase dez anos, titulação de seu território tradicional**. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=sp-quilombo-da-fazenda-aguarda-ha-quase-dez-anos-titulacao-de-seu-territorio-tradicional>. Acesso em 18 de outubro de 2020.

MARCOS, Valéria. Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. **BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA**, SÃO PAULO, nº 84, p. 105-136, 2006.

MORAES, E. A.; IRVING, M. A.; MENDONÇA, T. C. M. Turismo de Base Comunitária na América Latina: Uma Estratégia em Rede. **Turismo: Visão e Ação**, v. 20, n. 2, p. 249-265, 2017.

MORAES, Edilaine Albertino; MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda; PINHEIRO, Carolina Vasconcelos. **Trilhando o turismo de base comunitária em Minas: um novo caminho das Gerais**. CULTUR, ano 11 – nº01 – fev/2017.

MARTONI, Rodrigo Meira. **Turismo e Capitalismo: impossibilidades estruturais e análises superficiais do Ecoturismo**. Trabalho apresentado ao GT 02 “Abordagem histórico-crítica do turismo” do IV SeminTUR - Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, RS. 7 e 8 de julho de 2006.

MENDONÇA, Maria Cristina Angélico; BATALHA Mário Otávio; SANTOS, Antonio Carlos do. **A indústria do turismo: história, características e tendências**. Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 5, n. 1, 2003.

MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda; MORAES, Edilaine Albertino. Reflexões emergentes sobre Turismo de Base Comunitária, á luz da experiência no “Paraíso Proibido”: Vila do Aventureiro – Ilha Grande – Brasil. **Revista Turismo & Desenvolvimento**. Nº 17/18/ 2012.

MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda; MORAES, Edilaine Albertino; CATARCIONE, Fernanda Lima da Costa. Turismo de base comunitária na Região da Costa Verde (Rio de Janeiro): refletindo sobre um turismo que se tem e um turismo que se quer. Caderno **Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 232-248, ago. 2016.

MOLANO, L. Olga Lucía. Identidad cultural un concepto que evoluciona. **Revista Opera**, núm. 7, mayo, 2008, pp. 69-84. Universidad Externado de Colombia Bogotá, Colombia.

MORAES, Nelson Russo et al. As comunidades tradicionais e a discussão sobre o conceito de território. **Revista Espacios**. Vol. 38 (Nº12) ano 2017. Pág. 17.

MORRIS, Erick. **Um olhar sobre a educação popular e as epistemologias do Sul: a Universidade Popular dos Movimentos Sociais**. Estudios de Filosofia Prática e História de lãs Ideas / ISSN em línea 1851-9490 / Vol.19.

MOSAICO BOCAINA. **O mosaico Bocaina**. Disponível em: <http://www.mosaicobocaina.org.br/mosaico-bocaina/o-mosaico-bocaina>. Acesso em 12 de novembro, 2018.

NAIR, P. K. Ramachandran. **Anintroductiontoagroforestry**. Kluwer Academic Publishers, 1993.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA. Disponível em: <http://otss.org.br/>. Acesso em 01 de março, 2018.

ORTIZ, Marco Aurelio Acevedo et al. La inclusión de comunidades em la conservación de áreas naturales. Caso Parque Nacional Montaña de Celaque, Honduras. **Interciencia**, march 2018. Vol.43 n°3.

PAES, Silvia Regina. O mundo caiçara e o turismo. **Cadernos de campo**, n.5, 1999

PELLIZZARO, Patricia Costa et al. Gestão e manejo de áreas naturais protegidas: contexto internacional. **Ambiente & Sociedade** n São Paulo v. XVIII, n. 1 n p. 21-40 n jan.-mar. 2015.

PENEIREIRA, Fabiana Mongeli. **Sistemas Agrofloretais dirigidos pela sucessão natural**: um estudo de caso. (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, 1999.

PERONDI, Miguel Angelo; SCHNEIDER, Sérgio. Bases teóricas da abordagem de diversidade dos meios de vida. **REDES - Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul**, v. 17, n. 2, p. 117 - 135, maio/ago 2012.

POURCQ, Kobe De et al. Análisis de los conflictos entre comunidades locales y autoridades de conservación en Colombia. Causas y recomendaciones. **Gestión y Ambiente** 20(1), 122 139, 2017.

RABAHY, Wilson Abrahão. **Análise e perspectivas do turismo no Brasil**. Ver. Bras. Pesq. Tur.vol.14, n°. 1 São Paulo Jan/Apr. 2020.

REDE NHANDEREKO – **Turismo de base comunitária**. Disponível em: <https://www.rendehandereko.org/nhandereko>. Acesso em 10 de novembro, 2018.

RIO DE JANEIRO. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Lei nº 78884 de 02 de março de 2008. Institui a Política Estadual de Turismo Comunitário no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/552646625/lei-7884-02-marco-2018-rio-de-janeiro-rj>. Acesso em 23 de setembro de 2020.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA Cristóvão Domingos; GUINDANI Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. ANO I- Número I – Julho de 2009.

SANSOLO, Davis Gruber. **Planejamento ambiental e mudanças na paisagem do Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar- Ubatuba, São Paulo**. (Tese de doutorado) Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

SANSOLO, Davis Gruber; CRUZ, Rita de Cássia Ariza. Plano Nacional de Turismo: uma análise crítica. **Caderno Virtual de Turismo**. Vol 3, n° 4 [2003].

SANSOLO, Davis Gruber; FERNANDEZ, Leandro Rodrigues Gonzales; MASSARUTTO, Rosemeire Calixto. **Turismo comunitário em pequenos núcleos habitacionais no Mosaico Bocaina**. IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. Turismo de base comunitária – potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN I; SANSOLO, D. G. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa Poderá o direito ser emancipatório?. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 65, 3-76, 2003.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para além do pensamento abissal – Das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Novos estudos 79. Novembro 2007.

SANTOS, AngeloLuíz Pacheco dos Santos. **Mudanças no modo de vida de uma comunidade tradicional no contexto da implantação de uma reserva de proteção integral**: o caso do quilombo da fazenda, em Ubatuba – São Paulo. Monografia (Graduação em Engenharia Florestal) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2013.

SÃO PAULO, ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Projeto de Lei nº 365/2018. Institui e estabelece diretrizes para a Política Estadual de Turismo Comunitário no Estado de São Paulo e dá outras providências. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000216009>. Acesso em 23 de setembro de 2020.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. (Tese de doutorado). Universidade Estadual Paulista (UNESP). Campus de Presidente Prudente. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Porto Alegre, 2002.

SCOONES, Ian. Livelihoods perspectives and rural development. **The Journal of Peasant Studies**, 36:1, 171-196, 2009.

SILVA, R. **De cima para baixo**: a sobreposição de conceitos, territórios e normas. (2017).

SIQUEIRA, Priscila. Os caiçaras e a Rio/Santos. **São Paulo em Perspectiva**, 3(4):62-64, out/dez. 1989.

SOARES, Antônio Mateus. **Porto Seguro – Bahia – turismo predatório e (in) sustentabilidade social**. Geo Graphos. [En línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, 2 de junio de 2016, vol. 7, nº 87 (22), 25 p. [ISSN: 2173-1276] [DL: A 371-2013] [DOI: 10.14198/GEOGRA2016.7.87(22)].

SOLON, Pablo. **ALTERNATIVAS SISTEMICAS: BEM VIVER, DECRESCIMENTO, COMUNS, ECOFEMINISMO, DIREITOS DA MAE TERRA E DESGLOBALIZAÇÃO - 1ªED.**(2019).

THIOLLENT, Michel. **Construção do conhecimento e metodologia da extensão.** Cronos, Natal –RN, v.3, n.2, p.65-71, jul./dez.2002.

THIOLLENT, Michel; SILVA, Generosa de Oliveira. Metodologia de pesquisa-ação na área de gestão de problemas ambientais. **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde.** Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.93-100, jan.-jun., 2007.

TOLEDO, Vitor M; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

TOMICEVIC, Jelena; SHANNON, Margarete A.; MILANOVIC, Marina.2010. Socio-economic impacts on the attitudes towards conservation of natural resources: Case study from Serbia. **Forest Policy and Economics**, v. 12, p. (2010) 157–162.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n.3, p. 443-466, set/dez 2005.

TRIVINOS, Augusto N.S. **Introdução á pesquisa em ciências sociais – a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

URIARTE, Urpi Montoya. Produção do espaço urbano pelos homens ordinários: antropologia de dois micro-espacos na cidade de Salvador. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 15, n. 36, p.115-134, ago./dez. 2014.

URZEDO, D.I. et al, 2005. Tropical forest seeds in the household economy: effects of market participation among three sociocultural groups in the Upper Xingu region of the Brazilian Amazon. **Environmental Conservation: page 1 -12.** Foundation for Environmental Conservation 2015.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: guia prático DRP.** Brasília, DF: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

WARD, Caroline; STRINGER, Lindsay C.;HOLMES, George. Protected area co-management and perceived livelihood impacts. **Journal of Environmental Management** 228 (2018) 1–12.

World Tourism Organization (UNWTO); Centre of Expertise Leisure, Tourism & Hospitality; NHTV Breda University of Applied Sciences; and NHL Stenden University of Applied Sciences (2018), **‘Overtourism’? – Understanding and Managing Urban Tourism Growth beyond Perceptions**, Executive Summary, UNWTO, Madrid.

ZAOUAL, Hassan. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLO, R; BURSZTYN I; SAN SOLO, D. G. (Org.). **Turismo de Base**

Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

ANEXO A – Carta de aprovação COTEC

Carta COTEC nº 206/2019 D22/2019 PH

Apraz-nos informar que o projeto “A defesa do território das comunidades tradicionais do Litoral Norte Paulista e Sul Fluminense: uma análise do turismo de base comunitária e das iniciativas agroecológicas do Fórum de Comunidades Tradicionais”, constante do processo em referência, de autoria de Julia Teixeira Martins e Davis GruberSansolo, foi aprovado para ser executado, no período de Maio de 2019 a Outubro de 2020, na seguinte Unidade:

UNIDADE e RESPONSÁVEL	ENDEREÇO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Picinguaba Ao responsável pela Unidade Gestora: Cláudia Camila Faria e Oliveira	a) <u>Escritório Regional:</u> Endereço: Rua Dr. Esteves da Silva, nº. 510 Centro - Ubatuba-SP, CEP: 11.680-000 Telefones para informação: (12) 3833-6552 / 9-9707-2426 E-mail: pesm.picinguaba@fflorestal.sp.gov.br Dias e horário de funcionamento: de segunda-feira a sexta-feira das 8h às 17h. b) <u>Sede Administrativa:</u> Endereço: Rodovia BR, nº 101, km 08 Picinguaba - Ubatuba-SP Telefones para informação: (12) 3832-1397 E-mail: pesm.picinguaba@fflorestal.sp.gov.br Dias e horário de funcionamento: de segunda-feira a sexta-feira das 8h às 17h. c) <u>Centro de Visitantes:</u> Endereço: Rodovia BR, nº 101, km 11 Picinguaba - Ubatuba-SP E-mail: mpicinguaba.agendamento@fflorestal.sp.gov.br Dias e horário de funcionamento: diariamente das 8h às 17h.	<ul style="list-style-type: none"> • Com relação à realização do projeto no Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Picinguaba, manifestamo-nos: <u>Deacordocom a execução do projeto;</u> • Com relação aos resultados do projeto, as informações geradas serão de: Alta prioridade; • Com relação ao planejamento da Unidade, o Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Picinguaba possui: Plano de Manejo; • Com relação às atividades previstas pelo projeto: não existere restrição; • <u>As seguintes colocações devem ser observadas pelos autores, por ocasião da visita a esta Unidade:</u> • O pesquisador deverá apresentar o projeto para a administração do Parque mediante entrevista, primeiramente agendando alojamento, e agendar cada visita ao Parque antecipadamente pelo telefone (12) 3832-1397, na Sede Administrativa ou pelo e-mail mpicinguaba.agendamento@fflorestal.sp.gov.br; • A Unidade possui alojamento destinado a programa de pesquisa com capacidade para 16 pesquisadores, cozinha e refeitório, além de estufa para secagem de materiais; • Mandar por e-mail a lista com os nomes da equipe fixa dos colaboradores de campo, pesquisadores e estagiários; • Enviar à coordenadoria do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Picinguaba, relatórios periódicos impressos e digital com fotos; • Não usar fotos para fins econômicos; • No ato da chegada, o pesquisador deverá procurar o

ANEXO B – Carta de aprovação SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 67544-1	Data da Emissão: 30/07/2019 13:33:20	Data da Revalidação*: 30/07/2020
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Julia Teixeira Martins	CPF: 418.983.658-30
Título do Projeto: A defesa do território das comunidades tradicionais do Litoral Norte Paulista e Sul Fluminense: uma análise do turismo de base comunitária	
Nome da Instituição: Universidade Estadual Paulista	CNPJ: 48.031.918/0001-24

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	discussão de resultados	03/2020	08/2020
2	acompanhamento das atividades de Sistemas Agroflorestais	04/2019	02/2020
3	análise de dados	01/2020	03/2020
4	acompanhamento das atividades de Turismo de Base Comunitária	04/2019	02/2020
5	encontro com as comunidades tradicionais	05/2019	05/2019
6	Entrevistas	07/2019	12/2019

Equipe

#	Nome	Função	CPF	Nacionalidade
1	Davis Gruber Sansolo	professor orientador	714.386.537-00	Brasileira

Observações e ressalvas

1	Esta autorização NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
2	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infraestrutura da unidade.
3	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
4	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio n° 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio n° 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
5	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
6	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.

ANEXO C – Plataforma Brasil/ CEP**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: A defesa do território das comunidades tradicionais do Litoral Norte Paulista e Sul Fluminense: uma análise do turismo de base comunitária e das iniciativas agroecológicas do Fórum de Comunidades Tradicionais

Pesquisador: Júlia Teixeira Martins

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 14156419.3.0000.5402

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.424.932

Apresentação do Projeto:

A pesquisa tem como finalidade compreender os conflitos territoriais vivenciados pelos povos e comunidades tradicionais do litoral norte paulista e sul fluminense, principalmente a partir da construção da BR, gerando vários impactos sociais, econômicos e ambientais. Pretende compreender como a organização dos povos através do movimento do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), promovem a defesa dos seus territórios. Dentre as atividades, este estudo irá pesquisar sobre o Turismo de Base Comunitária (TBC) e, como uma iniciativa agroecológica, o Sistema Agroflorestal (SAF).

Objetivo da Pesquisa:

Avaliar o impacto do Turismo de Base Comunitária e o do Sistema Agroflorestal nos meios de vida das comunidades do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com o projeto e os termos apresentados, não há riscos aos entrevistados envolvidos na pesquisa. Talvez apresente alguns desconfortos em temas

que podem ser delicados como por exemplo, casos de violência, exploração que venha remeter a episódios

APÊNDICE A – Carta de aprovação Plataforma Brasil



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Julia Teixeira Martins, responsável pela pesquisa, e o professor orientador Davis GruberSansolo, estamos fazendo um convite para você participar como voluntário (a) da Pesquisa *“A defesa do território das comunidades tradicionais do Litoral Norte Paulista e Sul Fluminense: uma análise do turismo de base comunitária do Fórum de Comunidades Tradicionais”*.

A pesquisa pretende avaliar o impacto do Turismo de Base Comunitária (TBC) nos meios de vida das comunidades do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba. Identificaremos o desenvolvimento e a importância do TBC como atividade estratégica do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT).

Para a realização da pesquisa será aplicado um questionário referente à caracterização do entrevistado e da atividade de TBC. Sua participação será responder as questões perguntadas pela pesquisadora para atingir o objetivo desta pesquisa.

Não há riscos envolvendo sua participação na pesquisa. O que poderá ocorrer será um possível desconforto em relação às perguntas da entrevista e/ou o tempo estimado da entrevista, cabendo a você o direito de não respondê-las. Não há custo algum envolvido com sua participação e nem nenhuma remuneração. Se você aceitar participar da pesquisa estará contribuindo com a avaliação do TBC, uma das áreas de atuação relevante para o Fórum de Comunidades Tradicionais.

Para qualquer informação ou dúvida, entre em contato com a pesquisadora. Se depois de autorizar sua participação na pesquisa o (a) Senhor (a) tem o direito e a liberdade de se retirar da sua participação, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo a sua pessoa. As informações coletadas serão confidenciais e serão divulgadas em eventos e publicações científicas, não havendo divulgação de sua identidade. Serão também utilizadas imagens (fotográficas), vídeo e gravação de voz, caso você nos autorize.

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, após a leitura desse documento e das informações esclarecidas pela pesquisadora estou ciente da minha participação como voluntário (a) e que posso retirar minha autorização na participação da presente pesquisa a qualquer momento sem sofrer nenhum tipo de prejuízo. Também estou ciente dos objetivos da pesquisa, do procedimento que serei submetido, do possível risco na participação e da garantia

de confidencialidade. Este documento será emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via para cada um de nós.

() Autorizo o uso de imagens fotográficas, vídeo e gravador de voz para fins de pesquisa.

() Não autorizo o uso de imagens fotográficas, vídeo e gravador de voz para fins de pesquisa.

Assinatura do (a) voluntariado (a)

___/___/___

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste voluntário (a) (ou de seu representante legal) para a participação na pesquisa.

Assinatura do responsável pelo TCLE

Dados da pesquisadora:

Julia Teixeira Martins - aluna do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (IPPRI/Territorial – UNESP)

Endereço: Rua Generoso Bimonte, 291 – Salto/SP CEP:13329-242

Telefone: (11)97530-3132

Email: jumartins1307@gmail.com.

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP): Faculdade de Ciência e Tecnologia - Campus Presidente

Endereço: Rua Roberto Simonsen, 305 – Centro Educacional, CEP 19.060-900, Presidente Prudente/SP

Telefone (18) 3229-5526 e (18) 3229-5315

Email: cep@fct.unesp.br

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista: Representantes



Roteiro de entrevista para representante da comunidade

Turismo de Base Comunitária

Entrevistadora:	Data: / /	
Informante-chave:		
Sexo: () F () M () outro	Idade:	
Posição na comunidade:	Profissão/ocupação:	
Comunidade:	Local:	Código:

A) DEMOGRAFIA E ÁREA DA COMUNIDADE:

1. Qual a área total da comunidade (há)?
2. Quantos moradores tem na comunidade?
3. Quantas famílias/ núcleos familiares tem na comunidade?
4. Quantos anos tem a/o moradora/o mais antiga/o?
 - 4.1 Homem ou mulher?
5. Como é a história do início da comunidade?
 - 5.1. Ela está registrada?
 - 5.2. Onde está esse registro?
6. Quantas pessoas deixaram a comunidade nos últimos cinco anos?
 - 6.1. Qual o motivo?
7. Quantas pessoas voltaram a morar na comunidade nos últimos cinco anos?
 - 7.1. Qual motivo?
8. Existe UC que está sobreposta à comunidade?
 - 8.1. Qual?
 - 8.2. Qual área da comunidade que ela se sobrepõe?
 - 8.3. Isso causou/causa conflitos?
 - 8.4. Quais?
 - 8.5. Como é o diálogo entre a comunidade e os gestores da UC desde a sua criação?
 - 8.6. A UC causou alguma mudança no modo de vida/meio de vida da comunidade?
 - 8.6.1. Qual?
 - 8.7. Como a comunidade lida com essa mudança?
9. A comunidade possui titulação da terra/ reconhecimento?
 - 9.1. Se sim, quando foi titulada?
 - 9.2. Como foi o processo para conseguir a titulação?
 - 9.3. O que significa ter a titulação da terra para a comunidade?

- 9.4. Se não, você considera importante ter o reconhecimento/titulação da terra?
 9.5. O que mudaria na comunidade se ela tivesse a titulação da terra?
 9.6. Como foi/é feita a divisão de terras na comunidade?

B) ASPECTOS SOCIAIS:

10. Existe centro médico na comunidade? Sim () Não ()
 10.1. Desde quando?
 10.2. Quantas vezes o médico atende na comunidade?
 10.3. Você considera o atendimento como:
 () bom () regular () ruim
 10.4. Se não existe, qual a distância do centro médico mais próximo?
 11. Tem escola na comunidade? Sim () Não ()
 11.1. Até qual grau de ensino?
 11.2. Para continuar com os estudos, qual escola as crianças frequentam?
 11.3. Qual distancia?
 12. Qual transporte vocês utilizam para chegar no cento urbano?
 () a pé () carro () ônibus () motocicleta
 12.1. Qual a distancia?
 13. Quais espaços coletivos existem na comunidade:
 () igreja () campo de futebol () sede da associação () telecentro () casa de artesanato () casa de farinha () unidade de beneficiamento
 13.1. Outros
 14. A comunidade tem acesso a energia? Sim () Não ()
 14.1. Desde quando?
 15. Tem acesso a água tratada? Sim () Não ()
 15.1. Desde quando?
 16. A comunidade tem rede de coleta de esgoto/fossa? Sim () Não ()
 16.1. Desde quando?

C) ATIVIDADES DA COMUNIDADE:

17. Quais as principais atividades da comunidade?
 () pesca () farinha () mandioca () juçara () roça () tbc () artesanato () restaurante
 17.1. Outras principais atividades mencionadas
 18. Se tem roça, os produtos são comercializados?
 18.1. Para quem ?
 18.2. Os produtos da roça são destinados para as atividades do TBC? Sim () Não ()
 18.3. Quais os produtos da roça são destinados para as atividades de TBC?
 18.4. Quais produtos são produzidos para autoconsumo?

D. TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

19. Quantas pessoas fazem parte da equipe de TBC?
 20. Qual a função de cada uma delas? Pode me informar os nomes e as funções respectivas?
 21. Nos últimos cinco anos o número de pessoas que trabalham com o TBC aumentou ou diminuiu?
 22. Qual motivo?
 23. As instituições externas tem alguma relação com o TBC na comunidade? (FCT, OTSS, RedeNhandereko). Sim () Não ()
 24. Qual instituição e que tipo de relação?
 25. Desde quando a comunidade trabalha com o TBC?
 26. Como o TBC começou na comunidade?
 27. Quantas pessoas trabalhavam com TBC inicialmente?
 28. Vocês tiveram ajuda técnica no início ? Sim () Não ()
 28.1. Quem fez a assistência técnica?
 28.2. Ficaram satisfeitos? Sim () Não ()
 28.3. Hoje vocês recebem assistência técnica? Sim () Não ()

- 28.4. Recebem assistência técnica de quem?
- 28.5. Consideram a assistência técnica
() Boa; () Regular; () Ruim
29. Inicialmente houve resistência para o envolvimento dos comunitários com a atividade de TBC? Sim () Não ()
- 29.1. Por que?
30. Houve alguma mudança com a atividade de TBC depois que foi criada a Rede Nhandereko? Sim () Não ()
- 30.1. Qual?
31. O TBC na comunidade enfrenta alguma dificuldade? (administrativa,divulgação, organização interna, financeira). Sim () Não ()
- 31.1. Qual?
32. Como vocês se organizaram para criar e estruturar um roteiro de TBC na comunidade?
- 32.1. Qual mensagem vocês esperam que o roteiro de TBC passe para os visitantes?
33. Vocês possuem uma organização para o controle de dados referentes ao TBC?
(Ex:Número de visitantes, entrada e saída de dinheiro)
Sim () Não ()
- 33.1. Qual?
34. Quais as áreas da comunidade fazem parte do roteiro?
35. Quantos roteiros a comunidade possui?
36. Quais são esses roteiros?
37. Quais são as atividades propostas em cada roteiro?
38. Qual o tempo de cada roteiro?
39. Qual é o principal grupo de visitante que vocês recebem?
40. O que o trabalho com o TBC proporciona para a comunidade e para os comunitários?
41. A comunidade mudou depois que começou a trabalhar com o TBC? Em relação à luta, defesa do território, valorização cultural, reconhecimento.

E. REPRESENTANTES DAS ATIVIDADES DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Do número total de pessoas que trabalham com o Turismo de Base Comunitária eu irei entrevistar alguns representantes, 30% do total que foi mencionado. Desse número para representantes, quais pessoas você indica para que eu possa fazer a entrevista?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista: Turismo de Base Comunitária



Roteiro de entrevista -Turismo de Base Comunitária (TBC)

Código:	Data: / /
Entrevistadora:	Horário de início:

Identificação da/o entrevistada/o	
Nome:	Idade:
Comunidade:	Local:
Escolaridade:	Sexo: () F () M () outro
Principal atividade:	

A) INFORMAÇÕES PESSOAIS

1. Você nasceu na comunidade? Sim () Não ()
 - 1.1. Se não, faz quanto tempo que mora na comunidade?
2. Você tem filhos? Sim () Não ()
 - 2.1. Seus filhos moram na comunidade? Sim () Não ()
 - 2.2. Quantos anos eles tem?
 - 2.3. Se não moram, por que não moram na comunidade?
 - 2.4. Pretendem voltar a morar na comunidade? Sim () Não ()
 - 2.5. Se não, por que?
3. Há quanto tempo você trabalha com o TBC?
4. Você possui outro trabalho além do TBC? Sim () Não ()
 - 4.1. Se sim, qual?
5. Quais são as suas principais fontes de renda?
 - 5.1. Qual o período do ano você se dedica a elas?
6. Você faz parte de algum grupo/coletivo da comunidade? Sim () Não ()
 - 6.1. () cooperativa () associação de moradores () coletivo () outros

B) CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

7. Como é organizada a equipe de TBC na comunidade?

- 7.1. Como são divididas as atividades?
- 7.2. Você sua função?
8. Vocês realizam reuniões sobre o TBC? Sim () Não ()
- 8.1. Comentários
- 8.2. Com que frequência tem reunião?
- 8.3. Se sim, o que vocês discutem? (Ex: Melhorias, necessidades de cursos de capacitações)
- 8.4. Você tem alguma sugestão para melhorias na equipe e nas atividades do TBC na comunidade?
9. Você trabalha em qual roteiro de TBC?
- 9.6. Em qual atividade?
- 9.7. Qual o tempo da sua atividade?
10. Quantos roteiros vocês realizam por dia/mês?

Meios de Vida Sustentáveis - Turismo de Base Comunitária

DIMENSÃO HUMANA

H1. SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR

(diversidade de alimentos consumidos, origem da produção, acesso aos alimentos, relação da alimentação com a saúde)

H1_1. O que é uma alimentação saudável para você?

H1_2. Depois que você começou a trabalhar com o TBC a sua alimentação mudou?

_____ Sim

_____ Não

H1_3. Mudou como?

H1_4. A maioria dos alimentos que você consome (café da manhã, almoço e janta) é produzida no seu território ou você compra fora?

_____ no território

_____ compro fora

H1_5. Se for produzido no território, quais alimentos são esses?

H1_6. Nas atividades de TBC é consumido produtos que são produzidos na comunidade?

_____ Sim

_____ Não

H1_7. Quais são esses produtos?

H1_8. Quais alimentos são comprados fora para as atividades de TBC?

H1_9. Em quais atividades do TBC são utilizados os produtos produzidos na comunidade?

H2. CONHECIMENTOS NOVOS

(aprendizados que contribuam com o desenvolvimento do TBC)

H2_10. O TBC proporcionou o acesso/aprendizado a novos conhecimentos?

_____ Sim

_____ Não

H2_11. Como? (Ex: cursos, treinamentos)

H2_12. Quais?

H2_13. Esses conhecimentos novos proporcionaram resultados positivos para o seu desenvolvimento com o TBC?

_____ Sim

_____ Não

H2_14. Quais?

H2_15. Você já participou de encontros sobre o TBC?

_____ Sim

_____ Não

H2_16. Quais encontros?

H3. PERMANENCIA NO LOCAL

H3_17. Você já saiu da comunidade?

_____ Sim

_____ Não

H3.18. Por que?

H3_19. Conhece pessoas que já saíram da comunidade?

_____ Sim

_____ Não

H3_20. Se sim, por qual motivo?

H3_21. O trabalho com TBC faz diferença na sua vontade de ficar na comunidade?

_____ Sim

_____ Não

H3_22. Se sim, por que?

H3_23. Você acha que o TBC pode influenciar as pessoas a voltarem para a comunidade?

_____ Sim

_____ Não

H3_24. Se sim, por que?

H4. SATISFAÇÃO PESSOAL

(estar feliz com o trabalho de TBC)

H4_25. Quando um trabalho lhe traz felicidade e infelicidade?

H4_26. O que o trabalho de TBC significa/proporciona para você?

H4_27. Sua felicidade com o trabalho de TBC é...

_____ Grande

_____ Média

_____ Pequena

H4_28. Por que?

H4_29. Quais são as coisas que mais te animam e as que menos animam com o TBC?

mais: _____

menos: _____

H4_30. Você possui tempo livre?

_____ Sim

_____ Não

H4_31. O seu trabalho com o TBC te impede de ter tempo livre?

_____ Sim

_____ Não

H4_32. Por que?

DIMENSÃO SOCIAL

S1. PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS E CRIANÇAS

(envolvimento dos jovens e crianças nas atividades de TBC - considerar jovens de 15 a 29 anos)

S1_33. Você acha que o trabalho com o TBC influencia os jovens a permanecerem na comunidade?

_____ Sim

_____ Não

S1_34. Por que?

S1_35. O TBC gera oportunidades de trabalho para os jovens?

_____ Sim

_____ Não

S1_36. Os jovens estão envolvidos nas atividades do TBC?

_____ Sim

_____ Não

S1_37. Em quais atividades?

S1_38. E para as crianças?

_____ Sim

_____ Não

S1_39. Em quais atividades?

S1_40. Qual a importância de ter jovens e crianças no trabalho com TBC?

S1_41. O TBC proporciona o contato entre os mais jovens e os mais velhos?

_____ Sim

_____ Não

S1_42. Como?

S2. Participação feminina

(recuperação da experiência feminina entendendo o feminino a partir das potencialidades e das riquezas das mulheres além da simples igualdade - por Cristina Carrasco)

S2_43. O seu trabalho com TBC é reconhecido pela comunidade?

_____ Sim

_____ Não

S2_44. Como?

S2_45. E pela sua família, na sua casa?

_____ Sim

_____ Não

S2_46. Como?

S2_47. Como você vê o trabalho das mulheres com o TBC?

S2_48. Você já ocupou algum cargo de decisão na comunidade?

_____ Sim

_____ Não

S2_49. Qual? (Ex: presidente, secretária (o), liderança, diretora (o) de grupo, etc)

S2_50. E na equipe de TBC?

_____ Sim

_____ Não

S2_51. Qual?

S2_52. Nas reuniões e decisões sobre TBC você é ouvida (o)? Levam em consideração sua opinião?

_____ Sim

_____ Não

S2_53. Por que?

S2_54. Quem mora com você na sua casa?

S2_55. Quem faz o trabalho de cuidado da casa? (Ex: limpar, cozinhar, cuidar das crianças, do bem estar, dos aspectos emocional e afetivo)

S2_56. Esse trabalho é dividido com o seu/sua companheiro (a)?

_____ Sim

_____ Não

S2_57. Por que?

S2_58. Em que horário você consegue fazer esse trabalho?

S2_59. Seus filhos (as) vão para escola/creche?

_____ Sim

_____ Não

S2_60. Quem cuida deles fora do horário da escola?

S2_61. Por que?

S2_62. Qual é a sua relação como uma mulher dentro do TBC?

S3. RELAÇÃO EXTERNA

(relação com parceiros, instituições)

S3_63. O trabalho com o TBC proporciona o contato com outras comunidades?

_____ Sim

_____ Não

S3_64. Existe uma articulação entre as comunidades para a compra/troca de produtos?

_____ Sim

_____ Não

S3_65. Quais produtos e de quais comunidades?

S3_66. Você considera que o TBC fortalece o trabalho dos agricultores?

_____ Sim

_____ Não

S3_67. Como?

S3_68. Houve alguma mudança no trabalho com o TBC depois do envolvimento de instituições e parcerias?

_____ Sim

_____ Não

S3_69. Qual? (Ex: REDE, OTSS, FCT, universidades, prefeitura, empresas)

S4. RELAÇÕES INTERNAS

(relações que o TBC proporciona entre a comunidade e os comunitários que trabalham com o TBC)

S4_70. Como é sua relação com as/os parceiras/os de trabalho do TBC?

S4_71. Alguém da sua família trabalha com TBC junto com você?

_____ Sim

_____ Não

S4_72. O que isso significa para você?

S4_73. O TBC é discutido com as pessoas da comunidade além dos envolvidos no grupo de TBC?

_____ Sim

_____ Não

S4_74. Como?

S4_75. A maioria das pessoas da comunidade sabe como funciona o TBC?

_____ Sim

_____ Não

S4_76. Existem pessoas que não concordam em ter TBC na comunidade?

_____ Sim

_____ Não

_____ Não sei informar

S4_77. Por que?

S4_78. Existe alguma dificuldade para envolver mais pessoas nas atividades do TBC?

_____ Sim

_____ Não

S4_79. Qual?

S4_80. Como a equipe de TBC trabalha para envolver mais pessoas da comunidade para trabalharem com o TBC?

S5. POLÍTICO

(políticas públicas, governança, posicionamento político)

S5_81. O que é território para você?

S5_82. Qual a importância dele?

S5_83. Você considera o TBC como uma estratégia para a garantia do território?

_____ Sim

_____ Não

S5_84. Por que?

S5_85. Você considera o TBC como uma ferramenta política?

_____ Sim

_____ Não

S5_86_Por que?

S5_87. Para você o turismo de massa causa impactos nos territórios das comunidades?

_____ Sim

_____ Não

S5_88. Quais impactos?

S5_89. O que significa trabalhar com o TBC em uma região com grande atuação do turismo de massa?

S5_90. Para você existe conflito entre TBC e o turismo de massa?

_____ Sim

_____ Não

S5_91. Qual?

S5_92. O que você acha que seria necessário para fortalecer o TBC frente a disputa com o turismo de massa?

S5_93. A comunidade possui titulação da terra/ reconhecimento?

_____ Sim

_____ Não

S5_94. O que significa ter a titulação da terra para a comunidade?

S5_95. Se não, você considera importante ter o reconhecimento/titulação da terra?

S5_96. O que mudaria na comunidade se ela tivesse a titulação da terra?

S6. CULTURAL

(práticas e tradições centrais para a identidade de um povo e os meios para mantê-los/ saber tradicional)

S6_97. Você considera que o trabalho com o TBC proporciona o fortalecimento do conhecimento tradicional?

_____ Sim

_____ Não

S6_98. Quais conhecimentos são esses?

S6_99. Quem te ensinou sobre esses conhecimentos?

S6_100. Esse conhecimento tradicional é passado para outras pessoas?

_____ Sim

_____ Não

S6_101. Como? Para que pessoas?

S6_102. O TBC influencia no repasse do conhecimento da história da comunidade?

_____ Sim

_____ Não

S6_103. Como?

S6_104. O conhecimento tradicional ficou mais reconhecido e prestigiado/valorizado depois do TBC na comunidade?

_____ Sim

_____ Não

S6_105. Por que?

S6_106. Com quais atividades culturais o TBC trabalha?

S6_107. O que essas atividades culturais representam para você?

S6_108. O que representa a sua identidade? (como moradora (o) da comunidade)

S6_109. O trabalho com o TBC está relacionado com a sua identidade?

_____ Sim

_____ Não

S6_110. Como?

S6_111. O trabalho com o TBC fortalece uma relação de pertencimento entre você e comunidade/território?

_____ Sim

_____ Não

S6_112. Como?

S6_113. As atividades do TBC permitem a reafirmação a história e a cultura da comunidade?

_____ Sim

_____ Não

S6_114. Como?

DIMENSÃO NATURAL

N1. CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

(conservação e manutenção da floresta, do solo, da água e dos recursos)

N1_115. O trabalho com o TBC influencia no cuidado com a comunidade?

_____ Sim

_____ Não

N1_116. Como?

N1_117. Influencia na limpeza da comunidade? Como? (Ex: trilhas, praias, espaços da comunidade)

_____ Sim

_____ Não

N1_118. Você considera que o TBC influencia na conservação do meio ambiente da comunidade? Na conservação floresta, nas nascentes, nos rios, no solo?

_____ Sim

_____ Não

N1_119. Como?

N1_120. Você acha importante essa conservação?

N2. ACESSO AOS RECURSOS

(acesso aos recursos naturais e sua qualidade)

N2_121. Ter acesso aos recursos da natureza é importante para você? (Ex: frutos, água, alimento, peixe)

_____ Sim

_____ Não

N2_122. Por que?

N2_123. O TBC utiliza algum recurso natural (da floresta) para as suas atividades?

_____ Sim

_____ Não

N2_124. Qual recurso e para qual atividade?

N3. ÁREA DE USO

(área de uso da comunidade para o desenvolvimento da atividade)

N3_125. Existe alguma restrição de uso no território da comunidade?

_____ Sim

_____ Não

N3_126. Qual?

N3_127. Isso interfere o TBC ?

_____ Sim

_____ Não

N3_128. Como?

N4. UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

N4_129. Existe UC que está sobreposta ao território da comunidade? Sim () Não ()

N4_130. Qual?

N4_131. Ter UC sobreposta no território causou/causa alguma mudança no modo de vida da comunidade? Sim () Não ()

N4_132. Qual?

N4_133. Como é a relação entre a comunidade e a UC?

N4_134. O que você acha que poderia ser feito para que a relação da comunidade com a UC fosse benéfica para a comunidade?

DIMENSÃO FÍSICA

F1. INFRAESTRUTURA LOCAL

(acesso à infraestrutura para a realização do TBC)

F1_135. Sobre as condições básicas da comunidade como acesso a água, energia, transporte você está:

_____ satisfeita(o)

_____ neutra (o)

_____ insatisfeita(o)

F1_136. Essas condições básicas na comunidade afetam o trabalho com o TBC?

_____ Sim

_____ Não

F1_137. Como?

F1_138. Vocês necessitam de algum infraestrutura para melhorar o trabalho com o TBC?

_____ Sim
 _____ Não
 F1_139. O que?

F1_140. O trabalho com TBC gerou alguma reforma ou construção para a comunidade?
 _____ Sim
 _____ Não

F1_141. Quais?

F1_142. Sobre a infraestrutura que já existe para o trabalho com o TBC, você está:
 _____ satisfeita(o)
 _____ neutra (o)
 _____ insatisfeita(o)

F2. AQUISIÇÃO DE BENS FAMILIARES E INDIVIDUAIS

(aquisição de bens familiares e individuais proporcionados pelo trabalho com o TBC)

F2_143. Onde você usa o dinheiro que recebe com o trabalho do TBC?

F2_144. O que você pode me falar que conseguiu comprar com o dinheiro do TBC para a sua família?

F2_145. Você já levou prejuízo no TBC?
 _____ Sim
 _____ Não

F3. MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

(materiais, equipamentos e serviços utilizados para o trabalho com o TBC)

F3_146. Quanto a renda do TBC proporcionou a compra de materiais e equipamentos para a equipe do TBC?

F3_147. Quais equipamentos você necessita para trabalhar com o TBC?

F4. ACESSO EQUITATIVO DAS INFRAESTRUTURAS E MATERIAIS COLETIVOS

F4_148. Você usa algum espaço ou benfeitoria coletivo para o trabalho com TBC?

_____ Sim
 _____ Não

F4_149. Qual?

F4_150. Quem usa os equipamentos junto com você?

F4_151. Todo mundo respeita o espaço e o tempo do outro quando estão usando os materiais coletivos?

_____ Sim
 _____ Não

F4_152. A manutenção do espaço e dos materiais é compartilhada?

_____ Sim
 _____ Não

F4_153. Como?

DIMENSÃO FINANCEIRA

FN.1. RENDA

(renda obtida pelo TBC)

FN1_154. Você considera que a renda do TBC é regular?

 Sim Não

FN1_155. Qual o período de maior e menor renda? (temporada ou fora de temporada)

FN1_156. A renda do TBC te traz segurança?

 Sim Não

FN1_157. Você consegue planejar um futuro? De curto, médio e longo prazo?

 Sim Não

FN1_158. Por quanto tempo dura a renda do TBC? Em temporada e fora de temporada

FN1_159. Você pode me informar qual a sua média de renda do TBC na temporada e fora da temporada?

FN1_160. Com a renda do TBC é possível manter os seus custos?

 Sim Não**FN2. INVESTIMENTO**

(investimento interno ou externo, acesso a crédito para o desenvolvimento do TBC)

FN2_161. A equipe de TBC depende de fontes externas para desenvolver o TBC?

 Sim Não

FN2_162. Qual?

FN2_163. O acesso a fonte externa é facilitado ou possui dificuldades para acessar os investimentos externos?

FN2_164. Qual?

FN3. GESTÃO

(organização e gestão financeira do TBC)

FN3_165. A renda do TBC é dividida?

 Sim Não

FN3_166. Como?

FN3_167. Existe um grupo responsável pela gestão financeira?

 Sim Não

FN3_168. Quem faz parte do grupo?

FN3_169. Como é organizada essa gestão?

FN3_170. As mulheres fazem parte da gestão financeira do TBC?

 Sim

_____Não

FN4. DIVISÃO DO TRABALHO

FN4_171. Existem atividades que são só feitas por mulheres ou só feitas por homem?

_____Sim

_____Não

FN4_172. Por que?

FN4_173. Existe diferença de valor para cada atividade?

_____Sim

_____Não

FN4_174. Em quais atividades?

FN4_175. Você considera o valor do roteiro financeiramente justo?

_____Sim

_____Não

FN4_176. Comente

FN4_177. Você mudaria alguma coisa?

_____Sim

_____Não

FN4_178. O que você mudaria?

PERGUNTAS GERAIS

179. O que é TBC para você?

180. Para você, qual a importância de trabalhar com TBC?

181. Como você visualiza o TBC no futuro?